A.Life Entertainment Group S.A.

CNPJ nº 11.513.881/0001-60 - NIRE nº 35.300.375.653

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de março de 2026, às 9:00 horas na sede da Companhia, localizada na Rua Augusta, 3000, 1º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, CEP 01412-100, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para novo mandato unificado, nos termos do Estatuto Social. **2)** Posse dos conselheiros eleitos, mediante assinatura do termo próprio, observado o Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976. A documentação relativa às matérias da ordem do dia está à disposição para exame pelos Srs. Acionistas na sede da Companhia. A participação poderá ocorrer por representante legal ou procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei nº 6.404/1976. A assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por membro indicado pelos acionistas detentores da maioria do capital social presente, conforme o Artigo 7º, §2º, do Estatuto Social. São Paulo, 6 de março de 2026. **Pedro Henrique Cristoforo da Silveira -** Presidente do Conselho de Administração. **(06, 09 e 10/03/2026)**

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 – NIRE 35.300.557.743

Edital de Convocação de Reunião para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 16 de março de 2026

Ficam convocados os senhores acionistas da **Qualiciclo Agrícola S.A.** ("**Companhia**") a se reunirem em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente virtual e remoto no dia 16 de março de 2026, às 14:00, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes na Ordem do Dia: **1.** Aceitação da renúncia dos atuais membros do conselho de administração da Companhia e a outorga de quitação aos referidos membros renunciantes; **2.** Reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **3.** Autorização a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na Assembleia. A Companhia realizará o envio do convite da plataforma Microsoft Teams em até 48 horas antes do horário de início da reunião a todos os acionistas. Limeira/SP, dias 7, 10 e 11 de março de 2026. **Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.** (07, 10 e 11/03/2026)

Condocash Assessoria em Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 18.536.571/0001-00 – NIRE 35.300.610.326

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025

Data, Hora e Local: 10 de dezembro de 2025, às 15h00min, na sede social da empresa sede social da companhia **Condocash Assessoria em Crédito S.A.**, localizada na Rua Iguatemi, 448, Cj. 409 – Itaim Bibi – CEP 01451-010 – São Paulo-SP. **Convocação:** Dispensada nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15.12.1976. **Presença:** Conforme lista de presença assinada pelos acionistas detentores da totalidade das ações ordinárias com direito de voto da Companhia. **Mesa:** Gabriela Pereira Romano – Presidente; Fabio Paim Ferraz Rodrigues – Secretário. **Publicação Demonstrações Contábeis**: Dispensada a publicação das demonstrações contábeis em D.O. e jornal de grande circulação, nos termos do artigo 294 da Lei 6404/76, segundo o qual a Sociedade Anônima de capital fechado com receita bruta anual de até R$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) poderá fazer suas publicações de forma eletrônica. **Ordem do Dia:** Aprovação das contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Deliberações:** Aprovada por unanimidade as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado encerrou-se esta Assembleia Geral Extraordinária pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão foi esta Ata lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 10 de dezembro de 2025. **Gabriela Pereira Romano** RG nº 14.010.624-8 – Presidente da Mesa; **Fabio Paim Ferraz Rodrigues** RG nº 45.580.092-9 SSP/SP – Secretário da Mesa. **Cristiane Szaz de Rosa Pereira** RG nº 15.174.116 SSP/SP CRC-SP 130.376 – Contadora. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 1.089.189/26-6 em 12/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Painco Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 56.563.976/0001-27 – NIRE 35300019482

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Janeiro de 2026

Data, Hora e Local: Aos 31 dias de Janeiro de 2026, as 10:00 horas À Rodovia Nelson Caproni S/Nº, Km 2.5, Bairro Vitoria Perim Cezarino, na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo, CEP 13.390-120. **Convocação e Quorum:** Dispensada pela presença dos Acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Ordem do Dia:** Aprovar a Contratação de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Com à Agência Especial de Financiamento Industrial S/A - FINAME. **Deliberações:** Instalada a Assembleia e dando inicio as discussões da matéria indicada na ordem do dia, os acionistas, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue :1) Decidiram aprovar a celebração do contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Com à Agência Especial de Financiamento Industrial S/A - Finame no montante de R$ 25.000.000,00 (Vinte e Cinco Milhões de Reais), nos lermos e condições aprovados pela FINAME , mediante a decisão do comitê de crédito e Operações CCOp na 05/2026-FINAME de 27/01/2026 operação 7.548.310. **Outros Assuntos:** Tomando a palavra o presidente colocou à disposição dos acionistas para quem dela quisesse fazer uso, mas como nada mais houvesse a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia, sendo que a deliberação foi tomada por unanimidade pela Assembleia Geral. Lavrada a presente ata e lida segue assinada por todos os presentes. Rio das pedras 31 de janeiro de 2026. **Antonio João Severino** - Presidente; **Carlos Alberto Severino** - secretário. **Acionistas:** Antonio João Severino; Lucas Severino Castelani; Matheus Montagnani; Jag Participações Societárias Ltda. Representada Por Daniela Beatriz Gobbo Cordeiro; Espolio de Armando Luiz Degaspari Junior - Representado Por Silvana Maria Bressan Degaspari; Denise Aparecida Degaspari Severino. Declaramos Estar Conforme o Original. **Antonio João Severino** - Presidente; **Carlos Alberto Severino** - Secretário. Jucesp nº 087.252/26-0 em 05/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19–NIRE 35.300.525.892

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Março de 2026

Data, Hora e Local: Em 09 de março de 2026, às 10 horas, na sede da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia"), localizada na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Avenida Tégula, nº 888, Módulos 01, 15, 16, 17, 19, 20 e 21, Condomínio Centro Empresarial Atibaia, Bairro Ponte Alta, CEP 12952-820. **Convocação e Presença**: As formalidades de convocação foram dispensadas em face do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Quórum e Presenças**: Jairo Aparecido Yamamoto, Aline Aparecida Yamamoto Zampieri, Herbert Cesar Gonçalves, Gregor Rodrigues Martins Einsiedler e Cláudio Roberto Ely. Convidados: Reinaldo Guerreiro (membro e coordenador do Comitê de Auditoria Estatutária), Paschoal Tadeu Russo (membro do Comitê de Auditoria Estatutária) e Gregor Rodrigues Martins Einsiedler (membro do Comitê de Auditoria Estatutária) **Mesa**: Presidente: Cláudio Roberto Ely; Secretária: Priscila Maiochi da Cruz. **Ordem do Dia**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social e fiscal, findo em 31 de dezembro de 2025. **Deliberações**: Instalada a reunião, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Reinaldo Guerreiro, membro e coordenador do Comitê de Auditoria Estatutária, o qual, em nome dos demais membros, recomendou ao Conselho de Administração sobre a aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes e relativos ao exercício social e fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025. Após a análise e debates das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, em cumprimento ao inciso (v) do artigo 142 da Lei 6.404/76 e, diante do Relatório da KPMG Auditores Independentes, decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, recomendar à Assembleia Geral Ordinária: (i) a aprovação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Valores Adicionados e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todos referentes e relativos ao exercício social e fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025, os quais deverão ser publicados, no Jornal Data Mercantil. **Documentos Arquivados Na Companhia**: Rubricados pela Mesa, ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Conselheiros ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Mesa: Presidente: Cláudio Roberto Ely; e Secretária: Priscila Maiochi da Cruz. Conselheiros Presentes: Jairo Aparecido Yamamoto, Aline Aparecida Yamamoto Zampieri, Herbert Cesar Gonçalves, Gregor Rodrigues Martins Einsiedler e Cláudio Roberto Ely. **Certidão**: Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Atibaia, 09 de março de 2026 **Cláudio Roberto Ely -** Presidente da Mesa; **Priscila Maiochi da Cruz -** Secretária da Mesa.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A.** ("**Companhia**") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 18 dias de março de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21° andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** o exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; e **(ii)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 09 de março de 2026. **Thiago Lolkus Nigro,** Presidente do Conselho de Administração. (10, 11 e 12/03/2026)

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 04 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Movecta S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561- 004. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), no caderno impresso e digital do jornal *Data Mercantil*", na página 02 da edição do dia 27/01/2026, página 01 da edição do dia 28/01/2026 e página 05 da edição do dia 29/012026. **3. Presença:** Acionistas representando **95,65%** (noventa e cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) do capital social votante com direito de voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas, cuja certidão segue anexa à presente ata como Anexo I. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Marilena Rodrigues Vasone e secretariados pelo Sr. Alceu Rodrigues Vasone. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** tomar ciência da renúncia do Sr. **José Florêncio Rodrigues** e do Sr. **José Antônio Miguel Neto** como membros do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia. **6**. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes, primeiramente aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário e, em seguida, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o que segue: **6.1.** Os acionistas **tomaram ciência da renúncia apresentada pelo** Sr. **José Florêncio Rodrigues** e pelo Sr. **José Antônio Miguel Neto** ao cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia, agradecendo-lhes pelos serviços prestados durante o período em que exerceram suas funções. **6.2.** Reelegem para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato que se inicia nesta data **e se encerrará** em julho de 2026 ou na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026, que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o que ocorrer primeiro, quais sejam os Srs.: (i) **Sra. Marilena Rodrigues Vasone**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 2.617.241-0 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob nº 255.275.618-21 residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Minas de Prata, nº 30, Conj. 32, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04552-080, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia**;** (ii) **Alceu Rodrigues Vasone**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.000.676-8 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 116.209.478-89, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Minas de Prata, nº 30, Conj. 32, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04552-080, para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e; (iii) **Antonio Dias Figueiredo Filho**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.674.720-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 261.961.608-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Minas de Prata, nº 30, Conj. 31, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04552-080, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **6.3.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, anexo à presente ata como Anexo II, declarando, nos termos e para os fins do § 1º do artigo 147 da Lei das S.A., que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Os trabalhos foram presididos pela Sra. Marilena Rodrigues Vasone e secretariados pelo Sr. Alceu Rodrigues Vasone – membro do Conselho. Acionistas Presentes: (i) Marilena Rodrigues Vasone; (ii) Alceu Rodrigues Vasone, e; (iii) HMV – Fundo de Investimento em Participações (p. Banco Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. p. Jaques Iglicky e Roberto Kropp). **Confere com a original lavrada em livro próprio da Companhia.** São Paulo, 04 de fevereiro de 2026. Mesa: Marilena Rodrigues Vasone – **Presidente**; Alceu Rodrigues Vasone – **Secretário**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 54.139/26-0 em 27/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

CLI IV-ML Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ nº 44.946.454/0001-25 - NIRE 35.300.584.856

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada 27 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: 27 de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1336, 4º andar, conjunto 42, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01.451-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, **2. Convocação e Quorum:** Dispensada a publicação do "Edital de Convocação", em conformidade com o disposto no § 4° do art. 124 da Lei n° 6.404/76, considerando que a totalidade dos acionistas estava presente ou devidamente representada, conforme o registro de presença lavrado em livro próprio. **3. Mesa:** Sylvio Klein Trompowsky Heck, *Presidente;* Marcelo de Campos Bicudo, *Secretário*. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a: (i) a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Extraordinária sob a forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76; (ii) o aumento do capital social da Companhia para R$ 219.343.237,00 (duzentos e dezenove milhões, trezentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e sete reais) (i) a nova redação do Art. 5º. do Estatuto Social da Companhia **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, os presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. A lavratura da Ata desta Assembleia Geral Extraordinária sob a forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76; 5.2. Aprovar o aumento de capital social da Companhia de R$ 88.818.874,00 (oitenta e oito milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e quatro reais) para R$ 219.343.237,00 (duzentos e dezenove milhões, trezentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e sete reais) sendo o aumento, portanto, no valor de R$ 130.524.363,00 (cento e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais) mediante a emissão de 90.274.099 (noventa milhões, duzentas e setenta e quatro mil e noventa e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto, ao preço de emissão de R$ 1,4458672471 por ação. A totalidade das ações ora emitidas foi subscrita pelo acionista RDLI SBC Participações Ltda., renunciando as demais acionistas expressamente ao seu direito de preferência nessa subscrição., conforme boletim de subscrição integrante desta Ata como Anexo 1 e passando a composição societária da Companhia a ser a seguinte: **Acionista:** RDP LOG; **Nº de Ações:** 30.757.641; **Percentual:** 17,18%. **Acionista:** RBR LOG; **Nº de Ações:** 5.048.031; **Percentual:** 2,82%. **Acionista:** Imigrantes; **Nº de Ações:** 33.013.201; **Percentual:** 18,43%. **Acionista:** Investidora; **Nº de Ações:** 110.274.100; **Percentual:** 61,57%. **Total do Nº de Ações:**179.092.973. **Total do Percentual: 100,00%.** 5.3 Aprovar a nova redação do Artigo 5º. Do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 5º -*** *O capital social é de R$ 219.343.237,00 (duzentos e dezenove milhões, trezentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e sete reais), dividido em 179.092.973 (cento e setenta e nove milhões, noventa e duas mil, novecentas e setenta e três) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com direito a voto. § 1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. § 4º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - Poderão ser emitidas, respeitado o direito de preferência dos acionistas, nos termos previstos no Acordo de Acionistas da Companhia, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. § 7º - A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada, fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA/IBGE na menor periodicidade legalmente admitida, além dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.* **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente declarou encerrada a Assembleia, lavrou-se a presente ata com as respectivas assinaturas dos acionistas logo abaixo, que lida e achada conforme, foi por todos os acionistas, aprovada e assinada. **7. Acionistas**: Imigrantes Maria Loprete Empreendimento Imobiliário - SPE Ltda., Por: Cláudio Kluger. RDP LOG Fundo de Investimento Imobiliário, Por: Sylvio Klein Trompowsky Heck. RBR LOG – Fundo de Investimento Imobiliário, Por: Ricardo Mahlmann de Almeida e Ricardo de Sousa Gayoso e Almendra. RDLI SBC Participações Ltda., Por: Ricardo Mahlmann de Almeida e Ricardo de Sousa Gayoso e Almendra. *Certificamos que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.* JUCESP nº 64.599/26-7 em 30/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Healthcare Consulting Serviços Médicos S.A. – Em Liquidação

CNPJ nº 10.172.974/0001-06 - NIRE nº 35.300.470.176

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Healthcare Consulting Serviços Médicos S.A. – em liquidação para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 23 de março de 2026, às 9:00 horas em primeira chamada, e às 9:30 horas, em segunda chamada, na sede social, situada à Rua Cônego Eugênio Leite, nº 933, conjunto 51, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05414-012, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Examinar e aprovar as contas da liquidação apresentadas pela liquidante; **(ii)** Deliberar sobre a extinção da Companhia e arquivamento dos atos na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Os acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão encaminhar para a sede os mandatos outorgados no prazo de até 48 horas antes da Assembleia. São Paulo, 10 de março de 2026. Liquidante **Flávia Kfouri. (10, 16 e 17/03/2026)**

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28 – NIRE 35.3.0019411.0

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 08 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: em 08 de dezembro de 2025, às 09h00min, na sede social localizada à Via Luiz Dosvaldo Sobrinho, s/nº, Km. 5, Zona Rural, CEP: 14.923-899, no município de Nova Europa, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presenças:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia"), com a presença da totalidade dos membros da Diretoria, quais sejam, o Srs. Roberto Malzoni Filho, Maria Malzoni Romanach, Anita Ferraz Malzoni, Eduardo Ferraz Malzoni e Fernando Luiz de Mattos Oliveira, ao final assinados. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Roberto Malzoni Filho. Secretária: Sra. Anita Ferraz Malzoni. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre a retificação e ratificação do endereço de filiais da Companhia registradas sob os NIREs e CNPJs indicados abaixo, atribuindo-lhes CEPs atualizados em substituição àqueles antes conferidos. **(i)** Filial NIRE 35902647741; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0005-51; **(ii)** Filial NIRE 35902647759; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0006-32; **(iii)** Filial NIRE 35901625786; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0003-90; **(iv)** Filial NIRE 35903067349; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0009-85; **(v)** Filial NIRE 35903095652; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0016-04; **(vi)** Filial NIRE 35903067331; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0007-13; **(vii)** Filial NIRE 35903095636; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0012-80; **(viii)** Filial NIRE 35903095695; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0015-23; **(ix)** Filial NIRE 35903095679; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0013-61; **(x)** Filial NIRE 35903095687; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0018-76; **(xi)** Filial NIRE 35903095661; inscrita no CNPJ sob o nº55.925.275/0017-95; **(xii)** Filial NIRE 35903095644; inscrita no CNPJ sob o nº55.925.275/0019-57; **(xiii)** Filial NIRE 35904006882; inscrita no CNPJ sob o nº55.925.275/0020-90; **(xiv)** Filial NIRE 35903067357; inscrita no CNPJ sob o nº 55.925.275/0011-08. **5. Esclarecimentos Iniciais: 5.1.** A totalidade dos Diretores **(i.)** dispensam as formalidades estatutárias para convocação, considerando sanados eventuais vícios de convocação, inobservância dos prazos referidos no artigo 13 do Estatuto da Companhia etc.; e **(ii.)** ratificam a autorização para realização da Reunião de Diretoria por videoconferência e, ainda, que as assinaturas apostas nesta ata sejam realizadas por meio da ferramenta de assinatura digital AtlasSign, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da MP nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os Diretores, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, tomaram a seguinte deliberação: **6.1.** Aprovam a retificação do endereço das filiais da Companhia, conforme abaixo identificadas, para atribuir-lhes os CEPs ora atualizados, em substituição àqueles conferidos anteriormente, ratificando-se as demais informações. Deste modo, alteram-se e ratificam-se os endereços das seguintes filiais: **(i)** Filial NIRE 35902647741**, de Sítio São Luís,** Estrada do Jacaré, S/N, KM8, Meia Légua, no Município de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, CEP: 14.813-000, para **Sítio São Luiz**, situado à Estrada do Jacaré, Bairro Meia Légua, no Município de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, CEP: 14.814-898; **(ii)** Filial NIRE 35902647759, de **Fazenda Santa Helena**, S/N, Itaquerezinho, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14.920-000 para **Fazenda Santa Helena**, S/N, Itaquerezinho, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14.923-899; **(iii)** Filial NIRE 35901625786, **Sítio São Domingos**, situado à Via SPV, 042, Km 42, S/N, Rural, no Município de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, CEP: 14.813-000 para **Sítio São Domingos**, situado à Via SPV, 042, Km 42, S/N, Rural, no Município de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, CEP: 14.814-898; **(iv)** Filial NIRE 35903067349, de **Fazenda Aranova**, S/N, Rural, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.910-000 para **Fazenda Aranova**, S/N, Rural, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.918-899; **(v)** Filial NIRE 35903095652, de **Sítio São João**, S/N, Barro Preto, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.910-000 para **Sítio São João**, S/N, Barro Preto, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.918-899; **(vi)** Filial NIRE 35903067331, de **Sítio Santa Alice** – Estrada Municipal Tabatinga, S/N, Laranjal, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.910-000 para **Sítio Santa Alice** – Estrada Municipal Tabatinga, S/N, Laranjal, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.918-899; **(vii)** Filial NIRE 35903095636, **Fazenda Rancho Azul**, S/N, Rural, no Município de Boa Esperança Do Sul, Estado de São Paulo, CEP: 14.930-000 para **Fazenda Rancho Azul,** situada à Faz. Rancho Azul, S/N, Rural, no Município de Boa Esperança Do Sul, Estado de São Paulo, CEP: 14.933-899; **(viii)** Filial NIRE 35903095695, de **Sítio Quinhão** 06, S/N, São Salvador, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14920-000 para **Sítio Quinhão** 06, S/N, São Salvador, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14.923-899; **(ix)** Filial NIRE 35903095679, de **Fazenda Santa Fé,** situada à Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê, S/N, Fazenda Santa Fé, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14920-000 para **Fazenda Santa Fé,** situada à Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê, S/N, Fazenda Santa Fé, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14.923-899; **(x)** Filial NIRE 35903095687, de **Sítio São José**, S/N, Chave Macaia, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14910-000 para **Sítio São José**, S/N, Chave Macaia, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.918-899; **(xi)** Filial NIRE 35903095661, de **Sítio Itaquerê**, S/N, Tremembé, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14910-00 para **Sítio Itaquerê**, S/N, Tremembé, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.918-899; **(xii)** Filial NIRE 35903095644, de **Sítio Tremembé**, S/N, Tremembé, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14910-000 para **Sítio Tremembé**, S/N, Tremembé, no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo, CEP: 14.918-899; **(xiii)** Filial NIRE 35904006882, de **Fazenda São Benedito**, S/N, Boituva, no Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo, CEP 18.300-999 para **Fazenda São Benedito**, S/N, Boituva, no Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo, CEP 18.308-899; **(xiv)** Filial NIRE 35903067357, de **Parque Itaquerê** – Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê, S/N, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14920-000 para **Parque Itaquerê** – Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê, S/N, Rural, no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, CEP: 14.923-899. **7. Documentos Arquivados na Companhia:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos membros da Diretoria ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **8. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros presentes, para todos os fins de direito. **A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Nova Europa, 08 de dezembro de 2025. **Mesa:** Roberto Malzoni Filho – Presidente; Anita Ferraz Malzoni – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 59.353/26-0 em 27/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio

CNPJ/MF 05.476.154/0001-78 – NIRE 35.300.194.225

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025

1. Data. Hora e Local. No dia 19 de dezembro de 2025, às 18 horas, na sede social da Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia"), situada na Avenida Peixoto de Castro, S/N, Quadra 1-6, GB, Polo Urbo Industrial, CEP 12606-580, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, em vista da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa.** Presidente: Rogério Barbosa; e Secretária: Juliana Fonseca Alves. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre **(i)** o aumento do capital social da Companhia; e **(ii)** alteração do art. 21, alínea b; **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições ou ressalvas: **5.1.** Estando o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, os Acionistas, nos termos do Estatuto Social, aprovaram a realização de um aumento do capital social da Companhia, nesta data, no valor de R$ 52.073.796,98 (cinquenta e dois milhões, setenta e três mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos), mediante a capitalização das reservas de lucros da Companhia sem emissão de novas ações, passando o referido capital social de R$57.705.378,00 (cinquenta e sete milhões, setecentos e cinco mil trezentos e setenta e oito reais), para R$ 109.779.174,98 (cento e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos). Em razão da deliberação ora tomada, o caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 109.779.174,98 (cento e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) dividido em 57.705.378 (cinquenta e sete milhões, setecentas e cinco mil, trezentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas* e *sem valor nominal."* **5.2.** Os Acionistas decidiram alterar o art. 21, alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 21 –*** *O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:* **a.** *(...)* **b.** os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo no valor de R$20.000,00 (vinte mil Reais), nos termos do antigo 202 da Lei 6.404/76." **5.3.** Os Acionistas decidiram aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia já contendo as alterações ora aprovadas, o qual, depois de rubricado e assinado pelo Presidente e Secretária da Mesa, foi arquivado na sede da Companhia. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do $ 1º do Art. 130 da Lei das S.A., que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Lorena/SP, 19 de dezembro de 2025. **Mesa:** Rogério Barbosa – Presidente; Juliana Fonseca Alves – Secretária. **Acionistas Presentes: Tekno S.A. – Indústria e Comércio,** Rodrigo Augusto Costa Deslandes; **Arcelormittal Spain Holding SL,** p.p. Marina Guimarães Soares. **Anexo I: Estatuto Social Consolidado: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo: Artigo 1º:** Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia") é uma sociedade anônima regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Artigo 2º:** A Companhia tem sede, foro e domicílio na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único:** Por deliberação da Diretoria, a Sociedade poderá abrir, manter, transferir e extinguir filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 3º:** Companhia tem por objeto: **i.** projetar, fabricar, adquirir e instalar coberturas metálicas, fechamento lateral e de outros materiais, bem como seus acessórios em escala industrial, para comercialização no mercado interno e externo, podendo em consequência exportar e/ou importar os referidos produtos; **ii.** importar equipamentos, matérias primas e outros materiais necessários à consecução de seus objetivos sociais; **iii.** construir estruturas e coberturas industriais, comerciais e/ou residenciais em geral; e **iv.** participar como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. **Artigo 4º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 109.779.174,98 (cento e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) dividido em 57.705.378 (cinquenta e sete milhões, setecentas e cinco mil, trezentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único:** Cada ação emitida pela Companhia confere o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Da Administração: Artigo 6º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Artigo7º:** A remuneração da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral da Companhia. **Capítulo IV – Diretoria: Artigo 8º:** A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um deles o Diretor Presidente, outro o Diretor Financeiro e os demais, caso existam, sem designação específica. **Parágrafo Primeiro:** Os Diretores são eleitos e destituíveis pela Assembleia de Acionistas. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão do diretor se estenderá até a investidura do novo eleito no mesmo cargo. **Parágrafo Segundo:** A investidura dos Diretores sem seus cargos será feita mediante a assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, no prazo da lei, e de apresentação de declaração prevista no Artigo 147 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Terceiro:** Nas ausências e impedimentos do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas pelo Diretor Financeiro. Nas ausências e impedimentos dos demais Diretores, cabe ao Diretor Presidente designar os substitutos. Vagando cargo de Diretor, os Acionistas serão convocados para eleger o substituto. **Artigo 9º:** Ao Diretor Presidente compete representar a Companhia, nos termos deste Estatuto, bem com coordenar e superintender os negócios sociais, zelando pelo regular funcionamento da empresa. **Artigo 10:** Cada Diretor tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios, nos limites das atribuições que lhes competem em razão deste Estatuto e conforme definição dos Acionistas no ato de eleição, observando o objeto social e as prescrições legais e regulamentares. **Artigo 11 –** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, convocada por qualquer Diretor, sendo certo que as reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício, e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes. Na hipótese de a Companhia contar com apenas dois Diretores em exercício, a instalação será com a presença de totalidade deles, e as decisões deverão ser tomadas por unanimidade. **Parágrafo Único:** Caberá a Diretoria da Companhia deliberar de forma colegiada acerca das seguintes matérias: **a.** aquisição, investimentos, venda, cessão, alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia ou por suas subsidiárias, no valor de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais), de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 (doze meses), para transações de mesma natureza, ressalvadas as vendas de produtos que compõem o portfólio regular de produtos e aquisição de matéria-prima da Companhia ou das suas subsidiárias no curso normal dos negócios; **b.** contratação, assunção ou renegociação de contratos de natureza financeira, incluindo, sem limitação, qualquer empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento pela Companhia ou por suas subsidiárias, contrato de derivativos, hedge ou swap no valor de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais), de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses; **c.** constituição de qualquer gravame sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas subsidiárias no valor de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais); **d.** concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia ou por suas subsidiárias no valor de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais); **e.** ajuizamento de processos administrativos, ações judiciais, processos arbitrais, ou a celebração de acordo em qualquer demanda pela Companhia, cujo valor econômico envolvido por demanda e/ou acordo corresponda ao montante em reais equivalente a até US$1.000.000,00 (um milhão de dólares); **f.** ressalvado o disposto nos demais itens deste artigo, assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias, fora do curso normal dos negócios, cujo valor, de forma isolada ou cumulativamente, para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, corresponda ao montante em reais equivalente a até US$1.000.000,00 (um milhão de dólares); **g.** assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias perante clientes, fora do curso normal dos negócios, cujo valor, de forma isolada ou cumulativamente, para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, corresponda ao montante em reais equivalente a até US$1.000.000,00 (um milhão de dólares); **h.** contratação de quaisquer apólices de seguros pela Companhia e por quaisquer de suas subsidiárias que importem o pagamento de prêmios de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais) por apólice; **i.** abertura de filiais, ou escritórios da Companhia ou das suas subsidiárias na condução de seus negócios; **j.** elaboração do Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos à Assembleia Geral Ordinária; **k.** aprovação da realização pela Companhia de doações cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, seja de até R$80.000,00 (oitenta mil reais); **l.** aprovação da realização pela Companhia de patrocínios cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, seja de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais); e **m.** autorização de contribuições da Companhia para associações de empregados, entidades assistenciais e recreativas, e fundos de previdência privada. **Capítulo V – Representação: Artigo 12:** Incumbe à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia, cabendo aos Diretores executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos termos estabelecidos pelo Estatuto. **Artigo 13:** A Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) Diretores, ou ainda 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores agindo conjuntamente, no limite dos respectivos mandatos. **Parágrafo Primeiro:** Pode, ainda, a Companhia ser representada por um único Diretor ou procurador, no limite do respectivo mandato: **a.** nas assembleias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a Companhia; **b.** em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração *ad judicia*; **c.** perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou permitida a presença do segundo representante; **d.** em quaisquer outras circunstâncias, quando necessário, desde que especificamente autorizado pela maioria dos Diretores, caso a caso; e, **e.** quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa. **Parágrafo Segundo:** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: **a.** exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento do processo, todas as procurações serão por prazo certo e terão poderes limitados; e **b.** quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários poderão ser constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações ad negotia até 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão. **Parágrafo Terceiro:** Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. **Capítulo VI – Conselho Fiscal: Artigo 14:** O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei. **Artigo 15:** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração. **Capítulo VII – Assembleia Geral: Artigo 16:** A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que a lei e os interesses sociais exigirem a manifestação dos Acionistas da Companhia, devidamente convocada pelo Diretor Presidente e, na ausência dele, por qualquer outro Diretor da Companhia. **Parágrafo Segundo:** Os anúncios de convocação serão publicados pela imprensa na forma da lei e deles constarão a ordem do dia, a data, e horário da Assembleia Geral e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria, bem como a informação de que a documentação respectiva estará disponível para consulta na sede da Companhia. **Parágrafo Terceiro:** Ressalvados os casos para os quais a lei determina "quórum" qualificado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco ou as abstenções. **Parágrafo Quarto:** Antes de se instalar a Assembleia Geral, os Acionistas assinarão o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade, residência, e a quantidade de ações de que forem titulares. **Artigo 17:** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, na sua ausência ou impedimento, por outro membro da Diretoria e secretariada por qualquer pessoa escolhida pela maioria dos acionistas presentes. **Parágrafo Primeiro:** Nos casos de ausência ou impedimento do Diretor Presidente e dos demais membros da Diretoria, a Assembleia Geral será instalada e presidida por um Acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes. **Parágrafo Segundo:** O secretário da Assembleia Geral será o responsável pela lavratura dos livros societários e emissão de extratos das atas e certificados das suas deliberações, podendo também ditas emissões serem efetuadas pelo Presidente da respectiva Assembleia Geral. **Artigo 18:** A prática de quaisquer dos atos abaixo pela Companhia estará sujeita à aprovação das acionistas, em Assembleia Geral: **a.** emissão de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, criação de espécies ou classes de ações, a subscrição privada ou pública de ações e ou valores mobiliários pela Companhia ou subsidiárias, bem como a concessão de qualquer direito, opção ou privilégio para a aquisição de qualquer ação ou valor mobiliário de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, conversível ou não; **b.** recompra, cancelamento ou resgate de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias; **c.** reorganização societária envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias, incluindo, sem limitação, transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e cisões; **d.** venda, cessão, alienação ou qualquer outra forma de transferência de valores mobiliários de titularidade da Companhia ou de suas subsidiárias, bem como qualquer outra operação envolvendo a alienação ou transferência, pela Companhia ou por suas subsidiárias, de qualquer participação societária de sua respectiva titularidade (incluindo por meio de incorporação de ações ou de sociedades, fusões, cisões ou qualquer outra forma de reorganização societária); **e.** aquisição ou alienação, direta ou indireta, por qualquer meio, de parte substancial dos ativos ou de um negócio ou de quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer Terceiro pela Companhia ou suas subsidiárias, ou a participação em grupo de sociedades ou, ainda, a associação da Companhia ou de suas subsidiárias com outra Pessoa (incluindo, sem limitação, por meio de incorporação de ações e conferência de ativos, de constituição de *joint ventures* e/ou consórcios e/ou de quaisquer outras modalidades de parcerias societárias, com personalidade jurídica própria ou não); **f.** aumento ou redução do capital social da Companhia ou de suas subsidiárias; **g.** alteração do Estatuto Social da Companhia, bem como do estatuto social e/ou contrato social de suas subsidiárias; **h.** requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de suas subsidiárias; **i.** liquidação e dissolução da Companhia ou de suas subsidiárias e nomeação do liquidante; **j.** criação, alteração ou cancelamento de planos de opção de compra de ações ou instrumentos similares pela Companhia ou por suas subsidiárias; **k.** a distribuição dos lucros percebidos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio ou por qualquer outra forma admitida em lei; **l.** listagem para negociação de ações de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias em mercado regulamentado em bolsa de valores e/ou a realização de oferta pública inicial ou subsequente de ações pela Companhia ou por suas subsidiarias; **m.** criação de comitês consultivos de suporte, bem como suas funções; **n.** definição do valor global da remuneração da diretoria da Companhia e de suas subsidiárias que deverão respeitar os padrões de mercado para sociedades de porte análogo à e com atuação no mesmo setor da Companhia; **o.** alteração do número de membros da Diretoria Companhia, ou das regras que regem a estrutura dos mesmos; **p.** aprovação ou qualquer alteração do orçamento anual, do plano de negócios e do plano de investimentos da Companhia e de suas subsidiárias; **q.** aquisição, investimentos, venda, cessão alienação ou qualquer outra forma de Transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia ou por suas subsidiárias, cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 (doze meses) para transações de mesma natureza, o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ressalvadas as vendas de produtos que compõem o portfólio regular de produtos e aquisição de matéria-prima da Companhia ou das suas subsidiárias no curso normal dos negócios; **r.** contratação, destituição e substituição do auditor da Companhia e de suas subsidiárias, que deverá ser necessariamente um auditor independente; **s.** alteração às datas a que correspondem o exercício social da Companhia e de suas subsidiárias; **t.** aprovação e alteração das práticas contábeis ou regime fiscal da Companhia e de suas subsidiárias, exceto se em conformidade com a lei ou por exigência legal e/ou regulamentar; **u.** eleição dos membros da Diretoria da Companhia e definição de suas atribuições; **v.** contratação, assunção ou renegociação de contratos de natureza financeira, incluindo, sem limitação, qualquer empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento pela Companhia ou por suas subsidiárias, contrato de derivativos, hedge ou swap cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); **w.** constituição de qualquer Gravame ou oneração sobre qualquer ativo da Companhia ou de suas subsidiárias cujo valor exceda o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); **x.** concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia ou por suas subsidiárias cujo valor exceda R$500.000,00 (quinhentos mil reais); **y.** renúncia de direitos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias independentemente do valor envolvido; **z.** ajuizamento de processos administrativos, ações judiciais, processos arbitrais, ou a celebração de acordo em qualquer demanda pela Companhia, cujo valor econômico envolvido por demanda e/ou no acordo exceda o montante em reais correspondente a US$1.000.000,00 (um milhão de dólares); **aa.** cessão ou qualquer outra forma transferência, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, *know how, software*, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à Companhia ou a qualquer de suas subsidiárias; **bb.** ressalvado o disposto nos demais itens deste artigo, assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias, fora do curso normal dos negócios, cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 (doze) meses para transações de mesma natureza, o montante em reais correspondente a US$1.000.000,00 (um milhão de dólares); **cc.** assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando àquelas que resultem no pagamento de despesas) ou a celebração de quaisquer contratos pela Companhia ou por suas subsidiárias perante clientes, fora do curso normal dos negócios, cujo valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, o montante em reais correspondente a US$1.000.000,00 (um milhão de dólares); **dd.** contratação de quaisquer apólices de seguros pela Companhia e por quaisquer de suas subsidiárias que importem o pagamento de prêmios acima de R$500.000,00 (quinhentos mil reais) por apólice; **ee.** aprovação da implantação ou de quaisquer alterações às políticas da Companhia e de suas subsidiárias, sendo vedados quaisquer atos em desacordo com as referidas políticas; **ff.** determinação dos poderes e valores de alçada para aprovação de diferentes atos e medidas em cada nível da estrutura organizacional da Companhia (incluindo, sem limitação, para contratação de pessoal, para concessão de descontos, negociação de condições comerciais e contratuais etc), conforme evidenciados em políticas internas da Companhia; **gg.** celebração qualquer contrato ou instrumento que contenha qualquer previsão de cláusulas de não competição, não aliciamento, exclusividade, não contratação, limitação de participação ou disposições e restrições semelhantes referentes à condução e estratégia dos Negócios, em relação a qualquer mercado de produto e área geográfica; **hh.** independentemente do valor, a celebração de qualquer acordo, transação, pacto e/ou outro instrumento perante qualquer autoridade governamental que importe no reconhecimento de conduta imprópria ou sua violação às políticas da Companhia; **ii.** aprovação da realização pela Companhia de doações cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, exceda R$80.000,00 (oitenta mil reais); **jj.** aprovação da realização pela Companhia de patrocínios cujo valor de forma isolada ou cumulativamente para transações de mesma natureza, em um período de 12 (doze) meses, exceda R$500.000,00 (quinhentos mil reais); e **kk.** decisão sobre os casos omissos no Estatuto Social, podendo prever a delegação da deliberação para a Diretoria, na forma da lei. **Capítulo VIII – Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos: Artigo 19:** O exercício social é de 12 (doze) meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20:** Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras exigidas em lei que compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 21:** O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: **c.** a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; **d.** os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo no valor de R$20.000,00 (vinte mil Reais), nos termos do antigo 202 da Lei 6.404/76; **e.** o saldo remanescente, após atendidas as disposições acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Artigo 22**: A Companhia poderá pagar participação nos lucros a seus empregados e administradores, observados os termos e limites previstos na legislação aplicável. **Artigo 23**: A Companhia levantará balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e distribuir, por deliberação dos Acionistas, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. **Parágrafo Primeiro**: Em caso de distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em balanços semestrais, ou em períodos menores, poderá também ser paga a participação a que se refere o Artigo 18 deste Estatuto, observados os termos e limites previstos na legislação aplicável. **Parágrafo Segundo**: Por deliberação dos Acionistas poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Terceiro**: A Companhia poderá, mediante da Assembleia Geral, distribuir aos acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Quarto**: Dividendos intermediários, quando pagos, serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 24:** A Companhia será liquidada nos casos e pela forma prevista em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e aprovar sua remuneração. Lorena/SP, 19 de dezembro de 2025. (Estatuto Social da Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio, alterado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 19 de dezembro de 2025). Presidente: Rogério Barbosa; Secretária: Juliana Fonseca Alves. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 56.883/26-2 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

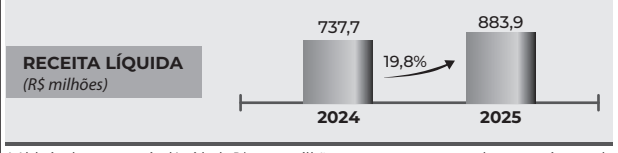
CNPJ nº 48.344.725/0007-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração: A Althaia encerrou o ano de 2025 com receita líquida de R$ 883,9 milhões, representando um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reflete a consolidação dos principais produtos do portfólio, o avanço nas vendas e os resultados positivos da estratégia de inovação, evidenciada pelos lançamentos realizados nos últimos 12 meses. Os indicadores reforçam a solidez do modelo de negócios e a capacidade da Companhia de sustentar um crescimento orgânico consistente. Mantivemos nossa presença nos canais digitais por meio do portal B2C www.lojaequaliv.com.br, direcionado à venda direta de suplementos ao consumidor final. Essa frente vem sendo fortalecida por investimentos relevantes em marketing voltados a produtos estratégicos. Além de ampliar o acesso ao nosso portfólio, esse canal também proporciona inteligência de mercado ao oferecer dados relevantes sobre o comportamento e preferências dos nossos clientes, contribuindo para o crescimento da Companhia. A Althaia adota um modelo de negócios único no setor farmacêutico brasileiro, que vem impulsionando um histórico de crescimento acima da média do mercado, de forma orgânica e sustentada. O compromisso com Pesquisa e Desenvolvimento é um pilar estratégico, materializado em investimentos consistentes que viabilizam o lançamento de produtos inovadores e com alto padrão de qualidade. No campo comercial, contamos com uma estrutura robusta e eficaz, capaz de atender uma base diversificada de clientes e parceiros. A governança da Companhia está fundamentada em um modelo de *partnership*, que valoriza a colaboração, a meritocracia e o alinhamento com os propósitos corporativos. A Althaia também se destaca por adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, promovendo transparência, equidade e responsabilidade na gestão. O Conselho de Administração manteve sua composição com cinco membros, sendo três independentes e com ampla experiência no setor. Complementando essa estrutura, o Comitê de Auditoria é formado por três membros independentes, todos com sólida trajetória profissional. Com uma estrutura organizacional sólida, foco em inovação e disciplina na execução, a Companhia está preparada para capturar novas oportunidades, sustentando seu plano de crescimento com rentabilidade e responsabilidade. A Althaia segue confiante na construção de um futuro promissor, com base em sua estratégia diferenciada e compromisso com a excelência. **Desempenho Econômico-Financeiro:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Receita líquida	883,9	737,7	19,8%
Lucro bruto	534,9	450,3	18,8%
Margem bruta (%)	*60,5%*	*61,0%*	*–0,5 p.p.*
Despesas operacionais	(264,5)	(250,0)	–5,8%
Equivalência patrimonial	(0,2)	(0,3)	–33,3%
EBITDA	301,2	225,5	33,6%
Margem EBITDA (%)	*34,1%*	*30,6%*	*3,5 p.p.*
Lucro líquido	220,0	151,9	44,8%
Margem líquida (%)	*24,9%*	*20,6%*	*4,3 p.p.*



A Althaia alcançou receita líquida de R$ 883,9 milhões em 2025, representando um crescimento de 19,8% em relação ao ano de 2024. Esse resultado reflete o avanço nas vendas dos principais produtos do portfólio e o impacto positivo dos lançamentos realizados nos últimos 12 meses. **Lucro Bruto:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Lucro bruto	534,9	450,3	18,8%
Margem bruta (%)	*60,5%*	*61,0%*	*–0,5 p.p.*

O lucro bruto totalizou R$ 534,9 milhões em 2025, com margem bruta de 60,5%. Os custos representaram 39,5% da receita líquida do ano, um aumento de 0,5 ponto percentual em comparação a 2024.

Despesas Operacionais:

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Despesas operacionais	**(264,5)**	**(250,0)**	**–5,8%**
Vendas	*(65,8)*	*(55,0)*	*–19,6%*
Gerais e administrativas	*(136,1)*	*(105,0)*	*-29,6%*
Pesquisa e Desenvolvimento	*(67,8)*	*(107,5)*	*36,9%*
Outras receitas (despesas) operacionais	*5,1*	*17,7*	*–71,2%*
Despesas operacionais/ Receita líquida (%)	**–29,9%**	**–33,9%**	**4,0 p.p.**

Em 2025, as despesas operacionais totalizaram R$ 264,5 milhões, um aumento de 5,8% em relação a 2024. As despesas com vendas alcançaram R$ 65,8 milhões, um aumento de 19,6% em relação a 2024, reflexo principalmente do maior gasto com pessoal. As despesas gerais e administrativas somaram R$ 136,1 milhões, crescimento de 29,6% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento de despesas com pessoal e maiores investimentos em marketing. Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) totalizaram R$ 67,8 milhões em 2025, ante R$ 107,5 milhões em 2024, impactado pela baixa contábil não recorrente de projetos em desenvolvimento registrada no 2024.

EBITDA:

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	**270,2**	**200,0**	**–35,1%**
(+) Depreciação e amortização	(31,0)	(25,5)	–21,6%
EBITDA	**301,2**	**225,5**	**33,6%**
Margem EBITDA (%)	***34,1%***	***30,6%***	***3,5 p.p.***

O EBITDA alcançou R$ 301,2 milhões em 2025, representando um crescimento de 33,6% em relação a 2024. A margem EBITDA ficou em 34,1%, um aumento de 3,5 pontos percentuais em comparação ao ano de 2024, impulsionado pelo crescimento na receita e melhor eficiência nas despesas operacionais. **Resultado Financeiro:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Resultado financeiro	**(14,8)**	**(34,1)**	**56,6%**
Receitas financeiras	*17,8*	*5,4*	*229,6%*
Despesas financeiras	*(32,5)*	*(39,5)*	*17,7%*

Em 2025, o resultado financeiro foi de R$ -14,8 milhões, frente a R$ -34,0 milhões em 2024. O aumento deve-se principalmente a receita com aplicações financeiras. **Lucro Líquido:**

R$ milhões	2025	2024	Δ (%)
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	**270,2**	**200,0**	**35,1%**
Resultado financeiro	*(14,8)*	*(34,1)*	*56,6%*
IRCS	*(35,5)*	*(14,0)*	*–153,6%*
Lucro líquido	**220,0**	**151,9**	**44,8%**
Margem líquida (%)	***24,9%***	***20,6%***	***4,3 p.p.***

Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R$ 220,0 milhões, um aumento de 44,8% em relação a 2024. A margem líquida alcançou 24,9%, representando um crescimento de 4,3 pontos percentuais em comparação ao ano anterior. **Endividamento Líquido:** O Endividamento Líquido é representado pelo endividamento bancário (empréstimos e financiamentos) somado ao saldo das debêntures, subtraindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um Endividamento Líquido de R$ 257,8 milhões, o que representa um aumento de 19,0% em comparação a 31 de dezembro de 2024. A relação entre o Endividamento Líquido e o EBITDA dos últimos 12 meses foi de 0,86x, reduzindo -0,11 ponto percentual em relação ao ano anterior. **Investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento:** Desde o início de nossas operações, temos realizado diversos investimentos com o propósito de consolidar nossa posição como uma indústria relevante no setor de saúde. Dentro desse contexto, o investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos representa um dos pilares essenciais para o crescimento de nossa empresa. Temos como meta estabelecer um portfólio robusto de produtos farmacêuticos. Atualmente, já contamos com 63 produtos registrados, incluindo genéricos e similares, dos quais 37 já estão disponíveis no mercado. No segmento de nutracêuticos (suplementos alimentares), nosso portfólio atual conta com 62 produtos, e continuamos trabalhando em diversos produtos em diferentes estágios de desenvolvimento, que têm previsão de lançamento nos próximos anos. Nosso compromisso com a qualidade e inovação nos impulsiona a buscar constantemente novas soluções para atender às necessidades de nossos clientes e do mercado de saúde como um todo. **Investimentos em Capex:** Como parte de nossa estratégia de crescimento sustentável e de geração de valor, estamos promovendo a ampliação da nossa capacidade produtiva para acompanhar o aumento da demanda e suportar o crescimento projetado nos próximos anos. No final de 2025, concluímos o a expansão da fábrica de medicamentos no complexo industrial de Atibaia (SP), ampliando significativamente nossa capacidade produtiva. Já em Poços de Caldas (MG), estamos construindo uma nova planta industrial que reforçará nossa presença nacional, com significativos ganhos operacionais. Esses investimentos não apenas suportam o crescimento das receitas, mas também geram externalidades positivas nas regiões onde atuamos, por meio da criação de empregos diretos e indiretos, alinhando retorno financeiro à responsabilidade social. Trata-se de um movimento estratégico coerente com o propósito da Companhia de fomentar o desenvolvimento das comunidades e fortalecer nossa atuação em todo o território brasileiro. Em 2024, concluímos a implantação do Epicenter, nosso novo e moderno centro de Pesquisa & Desenvolvimento em Atibaia (SP). A nova estrutura eleva nossa capacidade de inovação e acelera o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, incorporando tecnologia de ponta e ambiente físico altamente qualificado. Esta evolução reforça nossa vantagem competitiva, impulsiona a expansão do portfólio e consolida nosso posicionamento estratégico como uma companhia preparada para liderar transformações no setor, com foco em qualidade, eficiência e soluções cada vez mais aderentes às demandas do mercado. **Recursos Humanos:** A Althaia mantém um compromisso estratégico com a valorização de seu capital humano, reconhecendo que o engajamento e o desenvolvimento de seus colaboradores são pilares essenciais para sustentar o crescimento e assegurar a perenidade dos negócios. Desde sua fundação, a Companhia investe de forma consistente na atração e retenção de talentos alinhados ao seu propósito e cultura, com o objetivo de construir uma organização sólida, inovadora e preparada para os desafios futuros. Como parte desse compromisso, a Althaia implementa iniciativas robustas de capacitação, com destaque para o Programa de Desenvolvimento da Liderança. Esse programa é conduzido por consultorias especializadas em gestão contemporânea e tem como foco formar líderes alinhados aos valores da Companhia, promovendo coerência cultural e visão estratégica ao longo de toda a cadeia organizacional. Além disso, a cultura de inovação é fortalecida com o programa Sugira, um canal estruturado para que colaboradores proponham melhorias em áreas-chave como produtividade, qualidade, processos, ambiente de trabalho e otimização de custos. Essa abordagem estimula o protagonismo interno e contribui diretamente para ganhos operacionais e competitivos. A filosofia de gestão da Althaia é ancorada na metodologia da gestão pela contribuição, priorizando o reconhecimento e o engajamento das pessoas como diferencial estratégico. O modelo promove alto grau de comprometimento, refletindo-se em índices superiores de retenção, clima organizacional e performance. No campo social, a Companhia adota uma atuação ativa por meio do Instituto Althaia, responsável pela coordenação do Programa de Voluntariado Estruturado. A Companhia destina 5% do lucro líquido anual para projetos sociais. A iniciativa estimula o engajamento dos colaboradores em ações sociais que impactam positivamente comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente nas regiões onde a empresa está presente. A atuação inclui doações regulares a instituições sociais e ações pontuais junto a casas de repouso, hospitais e projetos educacionais. Desde 2018, parte dos resultados da Companhia é destinada a atividades sociais, reforçando o compromisso da Althaia com a geração de valor compartilhado. As ações são concentradas em localidades estratégicas como o estado de São Paulo, Pouso Alegre (MG) e Poços de Caldas (MG), ampliando a presença e a reputação institucional. Outra frente de destaque é o programa de Menor Aprendiz, também conduzido pelo Instituto Althaia, que viabiliza a inserção de jovens no mercado de trabalho por meio de formação técnica e qualificação profissional, contribuindo para o desenvolvimento social e para a formação de futuras lideranças. Essas iniciativas reforçam o posicionamento da Althaia como uma empresa orientada para o longo prazo, com cultura organizacional forte, responsabilidade social ativa e capacidade de atrair, desenvolver e reter talentos. São diferenciais intangíveis que sustentam a geração de valor aos acionistas e fortalecem a reputação da Companhia junto ao mercado e à sociedade. **Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Althaia S.A. Indústria Farmacêutica informa que, no período de janeiro a dezembro de 2024, não foram contratados junto à KPMG serviços não relacionados à auditoria externa, uma vez que são nossos auditores para o ano base de 2025. **Agradecimentos:** Valorizamos imensamente o trabalho de nossos colaboradores, o apoio de nossos acionistas e a confiança depositada por nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras do mercado. Reconhecer essas contribuições é fundamental para o sucesso e crescimento contínuo da Companhia.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	109.151	87.216
Títulos e valores mobiliários	10	7.060	6.347
Contas a receber de clientes	11	299.297	234.404
Estoques	12	162.218	139.530
Adiantamentos a fornecedores	13	7.348	6.778
Impostos a recuperar	14	18.124	4.802
Ativo fiscal corrente		469	303
Outros créditos		2.003	3.230
Total do ativo circulante		**605.670**	**482.610**
Não circulante			
Impostos a recuperar	14	6.063	1.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	–	139
Depósitos judiciais	23	447	271
Total do ativo realizável a longo prazo		**6.510**	**2.219**
Imobilizado	17	375.359	216.233
Investimentos	18	2.256	2.411
Intangível	19	118.003	71.716
Direito de uso	20	1.803	4.812
		497.421	**295.172**
Total do ativo não circulante		**503.931**	**297.391**
Total do ativo		**1.109.601**	**780.001**

Passivo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	21	122.641	97.536
Arrendamentos a pagar	20.b	1.649	4.214
Empréstimos e financiamentos	22	19.275	24.004
Debêntures	23	79.856	3.730
Obrigações sociais e trabalhistas	24	13.432	11.992
Obrigações fiscais	25	12.415	8.509
Parcelamentos fiscais e previdenciários	26	684	1.362
Dividendos a pagar	28.c	33.211	11.461
Demais contas a pagar		15.642	9.387
Total do passivo circulante		**298.805**	**172.195**
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	20.b	255	1.072
Empréstimos e financiamentos	22	192.810	126.499
Debêntures	23	75.000	149.669
Subvenção governamental	17	18.438	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	24.485	–
Parcelamentos fiscais e previdenciários	26	764	1.421
Obrigações fiscais	25	3.808	954
Provisão para demandas judiciais	27	2.918	2.288
Dividendos a pagar	28.c	52.151	–
Demais contas a pagar		1	5
Total do passivo não circulante		**370.630**	**281.908**
Patrimônio líquido			
Capital social	28	405.338	36.714
Reserva de capital		1.811	1.811
Reserva de lucros		33.017	287.373
Total do patrimônio líquido		**440.166**	**325.898**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.109.601**	**780.001**

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receita	29	883.886	737.703
Custo das vendas e dos serviços prestados	30.1	(348.948)	(287.395)
Lucro bruto		**534.938**	**450.308**
Despesas com vendas	30.2	(65.803)	(54.967)
Despesas gerais e administrativas	30.2	(132.389)	(104.982)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	30.2	(67.782)	(107.511)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(3.682)	(186)
Outras despesas		(57)	(29)
Outras receitas		5.176	17.682
Resultado antes da equivalência patrimonial, despesas financeiras líquidas e impostos		**270.401**	**200.315**
Equivalência patrimonial	18	(155)	(290)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		**270.246**	**200.025**
Receitas financeiras	31	17.761	5.369
Despesas financeiras	31	(32.536)	(39.493)
Despesas financeiras líquidas		**(14.775)**	**(34.124)**
Resultado antes dos impostos		**255.471**	**165.901**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(10.866)	(3.400)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(24.624)	(10.628)
Imposto de renda e contribuição social		**(35.490)**	**(14.028)**
Lucro líquido do exercício		**219.981**	**151.873**
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		**219.981**	**151.873**
Resultado por ação			
Resultado por ação – básico e diluído		1,04	0,72

Demonstração do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024(*(Em milhares de Reais)*

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	**219.981**	**151.873**
Resultado abrangente total	**219.981**	**151.873**
Resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas controladores	219.981	151.873
Resultado abrangente total	**219.981**	**151.873**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de subvenção governamental	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 dezembro de 2023	**36.714**	**1.811**	**7.343**	**122.052**	**29.366**	**–**	**197.286**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	151.873	151.873
Destinações:							
Constituição de reserva de subvenção de investimento	–	–	–	58.828	–	(58.828)	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucro	–	–	–	–	69.784	(69.784)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(13.957)	(13.957)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	(9.304)	(9.304)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**36.714**	**1.811**	**7.343**	**180.880**	**99.150**	**–**	**325.898**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	219.981	219.981
Destinações:							
Dividendos adicionais – distribuição de lucro de anos anteriores	–	–	–	–	(99.143)	–	(99.143)
Dividendos adicionais – ajuste a valor presente	–	–	–	–	14.270	–	14.270
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(20.840)	(20.840)
Aumento de capital com lucros intermediários	82.000	–	–	–	–	(82.000)	–
Aumento de capital com lucros remanecentes	36.324	–	–	–	–	(36.324)	–
Constituição de reserva de subvenção de investimento	–	–	–	69.420		(69.420)	–
Aumento de capital com reserva de subvenção de investimento	250.300	–	–	(250.300)	–	–	–
Reserva legal	–	–	10.999	–	–	(10.999)	–
Reserva de lucro	–	–	–	–	398	(398)	–
Saldo em 31 de dezembro 2025	**405.338**	**1.811**	**18.342**	**–**	**14.675**	**–**	**440.166**

Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício Ajustes para:		**219.981**	**151.873**
Equivalência patrimonial em coligada	18	155	290
Provisão para perda esperada de contas a receber de clientes	11	3.682	196
Depreciações e amortizações	17 / 19 / 20	30.986	25.451
Encargos financeiros	20 / 22	10.196	5.081
Provisão de juros das debêntures	23	24.378	19.538
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	32	–	(1.084)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	16	10.866	3.400
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido	16	24.624	10.628
Provisão para processos judicias	27	630	(1.125)
Ajuste ao valor realizável de estoque	12	(4.154)	(3.413)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	17 / 19 / 20	4.118	33.380
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais			
Contas a receber	11	(68.575)	(74.934)
Adiantamentos a fornecedores	13	(571)	(4.319)
Impostos a recuperar	14	(17.743)	(3.477)
Estoques	12	(18.534)	(15.026)
Outros créditos		1.051	(1.333)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar	21	18.458	34.549
Impostos e contribuições	25	6.759	(471)
Obrigações trabalhistas	24	1.440	3.197
Parcelamentos fiscais	26	(1.335)	(1.364)
Outras obrigações		24.693	3.782
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**271.105**	**184.820**
Juros pagos	20 / 22 / 23	(31.355)	(20.535)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(10.866)	(3.400)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**228.884**	**160.885**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	17	(175.902)	(111.230)
Aquisição de intangível	19	(53.410)	(35.240)
Aquisição de investimentos	10	(713)	(6.909)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(230.025)**	**(153.379)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	22	82.785	115.610
Pagamento de empréstimos e financiamentos	22	(22.966)	(18.030)
Pagamento de passivo de arrendamento	20	(4.931)	(5.480)
Pagamento de dividendos	28	31.812	(26.100)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**23.076**	**66.000**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**21.935**	**73.506**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro		87.216	13.710
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025		**109.151**	**87.216**

continua ☛

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto Operacional: A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia" ou "Althaia") é uma sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de Atibaia, São Paulo, Avenida Tégula, nº 888, nos módulos 1, 15, 16, 17,19, 20 e 21 no Condomínio Centro Empresarial Atibaia. A Companhia é registrante na categoria B na CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, nutracêuticos, oletéticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos. A Companhia ainda presta serviços para terceiros pertinentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral. O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos (suplementos alimentares e vitaminas voltados à prevenção de doenças), sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre). A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribuidores, instituições de saúde e varejistas. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)** : As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrange a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão desta demonstração financeira foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2026. A Administração da Companhia afirma que está divulgando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e correspondem aquelas usadas na gestão do negócio. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 20 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 11 –

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; Nota explicativa nº 12 – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência. Nota explicativa nº 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Nota explicativa nº 19 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. Nota explicativa nº 27 – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa nº 29 – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas. **c. Mensuração ao valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis) A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado. **7. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis materiais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b. Informação por segmento:** A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos e nutracêuticos. O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da Companhia. **c. Receita de contrato com cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias. ***c.1 Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita:*** Na tabela seguinte, apresenta-se as diretrizes da composição da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e momento do reconhecimento da receita. Também inclui a conciliação da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.

Tipo de produtos e serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de produtos	Representam venda de produtos farmacêuticos, com faturamento de acordo com cada linha de produtos e negociação particular de entrega e prazo de pagamento com cada cliente. Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Os prazos de pagamento dependem do segmento e do contrato firmado os prazos podem variar de pagamento à vista até 180 dias em média para pedidos de maior volume.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.
Industrialização	Representa a terceirização de produção de medicamentos de terceiros	A receita é reconhecida conforme os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
Serviço	Representa o fornecimento de serviços de desenvolvimento de produtos para parceiros.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que as etapas dos serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

d. Receitas e despesas financeiras: As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicações financeiras, (ii) despesa de juros de empréstimos, debêntures e passivos de arrendamento (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **e. Subvenção governamental:** ***i. Subvenção estadual - ICMS:*** É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são: Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada; Assume a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS; e Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas. ***ii. Lei do Bem:*** A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei do Bem (Lei n° 11.196/2005), que permitem a exclusão adicional, na apuração do lucro real, de dispêndios incorridos em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (P&D), para fins de determinação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os gastos elegíveis com P&D são reconhecidos como despesas operacionais no resultado do exercício, de acordo com sua natureza, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão em convergência com as IFRS. O benefício fiscal decorrente da Lei do Bem é reconhecido como redução do IRPJ e da CSLL correntes, por meio de ajustes efetuados na apuração do lucro, nos termos da legislação tributária vigente. Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os efeitos dos incentivos fiscais da Lei do Bem são tratados como diferenças permanentes, não gerando reconhecimento de ativos ou passivos fiscais diferidos. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***i. Imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***ii. Imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, usando-se o método sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. **g. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável. **h. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3–40 anos
Móveis e utensílios	3–10 anos
Veículos	5–8 anos
Equipamentos de informática	3–10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10–21 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **i. Intangível: i.1 Pesquisa e desenvolvimento**: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros foram prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável. **i.2 Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis. ***a. Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***b. Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Software	5 anos
Custos com desenvolvimento capitalizados	5 anos

j. Arrendamento mercantil: A Companhia atua como **arrendatária** em contratos de arrendamento, principalmente de imóveis e equipamentos utilizados em suas operações. Em decorrência da vigência da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer, na data de início dos contratos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transição, descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Prazo	Taxa incremental	Taxa real
1 ano	13,63%	8,39%
2 anos	13,05%	7,84%
3 anos	13,09%	7,88%
4 anos	13,29%	8,07%
5 anos	13,49%	8,26%
6 anos	13,64%	8,41%
7 anos	13,74%	8,50%
8 anos	13,79%	8,54%
9 anos	13,79%	8,55%
10 anos	13,76%	8,52%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui apenas arrendamentos de curto prazo e/ou de baixo valor, para os quais optou pela aplicação da isenção prevista na norma contábil, não reconhecendo ativos de direito de uso nem passivos de arrendamento. **k. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment):** ***i. Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia calcula a provisão para perdas com base em um valor correspondente à perda esperada de crédito ao longo da vida útil. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Os critérios para a provisão de perda estimada do contas a receber foram definidos a partir de políticas de crédito da Companhia, onde são estabelecidos *ratings* para os clientes. A partir do *rating* de cada grupo de clientes foram definidos percentuais de risco que são aplicados sobre a carteira de clientes. As métricas de provisão estão embasadas em avaliação individualizada de crédito, incluindo fatores como nível de endividamento, títulos em atraso e análise do histórico de inadimplência no mercado. Além disso, são utilizados dados estatísticos, como a média dos títulos em atraso dos últimos 3 anos para embasar as métricas de perda esperada. Os percentuais de risco de cada rating estão demonstrados abaixo:

Rating AA – 0,2% sobre a carteira de clientes;
Rating A – 0,9% sobre a carteira de clientes;
Rating B – 10,6% sobre a carteira de clientes;
Rating C – 14,6% sobre a carteira de clientes;
Rating D – 50,0% sobre a carteira de clientes;
Rating E – 100,0% sobre a carteira de clientes.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do cliente; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias; Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor estrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização; e O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***ii. Ativos não financeiros:*** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são

Demonstração do Valor Adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas	**1.064.446**	**890.811**
Venda de produtos e serviços	1.148.351	928.729
Abatimentos e devoluções	(105.888)	(84.524)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.083	17.022
Receitas referentes à construção de ativos próprios	20.582	29.770
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.682)	(186)
Insumos adquiridos de terceiros	**(438.656)**	**(472.157)**
Custos das vendas e dos serviços prestados	(301.705)	(246.887)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(135.126)	(225.844)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.825)	574
Valor adicionado bruto	**625.790**	**418.654**
Depreciação e amortização	(31.726)	(24.243)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**594.064**	**394.411**
Valor adicionado recebido em transferência	**17.606**	**5.079**
Receitas financeiras	17.761	5.369
Equivalência patrimonial	(155)	(290)
Valor adicionado total a distribuir	**611.670**	**399.490**
Distribuição do valor adicionado	**611.670**	**399.490**
Pessoal e encargos	**132.859**	**103.950**
Remuneração	87.066	73.958
Benefícios	39.646	25.393
FGTS	6.147	4.599
Impostos taxas e contribuições	**126.022**	**87.658**
Federal	91.993	62.631
Estadual	34.028	25.026
Municipal	1	1
Remunerações de capitais de terceiros	**27.095**	**32.748**
Juros	29.095	24.502
Aluguéis	491	510
Variação cambial, monetária e outras	(2.491)	7.736
Remunerações de capitais próprios	**325.694**	**175.134**
Dividendos	105.713	23.261
Lucros retidos	219.981	151.873

agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC). O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **m. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. ***Provisões para demandas judiciais:*** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n. Instrumentos financeiros:** ***i. Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***ii. Classificação e mensuração subsequente:*** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao (VJR) - Valor Justo por meio do Resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***iii. Desreconhecimento***: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***iv. Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **o. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, ao Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **p. Demonstrações do valor adicionado:** A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. **q. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **r. Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 18). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. **8. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a seguinte norma contábil na preparação desta demonstração financeira. ***IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:*** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***Outras Normas Contábeis:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alteração IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao IFRS 9 e IFRS 7).

9. Caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	87	33
Conta corrente	92	198
Aplicações financeiras	108.972	86.985
Total	**109.151**	**87.216**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. São compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações eram remuneradas entre 99% e 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (entre 20% e 110% em 31 de dezembro de 2024). **10. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de títulos e valores mobiliários, referem-se aos investimentos em ações de Companhias listadas na B3, adquiridos com o objetivo de obter maior rentabilidade em comparação a outras classes de aplicações financeiras. A Companhia avaliou que esses investimentos não atendem ao conceito de caixa e equivalentes de caixa, por estarem sujeitas a um significante risco de mudança de valor, sendo classificados como Títulos e Valores Mobiliários (TVM), mensurados pelo preço de fechamento divulgado pela B3.

	31.12.2025	31.12.2024
Ações listadas na bolsa	7.060	6.347
Títulos e valores mobiliários	**7.060**	**6.347**

11. Contas a receber de clientes: Correspondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber no país	304.646	236.667
Contas a receber no exterior	1.351	755
Subtotal	**305.997**	**237.422**
(–) Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	(6.700)	(3.018)
Total do contas a receber líquido	**299.297**	**234.404**
Circulante	299.297	234.404
Não circulante	**–**	**–**

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
A vencer	303.933	235.018
Vencidos:		
até 30 dias	–	39
entre 31 e 60 dias	378	648
entre 61 e 90 dias	478	364
entre 91 e 180 dias	139	123
entre 181 e 360 dias	430	464
acima de 360 dias	639	766
Saldo final	**305.997**	**237.422**

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	(3.018)	(2.831)
Adições	(6.700)	(3.018)
Baixas	–	9
Reversões	3.018	2.822
Saldo final	**(6.700)**	**(3.018)**

12. Estoques: A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Matéria prima	77.893	63.154
Produto acabado	53.369	38.618
Produto semi–acabado	18.995	26.919
Embalagem	11.582	10.416
Material de consumo	379	423
Total	**162.218**	**139.530**

Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 3.073 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.453 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	(1.453)	(725)
Adição	(31.764)	(16.038)
Baixas	2.534	2.685
Reversão	27.610	12.625
Saldo final	**(3.073)**	**(1.453)**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas. **13. Adiantamento fornecedores**:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores nacionais	1.861	2.682
Fornecedores estrangeiros	1.806	2.147
Despachantes	3.681	1.949
Total	**7.348**	**6.778**

14. Impostos a recuperar:

	31.12.2025	31.12.2024
PIS/COFINS	3.654	1.631
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	14.349	3.102
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	121	69
Total circulante	**18.124**	**4.802**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	6.062	1.648
Pis/Cofins a recuperar	1	161
Total não circulante	**6.063**	**1.809**
Total	**24.187**	**6.611**

15. Remuneração do pessoal-chave da Administração: **Remuneração dos dirigentes:** A remuneração dos dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários, pró-labore, pagamentos à pessoa jurídica e benefícios compostos de plano de saúde e seguro de vida. **Remuneração do Conselho de Administração:** A remuneração de membros do Conselho de Administração acontece em razão da realização de reuniões periódicas, composta de valor fixo, por reunião com natureza salarial, não incluindo nenhuma espécie de benefício. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, inclui as remunerações fixas e benefícios dos dirigentes e remuneração por reunião dos membros do Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. A remuneração total dos administradores e comitê auditoria está assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Diretores	4.383	2.953
Conselho de Administração	150	65
Total	**4.533**	**3.018**

16. Imposto de renda e contribuição social: 16. a Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Conciliação da alíquota de imposto efetiva	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**255.471**	**165.901**
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Despesa projetada de imposto de renda e contribuição social	**(86.860)**	**(56.406)**
Adições/exclusões permanentes	(1.576)	(3.998)
Subvenção estadual MG	23.603	20.002
Lei do Bem	29.343	26.374
Total	**(35.490)**	**(14.028)**
Alíquota efetiva de IR e CS (%)	**(13,9%)**	**(8,5%)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.866)	(3.400)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.624)	(10.628)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(35.490)**	**(14.028)**

16. b Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ativo fiscal diferido	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	–	102
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	–	37
Total	**–**	**139**
Passivo fiscal diferido		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(18.003)	–
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(6.482)	–
	(24.485)	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(24.485)**	**139**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se conforme seguem:

Diferenças temporárias ativas	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para acordos comerciais	2.677	1.699
Provisão para demandas judiciais	992	778
Provisão para perdas de crédito esperadas	2.278	1.026
Provisão para perda nos estoques	1.045	494
Provisão para devoluções	1.539	791
Passivo de arrendamento	647	1.797
Outros	362	2.746
Total das diferenças temporárias ativas	**9.540**	**9.331**
Diferenças temporárias passivas		
Depreciação e amortização acelerada (i)	(33.412)	(10.916)
Direito de uso	(613)	(1.636)
Total das diferenças temporárias ativas e passivas	**(24.485)**	**(3.221)**
Prejuízo fiscal e base negativa	–	3.360
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**(24.485)**	**139**

(i) Em conformidade com a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), aplicou o benefício fiscal da depreciação sobre bens tangíveis adquiridos para atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Este benefício permite a dedução do valor total dos bens no exercício fiscal de sua aquisição, desde que destinados exclusivamente a projetos de inovação tecnológica. Movimentação do imposto de renda e contribuição social no período:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**139**	**10.767**
Efeito no resultado do periodo	(24.624)	(10.628)
Saldo final	**(24.485)**	**139**

17. Imobilizado:

Movimentação de custo	01.01.2024	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2025
Terrenos, edificios e benfeitorias	38.785	28.214	–	1.103	68.102	41.933	–	35.799	145.834
Máquinas, equipamentos e outros bens	77.137	43.944	(13)	256	121.324	54.500	(4.562)	8.383	179.645
Móveis e utensílios	3.302	596	(110)	–	3.788	299	(158)	384	4.313
Veículos	4.825	2.326	(1.235)	–	5.916	1.666	(222)	–	7.360
Equipamentos de informática	5.036	2.052	–	–	7.088	2.196	–	467	9.751
Imobilizado em andamento	16.267	46.999	–	(1.359)	61.907	81.955	(232)	(45.033)	98.597
Total de imobilizado	**145.352**	**124.131**	**(1.358)**	**–**	**268.125**	**182.549**	**(5.174)**	**–**	**445.500**
Movimentação de depreciação									
Terrenos, edificios e benfeitorias	(2.658)	(2.104)	–	–	(4.762)	(3.402)	–	–	(8.164)
Máquinas,equipamentos e outros bens	(28.914)	(9.855)	11	–	(38.758)	(13.054)	588	–	(51.224)
Móveis e utensílios	(1.814)	(1.029)	81	–	(2.762)	(301)	118	–	(2.945)
Veículos	(1.575)	(903)	682	–	(1.796)	(1.274)	207	–	(2.863)
Equipamentos de informática	(2.928)	(886)	–	–	(3.814)	(1.317)	186	–	(4.945)
Total de depreciação	**(37.889)**	**(14.777)**	**774**	**–**	**(51.892)**	**(19.348)**	**1.099**	**–**	**(70.141)**
Saldo líquido	**107.463**	**109.354**	**(584)**	**–**	**216.233**	**163.201**	**(4.075)**	**–**	**375.359**

No exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu ativos fixos destinados ao novo centro de pesquisa e desenvolvimento e ao novo polo de produção, totalizando um investimento de R$ 182.549 (R$ 124.131 em 31 de dezembro de 2024), com desembolso de caixa no montante de R$ 175.902 (R$ 111.230 em 31 de dezembro de 2024). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados a aquisição e construção dos novos ativos de R$ 8.374 (R$ 1.298), calculados utilizando uma taxa de capitalização média de 9,58%. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício de 2025, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis. **Receita diferida - Subvenção governamental:** Em junho de 2025, a Companhia recebeu, em doação do Município de Poços de Caldas, um terreno avaliado em R$ 18.438, destinado à instalação de uma nova planta industrial. O valor foi registrado no ativo imobilizado e, em contrapartida, reconhecido como receita diferida no passivo não circulante, conforme o IAS 20/CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. A apropriação ao resultado será realizada de forma linear ao longo de 10 anos, a partir do início da depreciação do prédio construído no local, em alinhamento com o cumprimento das condições estabelecidas na concessão. Dentre essas condições, destacam-se: a obrigatoriedade de construir e operar a planta industrial no terreno doado, conforme previsto no protocolo de intenções aprovado, e a observância de obrigações legais e sociais associadas ao projeto, incluindo contrapartidas como a doação de medicamentos. **Teste de redução ao valor recuperável ("*Impairment*") :** Para o exercício de 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar gatilhos de *impairment.* **18. Investimentos:** A Companhia detém participação de 20% no capital social da Heartmetrix Saúde S.A. (Heartmetrix), empresa voltada ao desenvolvimento de plataformas digitais voltadas a profissionais da área da saúde. A Heartmetrix não possui registro de companhia aberta e não tem seus valores mobiliários negociados em bolsa de valores. Abaixo está demonstrada a posição do patrimônio líquido e resultado do exercício de investimento na coligada:

Coligadas	**Patrimônio Liquido**	**Prejuizo líquido**	**Participação no Capital social %**	**Investimento Ágio**	**Investimento 2025**	**Investimento 2024**	**Resultado de Equivalência Patrimonial 2025**	**Resultado de Equivalência Patrimonial 2024**
Heartmetrix Saúde S.A.	(585)	(816)	20	2.139	2.256	2.411	(155)	(290)

Abaixo está demonstrada integralmente a posição de balanço patrimonial e de resultado da sociedade coligada:

	31.12.2025
	Composição da Heartmetrix
Ativo circulante	590
Patrimonio líquido	(585)
Receita liquida	85
Custo, Despesas operacionais	
e Outros resultados operacionais	(901)
Prejuizo líquido	(816)
Quantidade de ações possuidas	2.000
Participação no capital social – %	20

19. Intangível:

	01.01.2024	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2025
Custo ou Avaliação									
Software	2.893	1.021	–	–	3.914	197	(43)	–	4.068
Desenvolvimento de produtos	66.927	31.969	(33.325)	(2.821)	62.750	52.767	(41)	(9.301)	106.175
Direito propriedade.industrial e serviços	3.630	–	–	–	3.630	–	–	–	3.630
Produtos lançados	9.320	110	–	2.821	12.251	446	–	9.301	21.998
Outros	43	–	–	–	43	–	–	–	43
Total intangível	**82.813**	**33.100**	**(33.325)**	**–**	**82.588**	**53.410**	**(84)**	**–**	**135.914**
Amortização									
Software	(1.952)	(505)	–	–	(2.457)	(563)	41	–	(2.979)
Direito de propriedade industrial	(1.150)	(726)	–	–	(1.876)	(726)	–	–	(2.602)
Produtos lançados	(2.624)	(3.915)	–	–	(6.539)	(5.791)	–	–	(12.330)
Total de amortização	**(5.726)**	**(5.146)**	**–**	**–**	**(10.872)**	**(7.080)**	**41**	**–**	**(17.911)**
Saldo líquido	**77.087**	**27.954**	**(33.325)**	**–**	**71.716**	**46.330**	**(43)**	**–**	**118.003**

Recuperação de custos com desenvolvimento: Em cada data de divulgação, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável, que não ágio, somente é revertida na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor contábil dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 106.175 (R$ 62.750 em 31 de dezembro de 2024). O valor recuperável é analisado pela Companhia por molécula, cada molécula possui estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa futuro, preparadas com base em estimativas de volume de vendas, preços e custos de produção baseado em análises financeiras e tendências do mercado no segmento em que a Companhia atua. As projeções consideram margens operacionais definidas em observância com: (i) Margens de lucro bruto; (ii) Taxas de desconto aplicáveis; (iii) Modelo de precificação de ativos de capital (CAPM – Capital Asset Pricing Model); (iv) Taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) aplicada ao fluxo de caixa descontado; e (v) Investimentos em capital de giro (clientes, estoques e contas a pagar). No âmbito do teste de recuperabilidade, a taxa de desconto antes dos

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

impostos foi obtida por meio de cálculo iterativo, tendo como ponto de partida a taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto nominal após impostos de 11,9%, apurada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), corresponde a uma taxa antes dos impostos de 12,4%. As estimativas de fluxo de caixa abrangem projeções detalhadas para os próximos cinco anos e, foi adotada taxa de crescimento em perpetuidade de 4,0% (2024: 3,5%), alinhada à expectativa média de crescimento de longo prazo da indústria farmacêutica. **20. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar:** Os contratos de arrendamento referem-se a imóveis destinados a instalações de seus escritórios e seu centro de distribuição, além de contratos de locação de veículos utilizados pelas áreas comercial e gestão administrativa.

20.a A movimentação do ativo de direito de uso é a seguinte:

	01.01.2024	Adições	Baixas	Atualização contratos	31.12.2024	Adições	Baixas	Atualização contratos	31.12.2025
Custo									
Direito de uso	20.501	278	(1.511)	(5.015)	14.253	1.549	–	(6.367)	9.435
	20.501	**278**	**(1.511)**	**(5.015)**	**14.253**	**1.549**	**–**	**(6.367)**	**9.435**
Amortização									
Direito de uso	(8.929)	(5.527)	–	5.015	(9.441)	(4.558)	–	6.367	(7.632)
	(8.929)	**(5.527)**	**–**	**5.015**	**(9.441)**	**(4.558)**	**–**	**6.367**	**(7.632)**
Saldo líquido	**11.572**	**(5.249)**	**(1.511)**	**–**	**4.812**	**(3.009)**	**–**	**–**	**1.803**

As taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso em 31 de dezembro 2025 estão apresentadas a seguir:

Classe	Prazos contratados	Encargos anuais
Centro de distribuição	Até 3 anos	12%
Planta fabril e escritório	Até 10 anos	13%
Veículos	Até 3 anos	12%

20.b A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

Saldo em 01.01.2024	**(12.530)**
Juros do exercício	(962)
Adições novos contratos	(278)
Rescisões contratos	2.041
Pagamento principal	5.480
Pagamento juros	962
Saldo em 31.12.2024	**(5.286)**
Juros do exercício	(458)
Adições novos contratos	(1.550)
Rescisões contratos	–
Pagamento principal	4.931
Pagamento juros	459
Saldo em 31.12.2025	**(1.904)**
Circulante	(1.649)
Não circulante	(255)

Em 31 de dezembro de 2025, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

Vencimentos	Total de pagamentos até o final do contrato	Valor presente
Menos de 1 ano	1.824	1.649
1 a 2 anos	158	138
2 a 3 anos	146	80
3 a 4 anos	37	37
4 a 5 anos	–	–
Valor bruto	**2.165**	**1.904**
Potencial PIS e COFINS a recuperar (a)	(200)	(176)
Valor liquido	**1.965**	**1.728**

(a) Os referidos créditos foram considerados somente das unidades produtivas que se configuram na tomada do direito de crédito que poderão se realizar materialmente diferente dos montantes demonstrados acima devido a possibilidade de a alíquota efetiva ser diferente da teórica ou os pagamentos não estarem mais sujeitos a tomada de crédito. Montante relativo ao potencial direito de crédito de PIS e COFINS sobre pagamentos dos arrendamentos conforme divulgação prevista no Ofício Circular CMV/SNC/SEP/Nº 02/2019 representando uma estimativa. O valor reconhecido como despesa em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 912 (R$ 428 em 31 de dezembro de 2024).

21. Fornecedores e outras contas a pagar:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores nacionais	90.113	73.488
Fornecedores estrangeiros	28.884	22.860
Fornecedores serviços	3.644	1.188
Total de fornecedores e outras contas a pagar	**122.641**	**97.536**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a "Fornecedores e outras contas a pagar" encontram-se divulgados na Nota nº 32. **22. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos da Companhia estão classificados da seguinte forma:

Passivo circulante	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento Externo– FINIMP	17.810	19.584
Capital de giro (i)	418	197
FINEP	1.047	4.223
Passivo não circulante	**19.275**	**24.004**
Capital de giro (i)	143.618	83.971
FINEP	49.192	42.528
	192.810	**126.499**
Total	**212.085**	**150.503**
Circulante	19.275	24.004
Não circulante	192.810	126.499

(i) Capital de giro referente a empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 15 de fevereiro de 2024, para a implantação do novo centro de Pesquisa e Desenvolvimento na cidade de Atibaia, São Paulo. Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

Modalidade das dívidas	Moeda/ Índice	Contratação	Vencimento	Indexador	Taxa	2025	2024
Financiamento Externo– FINIMP JPY		Em 19/05/2025	Até 20/06/2026	Var. Cambial + Taxa Pré	2,89% a.a	17.810	19.584
Capital de giro	BRL	Em 20/02/2024	Até 15/02/2039	TR	2,20% a.a	144.036	84.168
FINEP	BRL	Em 16/08/2022	Até 15/07/2032	TJLP + Taxa Pré	3,40% a 4,00% a.a	50.239	46.751
						212.085	**150.503**
Circulante						19.275	24.004
Não Circulante						192.810	126.499

A movimentação dos empréstimos, financiamentos é demonstrada abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**150.503**	**48.990**
Captação	82.785	115.610
Apropriação de juros e variação cambial	9.738	4.120
Pagamento de principal	(22.966)	(18.030)
Pagamento de juros	(7.975)	(187)
Saldo final	**212.085**	**150.503**

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2025				
Vencimento em	**Até 1 ano**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**4 ou mais**	**Total**
Financiamento Externo– FINIMP	17.810	–	–	–	17.810
Capital de giro	418	11.053	11.053	121.512	144.036
FINEP	1.047	6.595	6.595	36.002	50.239
	19.275	**17.648**	**17.648**	**157.514**	**212.085**

	31 De Dezembro de 2024				
Vencimento em	**Até 1 ano**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**4 ou mais**	**Total**
Financiamento Externo– FINIMP	19.584	–	–	–	19.584
Capital de giro	197	–	5.290	78.681	84.168
FINEP	4.223	4.535	5.771	32.222	46.751
	24.004	**4.535**	**11.061**	**110.903**	**150.503**

A Companhia possui contratos de empréstimos bancários em moeda estrangeira, totalizando JPY 488.030.547, com vencimento previsto para junho de 2026, conforme os termos contratuais. Esses contratos incluem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem que, ao final de cada exercício social, a dívida líquida da Companhia não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual, conforme apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas. O descumprimento dessa condição implica no vencimento antecipado da obrigação. **23. Debêntures:**

	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	80.187	4.060
(–) Custo da transação	(331)	(330)
	79.856	**3.730**
Passivo não circulante		
Debêntures	75.000	150.000
(–) Custo da transação	–	(331)
	75.000	**149.669**
Total	**154.856**	**153.399**
Circulante	79.856	3.730
Não circulante	75.000	149.669

Os recursos líquidos captados pela Companhia, por meio da emissão, foram destinados para reforço de caixa. **23.a Características das debêntures**

Descrição	Emissão
Entidade Emissora	Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
Instituição Financeira	XP Investimentos
Valor total da emissão em série única	150.000
Natureza	Privada
Data da emissão	03/12/2021
Data de captação	29/12/2021
1º Vencimento	15/01/2026
2º Vencimento	15/01/2028
Espécie	Quirografária
Garantia	Fiança do acionista controlador
Identificação ativo na CETIP	ALTF11
Taxa de juros efetiva a.a. %	2,30% + 100% CDI
Valor total da dívida	154.856

23.b Movimentação das debêntures:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**153.399**	**153.247**
Pagamento de juros	(22.921)	(19.386)
Provisão de juros	24.047	19.222
Custos de emissão	331	316
Saldo final	**154.856**	**153.399**

23.c Escalonamento da dívida referente ao saldo de debêntures:

Ano	31.12.2025	31.12.2024
2024	–	4.060
2026	80.187	75.000
2028	75.000	75.000
	155.187	**154.060**

Cláusulas restritivas (covenants): De acordo com os termos da escritura, os juros serão pagos trimestralmente até janeiro de 2028 e o valor principal será pago em duas parcelas de R$ 75.000, com vencimento em 15 de janeiro de 2026 e 15 de janeiro de 2028, respectivamente. Devido a emissão de debêntures, há cláusula de *covenants* a ser atendida pela Companhia, e esta estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, porém de 3,01 a 3,56 vezes o EBITDA, a sobretaxa base da escritura deverá ser atualizada para refletir o nível de alavancagem da Companhia, de forma que a remuneração aplicável para as debêntures. Contudo, para indicador acima de 3,5 vezes o EBITDA, o empréstimo se torna imediatamente vencido. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia atendeu os índices dispostos acima.

24. Obrigações sociais e trabalhistas:	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para férias, 13° salário e encargos sociais	8.459	7.426
INSS a recolher	2.505	1.933
IRRF sobre folha	1.707	1.537
FGTS a recolher	761	602
Provisão para participação nos lucros	–	494
Total das obrigações sociais e trabalhistas	**13.432**	**11.992**

25. Obrigações fiscais:

	31.12.2025	31.12.2024
ICMS a recolher	8.289	7.273
COFINS a recolher	2.925	770
PIS a recolher	729	157
Outros	4.280	1.263
Total das obrigações fiscais	**16.223**	**9.463**
Circulante	12.415	8.509
Não circulante	3.808	954

26. Parcelamentos fiscais e previdenciários:

	31.12.2025	31.12.2024
Refis MP 783/17 (i)	840	1.058
Parcelamento de IRPJ e CSLL (ii)	140	981
Refis MP 899/19 (i)	312	528
Parcelamento contribuição SENAI	156	216
Total dos parcelamentos fiscais e previdenciários	**1.448**	**2.783**
Circulante	684	1.362
Não circulante	764	1.421

(i) O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31 de maio de 2017 e Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar à redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social. (ii) Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparcelando os débitos de IRPJ e CSLL existentes no PRT com parcelas que se encerram em 2030. **27. Provisão para demandas judiciais:**

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhista	2.234	1.757
Cível	684	531
Total	**2.918**	**2.288**
Depositos Judiciais	(447)	(271)
Saldo liquido	**2.471**	**2.017**

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	01.01.2024	Encargos	Baixa	31.12.2024	Encargos	Total de Contingências em 31.12.2025	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósito judicial
Trabalhista	1.474	283	–	1.757	477	2.234	(272)	1.962
Tributário	1.437	–	(1.437)	–	–	–	–	–
Cível	502	28	–	531	153	684	(175)	509
Total	**3.413**	**311**	**(1.437)**	**2.288**	**630**	**2.918**	**(447)**	**2.471**

A Companhia é parte passiva em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, com os prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas e cíveis no montante de R$ 2.918 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.288 em 31 em dezembro de 2024), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso. Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com probabilidade possível de perda somam o montante de R$ 2.630 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 18.160 em 31 de dezembro de 2024), que compreendem processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A redução do montante classificado como perda possível resulta da reavaliação de processo civil em trâmite no Ministério Público, cuja probabilidade de perda foi revisada e passou a ser considerada remota.

28. Patrimônio líquido: a. Capital social:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Ações ON	Participação	Total	Ações ON	Participação	Total
FirstBrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda.	154.956.102	73,05%	296.084	154.826.966	72,99%	26.796
Carolina Sommer Mazon	11.609.745	5,47%	22.183	11.609.745	5,47%	2.009
Jairo Aparecido Yamamoto	14.992.016	7,07%	28.646	14.992.016	7,07%	2.595
Márcia Regina Hirota Yamamoto	14.991.070	7,07%	28.644	14.991.070	7,07%	2.595
Maira Medeiros Vendramini Carrara	3.860.017	1,82%	7.376	3.860.017	1,82%	668
Ricardo Vinícius Ferrari	3.860.017	1,82%	7.376	3.860.017	1,82%	668
Marco Henrique Chepuck Miazzo	3.088.015	1,46%	5.900	3.088.015	1,46%	534
Rachel Giachini Sampaio Ferreira	1.161.076	0,55%	2.219	1.161.076	0,55%	201
Demais acionistas	3.615.885	1,70%	6.909	3.745.021	1,77%	648
Total	**212.133.943**	**100,00%**	**405.338**	**212.133.943**	**100,00%**	**36.714**

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está apresentado pelo montante de R$ 402.294 (R$36.714 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 212.133.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 28 de novembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 405.338, sem a emissão de novas ações, mediante a incorporação ao capital social de parte dos recursos registrados nas reservas de lucros, reservas para incentivos fiscais e lucros do exercício. O referido aumento de capital foi realizado de forma proporcional à participação de cada acionista no capital social da Companhia, não resultando em alteração na estrutura de participação societária ou nos percentuais de participação dos acionistas. **b. Reserva legal:** Conforme o estatuto social da Companhia, e constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de incentivo fiscal:** A Companhia usufrui de benefícios fiscais de ICMS caracterizados como incentivos para investimento, concedidos por meio de processo administrativo-tributário junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, mediante Regime Especial de Tributação. A diferença entre o passivo tributário apurado e o montante efetivamente recolhido é reconhecida no resultado do exercício como subvenção governamental para investimento e, nos termos do da legislação societária, destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Essa reserva não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório e somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social, observadas as disposições da legislação societária.

d. Distribuição de dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos aos seus acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício social, considerando o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 15% do lucro líquido ajustado do exercício. O Estatuto Social também faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários. Eventuais valores distribuídos acima do dividendo mínimo obrigatório somente são reconhecidos como passivo na data de sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral. O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição em função do resultado do exercício, está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro liquido de exercício	219.981	151.873
Reserva legal	(10.999)	–
Reserva de subvenção p/ investimentos	(69.420)	(58.828)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**139.562**	**93.045**
Dividendos mínimos obrigatórios (15%)	(20.840)	(13.957)
Dividendos adicionais	–	(9.304)
Total de dividendos propostos e distribuídos	**(20.840)**	**(23.261)**

A movimentação dos dividendos a pagar está assim demonstrada:

	2025	2024
Saldo inicial	**11.461**	**14.300**
Dividendos pagos no exercício	(11.461)	(26.100)
Dividendos intermediários pagos no exercício	(20.351)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	20.840	13.957
Dividendos adicionais	99.143	9.304
Dividendos adicionais - Ajuste a valor presente	(14.270)	–
Saldo final	**85.362**	**11.461**
Circulante	**33.211**	**11.461**
Não circulante	**52.151**	**–**

29. Receita: A conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável é demonstrada como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita bruta	1.147.125	927.711
Impostos sobre vendas	(213.132)	(171.562)
Abatimentos e devoluções	(119.528)	(77.274)
Subvenção governamental	69.421	58.828
Receita líquida	**883.886**	**737.703**

A companhia possui 1 cliente que individualmente representa 25,9% da receita total do grupo em 31 de dezembro de 2025 (21,8% em 31 de dezembro de 2024). **Desagregação da receita de contratos com clientes:** A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.

	31.12.2025	31.12.2024
Venda de produtos	883.843	737.604
Industrialização	–	56
Serviços	43	43
Total da receita	**883.886**	**737.703**

Venda de produtos: As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles: – Portfólio próprio: trata-se de produtos desenvolvidos, registrados e comercializados pela própria companhia. Estes incluem a linha Althaia, que abrange medicamentos classificados tecnicamente como genéricos, similares, notificação simplificada e específicos, de acordo com a classificação da ANVISA. Além disso, está incluso a linha Equaliv que é composta por suplementos alimentares, que são tecnicamente categorizados como alimentos. – *Full Service*: Esse grupo é representado pelas parcerias que a Companhia possui com outros laboratórios, é quando a Althaia produz um medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/ vendendo para esse laboratório o produto acabado final, pronto para sua comercialização. Geralmente, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e buscam no mercado este tipo de serviço. Em 2025, os principais parceiros da Companhia foram Eurofarma, Brainfarma e Cosmed. – Marcas exclusivas: parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria "marca", toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althaia, o que é feito é uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente daquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto. Industrialização: Trata-se de serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios. Serviços P&D: Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althaia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotoestabilidade a fim de verificar se o medicamento é estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA). ***Saldo de contrato:*** Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de "contas a receber de clientes" (vide nota explicativa nº 11). **30. Custo e despesas por natureza: 30.1 Custo das vendas e dos serviços prestados:**

	31.12.2025	31.12.2024
Matéria–Prima	(225.127)	(178.393)
Embalagem	(41.729)	(33.591)
Subcontratação	(12.516)	(10.276)
Mão de obra direta	(13.886)	(12.737)
Mão de obra indireta	(31.634)	(23.932)
Gastos gerais de fabricação	(10.710)	(12.791)
ICMS Transferência	(226)	(3.429)
Depreciação e amortização	(8.730)	(7.900)
Ajuste de inventário	(3.092)	(3.423)
Outros custos	(1.298)	(923)
Total	**(348.948)**	**(287.395)**

30.2 Despesas operacionais por natureza:

Despesas com vendas	2025	2024
Despesas com pessoal	35.229	28.877
Fretes sobre vendas	12.480	11.645
Campanha de vendas	4.061	4.282
Despesas de viagens	5.598	4.133
Despesas com veículos	1.037	2.416
Depreciação e amortização	3.901	1.841
Equipamentos e serviços de TI	1.485	719
Outros	2.012	1.054
	65.803	**54.967**
Despesas gerais e administrativas		
Marketing	33.528	29.268
Despesas com pessoal	37.646	26.521
Fretes outros	722	531
Depreciação e amortização	4.426	7.886
Consultoria e assessoria	6.082	8.643
Materiais, energia e água	3.727	3.778
Equipamentos e serviços de TI	8.749	4.108
Serviços profissionais contratados	5.305	3.532
Legais e judiciais	5.488	3.377
Despesas de viagens	4.932	2.788
Impostos e taxas	2.411	2.833
Treinamento e desenvolvimento	976	789
Internet e telefonia	496	444
Aluguel de equipamentos	452	464
Outros	17.449	10.020
	132.389	**104.982**
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		
Despesas com pessoal	21.999	16.593
Baixa de projetos	40	28.325
Materiais de consumo	8.864	27.491
Despesas de laboratório	12.055	16.801
Depreciação e amortização	13.356	3.404
Despesas de viagens	1.574	676
Equipamentos e serviços de TI	1.125	931
Despesas com registro	1.653	720
Consultoria e assessoria	619	5.943
Materiais, energia e água	1.817	589
Outros	4.680	6.038
	67.782	**107.511**
Total	**265.974**	**267.460**

31. Resultado financeiro:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de aplicação financeira	13.340	3.934
Ganhos com instrumentos derivativos	–	1.084
Juros recebidos	1.524	326
Descontos recebidos	406	25
Variação cambial	2.491	–
Receitas financeiras	**17.761**	**5.369**
Encargos financeiros	(28.409)	(24.132)
Descontos concedidos	(1.103)	(3.431)
Despesas bancárias	(1.849)	(2.595)

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1.175)	(1.599)
Variação cambial	–	(7.736)
Despesas financeiras	**(32.536)**	**(39.493)**
Despesas financeiras líquidas	**(14.775)**	**(34.124)**

32. Instrumentos financeiros e Gestão de risco: 32.a Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia de
Ativo	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**valor justo**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	108.972	86.985	108.972	86.985	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	7.060	6.347	7.060	6.347	Nível 1
Custo amortizado					
Caixa e banco	179	231	179	231	
Contas a receber de clientes	299.297	234.404	299.297	234.404	
Adiantamentos de fornecedores	7.348	6.778	7.348	6.778	
Outros créditos	2.003	3.230	2.003	3.230	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar	122.641	97.536	122.641	97.536	
Passivo de arrendamento	1.904	5.286	1.904	5.286	
Empréstimos e financiamentos	212.085	150.503	212.085	150.503	
Debêntures	154.856	153.399	155.244	153.971	Nível 2
Dividendos a pagar	85.361	11.461	85.361	11.461	
Outros passivos	15.643	9.393	15.643	9.393	

O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós- fixadas são baseadas em taxas cotadas de preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. **32.b Política de gestão de riscos:** A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial. ***Exposição a riscos cambiais:*** O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do Dólar norte-americano, Euro e Iene japonês (JPY), uma vez que grande parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores dos EUA e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas. A Companhia também possui um empréstimo atrelado a moeda JPY. A Companhia não possuía, no exercício, operações de hedge contratadas para proteção contra o risco cambial.

Ativos	**Fator de risco**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Clientes (nota explicativa n° 11)	**USD**	1.351	755
		1.351	**755**
Passivos	**Fator de risco**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa n° 22)	**JPY**	(17.810)	(19.584)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	**EUR**	(4.345)	(7.073)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	**GBP**	–	(92)
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	**USD**	(24.539)	(15.695)
		(46.694)	(42.444)
		(45.343)	**(41.689)**

Análise de sensibilidade: A Companhia realiza a análise de sensibilidade para avaliar os impactos das variações cambiais sobre seus passivos financeiros. Consideramos a flutuação das taxas de câmbio das moedas às quais estamos expostos, como o Dólar norte-americano (USD), o Euro (EUR) e o Iene japonês (JPY), projetando possíveis cenários de valorização e desvalorização dessas moedas em relação ao Real (BRL). O cenário base adotado reflete as taxas cambiais vigentes em 31 de dezembro de 2025, conforme as projeções de mercado e as expectativas internas da Companhia. Adicionalmente, foram elaborados cenários estressados com impactos de variação nas taxas de câmbio, tanto para valorização quanto para desvalorização das moedas estrangeiras, de modo a mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras. Esse procedimento visa garantir maior previsibilidade dos impactos financeiros advindos da volatilidade cambial, auxiliando na gestão dos riscos e na adoção de estratégias de hedge:

									Cenário em:
	Fator		**31.12.2025**				**31.12.2024**		
Instrumento	**de risco**	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**	**Desvalorização**	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**	**Desvalorização**
Empréstimos em moeda estrangeira nota explicativa n° 22)	JPY	14%	(17.810)	(2.463)	2.463	12%	(19.584)	(2.350)	2.350
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	EUR	8%	(4.345)	(350)	350	9%	(7.073)	(621)	621
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n°21)	GBP	8%	–	–	–	10%	(92)	(10)	10
Fornecedores estrangeiros (nota explicativa n° 21)	USD	7%	(24.539)	(1.639)	1.639	8%	(15.695)	(1.245)	1.245
			(46.694)	**(4.452)**	**4.452**		**(42.444)**	**(4.226)**	**4.226**

Riscos de flutuação nas taxas de juros: Esse risco é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo. O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	31.12.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras (nota explicativa n° 9)	108.972	86.985
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa n° 22)	(212.085)	(150.503)
Debêntures (nota explicativa n° 23)	(154.856)	(153.399)
	(257.969)	**(216.917)**

O detalhamento das taxas, prazos e condições de empréstimos e debêntures encontram- se nas notas explicativas de n° 22 e 23. **Análise de sensibilidade de juros:** Para a análise de sensibilidade da taxa de juros, a Companhia utiliza as projeções das taxas indicadas abaixo, com base na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Uma eventual variação nessas taxas, conforme projetado, resultaria nos seguintes impactos no resultado e no patrimônio da Companhia.

Transação	**Saldo em 31.12.2025**	**Fator de risco**	**Cenário razoavelmente possível**	**Impacto no resultado e patrimonio**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	108.972	CDI	13,31%	14.504
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(50.239)	TJLP	9,19%	(4.617)
Empréstimos e financiamentos – TR	(144.036)	TR	1,84%	(2.650)
Empréstimos e financiamentos – CDI	(17.810)	CDI	13,31%	(2.371)
Debêntures	(154.856)	CDI	13,31%	(20.611)
Total	**(257.969)**			**(15.745)**

Transação	**Saldo em 31.12.2024**	**Fator de risco**	**Cenário razoavelmente possível**	**Impacto no resultado e patrimonio**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	86.985	CDI	15,41%	13.404
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(46.751)	TJLP	7,97%	(3.726)
Empréstimos e financiamentos – TR	(84.168)	TR	1,89%	(1.591)
Empréstimos e financiamentos – CDI	(19.584)	CDI	15,41%	(3.018)
Debêntures	(153.399)	CDI	15,41%	(23.639)
Total	**(216.917)**			**(18.569)**

***Concentração de risco de crédito*:** Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável. Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte. ***Riscos de liquidez*:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores e outros contas a pagar") para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e outras contas a pagar". Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" com vencimento dentro de dois meses era de R$ 135.694 (R$ 85.125 em 31 de dezembro de 2024) e as saídas esperadas de caixa para "fornecedores e outras contas a pagar" com vencimento em dois meses era de R$ 176.719 (R$ 37.595 em 31 de dezembro de 2024). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. A seguir são apresentados os fluxos de caixa contábil contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Valor	Fluxo de caixa contratual			
	Contábil	**Total**	**Até 1 ano**	**1–3 anos**	**4–5 anos**
Fornecedores e outras contas a pagar (nota explicativa n° 21)	122.641	122.641	122.641	–	–
Passivo de arrendamento (nota explicativa n° 20)	2.166	2.165	1.824	305	37
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa n° 22)	212.085	284.515	29.921	48.232	206.362
Debêntures (nota explicativa n° 23)	154.856	168.406	90.363	78.043	–
Outros passivos	15.643	15.643	15.642	1	–
	507.391	**593.370**	**260.391**	**126.581**	**206.398**

***Gestão de capital*:** A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela "dívida líquida", dividido pelo "patrimônio líquido". A "dívida líquida" é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa. O índice de alavancagem da Companhia em 31 de dezembro de 2025, é apresentado a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Total do passivo	683.706	454.103
(–) caixa e equivalentes de caixa	(109.151)	(87.216)
Dívida líquida	**574.555**	**366.887**
Total do patrimônio líquido	**425.895**	**325.898**
Índice de alavancagem	**1,35**	**1,13**

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas.

	31.12.2025	31.12.2024
Efeito dos derivativos no resultado		
Perda reconhecida no resultado	–	(1.084)
	–	**(1.084)**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

33. Resultado por ação: O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias diluídas.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	219.981	151.873
Média ponderada da quantidade de ações	212.133.943	212.133.943
Lucro basico por ação – R$	**1,04**	**0,72**

34. Eventos subsequentes: Reforma Tributária: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar n° 214, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), no contexto da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A Reforma Tributária promove alterações relevantes no sistema tributário nacional, com foco na simplificação da arrecadação, redução da complexidade operacional e maior racionalidade fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a adoção de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, por meio da CBS e do IBS, que substituirão gradualmente os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. O novo sistema terá início em 2026, com período de transição gradual e previsão de implementação integral até 2033. A Companhia acompanha a evolução do tema e avalia, de forma preliminar, os possíveis impactos da Reforma Tributária em suas operações, não sendo possível, neste momento, mensurar eventuais efeitos financeiros ou operacionais decorrentes dessas mudanças.

Composição da Diretoria

Jairo Aparecido Yamamoto - *Diretor Presidente*

Allysson Fernando Yamamoto - *Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

Responsável Técnico

Claudio Eiji Kuwabara – *Contador – CRC SP-324563/O-5*

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, Atibaia – SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento da receita na venda de produtos: Veja a Nota 29 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** As receitas da Companhia derivam essencialmente da industrialização, da comercialização, da promoção e distribuição de produtos farmacêuticos em geral, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a entrega dos produtos ao cliente. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da Administração para análise e monitoramento, a cada transação, do momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Além disso, para contratos que permitem ao cliente devolver os produtos, o reconhecimento de receita requer também o uso de dados históricos e julgamentos significativos para estimar a expectativa de devolução de produtos. Em função do referido anteriormente, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas serem registradas antes do cumprimento das obrigações de performance (antes da transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente), consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Análise, em base amostral, das transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida no momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente. – Análise, em base amostral, das transações de devoluções ocorridas durante o exercício e período subsequente, de maneira a validar consistência e procedência dos dados históricos usados na determinação da expectativa de devolução de produtos, bem como recálculo da mesma. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita na venda de produtos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado**: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 06 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F

Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador
CRC 1SP217733/O-4

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2025

Aos Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2025, juntamente com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, com o objetivo de divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Introdução: 1.1 A Transbrasiliana: A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Triunfo Transbrasiliana") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, 451, centro, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria "B", sem ações negociáveis no mercado. Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana. Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 700 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Inicia-se no município de Icém, divisa com o estado de Minas Gerais, e termina na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná. A rodovia passa por 22 municípios. Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebeu, em média, 25,4 milhões de veículos equivalentes no ano de 2025. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário no 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário retornam ao Poder Concedente. A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: • P1 - localizada no km 35+800, em Onda Verde; • P2 - localizada no km 98+900, em José Bonifácio; • P3 - localizada no km 183+800, em Lins; e • P4 - localizada no km 268+100, em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais - BSOs: • BSO1 - localizada no km 23+700, em Nova Granada; • BSO2 - localizada no km 71+800, em São José do Rio Preto; • BSO3 - localizada no km 122+500, em Ubarana; • BSO4 - localizada no km 173+700, em Guaiçara; • BSO5 - localizada no km 217+500, em Marília; • BSO6 - localizada no km 278+300, em Ocauçu; e • BSO7 - localizada no km 322+700, em Ribeirão do Sul.

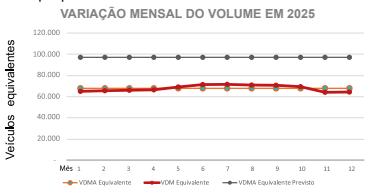
1.2 Destaques do Ano: O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente de baixo dinamismo da atividade econômica brasileira. De acordo com dados oficiais, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou leve retração de 0,02% em relação ao exercício anterior, refletindo um cenário de crescimento econômico limitado ao longo do período. No mercado de trabalho, a taxa média de desemprego em 2025 situou-se em 5,6%, frente a 6,6% em 2024, correspondendo a aproximadamente 6,0 milhões de pessoas desempregadas. Apesar da relativa estabilidade desse indicador, a renda das famílias permaneceu pressionada, em razão do desempenho moderado da atividade econômica e de condições macroeconômicas ainda desafiadoras. Esse contexto macroeconômico exigiu maior cautela por parte das empresas, com foco na eficiência operacional, no controle de custos e na gestão prudente de recursos, visando à preservação da liquidez e da sustentabilidade financeira. A seguir são apresentados os principais destaques de 2025. **1.2.1 Sustentabilidade:** Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constituí parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas, projetos e ações que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade. A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura. Alinhada a estes propósitos, a Companhia desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda *Environmental, Social and Governance (ESG)* e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). **1.2.2 Agenda Social:** A Triunfo Transbrasiliana envolve-se com causas e iniciativas relacionadas à agenda social e ao engajamento comunitário por meio de ações, projetos e programas que impactam positivamente seus profissionais e as comunidades lindeiras e que contribuem para o desenvolvimento social. Dentre eles: • **Campanhas Educativas:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. • **Programa na Mão Certa**: desde 2015, a Companhia é signatária do *Pacto Empresarial pelo Fim da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves violações de direitos. • **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto "Agentes de Proteção". Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da empresa para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil. Em 2024, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100. • **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente. • **Violência Sexual Zero:** A Triunfo Participações e Investimentos – TPI, por meio de suas concessionárias, da qual a Triunfo Transbrasiliana faz parte, aderiu ao Movimento Violência Sexual Zero. Essa iniciativa, inédita no Brasil, visa à conscientização e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O movimento, que já reúne centenas de empresas, conta com o apoio da Childhood Brasil, Instituto Liberta, Vibra e Grupo Mulheres do Brasil. • **Educação para a Sustentabilidade:** em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade, ocorrido em 2019, estimulou alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt. • **Programa SESI-SP Esporte**: a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no SESI-SP Esporte (Antigo PAF), do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em diversos municípios lindeiros. Em 2025, a Triunfo Transbrasiliana renovou os convênios de cooperação técnica com os municípios de Campos Novos Paulista, Getulina, Lins e assinou com o município de Ocauçu. A parceria entre a Concessionária e o SESI-SP conta com mais de 1 mil alunos (entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos) que praticam diversas modalidades esportivas, como: basquete, capoeira, futebol, futsal e voleibol. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas. • **Um Freio na Fome e Operação Inverno**: alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasiliana mantém um diálogo aberto junto às comunidades lindeiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os munícipios lindeiros são as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno, coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Em 2025, foram mais de 11 toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Getulina, Guaimbê, Vera Cruz, Marília, Ocauçu, Campos Novos Paulista, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo, Ourinhos, Salto Grande e para o Lar Bom Samaritano de Lins – que cuida de pessoas em situação de rua -, além de 2200 cobertores para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade dos 22 municípios lindeiros. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais. • **Maio Amarelo**: a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio do Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia. • **Livro Pavimentação Asfáltica (formação básica para engenheiros):** em novembro de 2022, a Concessionária lançou a 2ª edição do livro "Pavimentação Asfáltica – Formação básica para Engenheiros", que é referência em engenharia no país. A revisão e atualização da nova edição do livro só foi possível com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. • **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiará a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões. • **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/9), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação. • **Troco Solidário:** O projeto Troco Solidário, em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Lins, José Bonifácio e Icém, disponibiliza urnas identificadas nas quatro cabines das praças de pedágio da BR-153/SP para arrecadação de doações espontâneas feitas por motoristas. Todo o dinheiro arrecadado é revertido integralmente às instituições para auxiliar crianças e adolescentes com deficiência intelectual, física, múltiplas ou transtorno do espectro autista. Em parceria com Apae de Icém, a empresa entregou, em 2024, um salão de beleza para os 60 assistidos da instituição. A entrega fez parte da segunda etapa do projeto "Troco Solidário", na praça de pedágio de Onda Verde (km 35+800). O espaço conta com serviços de beleza e diversos itens e equipamentos de um salão convencional. Além de terem à disposição os serviços, os assistidos participam de oficinas em que aprendem a utilizar os equipamentos disponíveis, sempre com o acompanhamento de um profissional. • **Orquestra Sinfônica Jovem de Lins (OSJL)**: se destaca no cenário cultural do interior paulista, realizando apresentações por todo o estado de São Paulo. A orquestra oferece oficinas gratuitas de viola, violino e violoncelo, e por meio de parcerias, disponibiliza uniformes personalizados para seus participantes. A OSJL tem como missão valorizar a cultura local e contribuir para o acesso à educação musical, beneficiando a comunidade com a oportunidade de integrar o grupo sinfônico. Desde 2013, a OSJL mantém projetos culturais de musicalização aprovados pelo Ministério da Cultura (Lei Rouanet/PRONAC), beneficiando mais de 200 alunos com aulas e a experiência de fazer parte de uma orquestra. A Concessionária apoia a OSJL com a divulgação dos eventos, alimentação e uniformização dos músicos, desde 2023. • **Programa Pró-Equidade:** desde maio de 2024, a Concessionária é parte integrante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio do Ministério das Mulheres. Com a adesão ao programa, a empresa reforça seu compromisso com a sustentabilidade social como princípio e prática cotidiana, além de valorizar as diferenças como um ativo para a companhia. O Pró-Equidade de Gênero e Raça certifica as empresas que demonstram compromisso com a igualdade de gênero no mundo do trabalho e com a promoção da cidadania. • **Movimento Afaste-se:** em fevereiro de 2024, a Triunfo Transbrasiliana aderiu ao movimento "Afaste-se", da Motiva (antiga CCR Rodovias). A iniciativa busca proteger os profissionais que atuam salvando vidas na prestação de atendimento médico, no socorro mecânico, na conservação e na sinalização das rodovias, com o objetivo de evitar acidentes. O evento oficial de adesão ao movimento aconteceu na Base da Polícia Rodoviária Federal - PRF de São José do Rio Preto, e contou com a participação de autoridades da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, de Concessionárias que aderiram à iniciativa, além de representantes de entidades e instituições de segurança viária. A fim de incentivar as boas práticas ao volante sugeridas pelo movimento, a empresa lançou uma campanha educativa que reforçou junto aos usuários que ao perceber uma situação envolvendo qualquer tipo de atendimento nas rodovias, principalmente no acostamento, mude de faixa sempre que for possível e seguro ou reduza a velocidade do veículo em até 40 km/h a menos que o limite regulamentado para a rodovia. As equipes operacionais da Concessionária também participaram de um treinamento sobre o "Afaste-se", no qual foi reforçada a importância de sinalizar corretamente os locais de ocorrências, a fim de minimizar os riscos de acidentes. Foram utilizados maquetes e brinquedos (como carros, caminhões, bonecos, cones de sinalização, entre outros) para simular, de forma lúdica, possíveis situações de ocorrências na pista. • **Compartilhe a Rodovia:** O projeto Compartilhe a Rodovia, realizado pela Triunfo Transbrasiliana e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), orienta ciclistas sobre segurança no trânsito, especialmente em rodovias. A ação distribui bolsas, coletes refletivos, óculos de proteção, squeezes e sinalizadores de LED para atividades noturnas, incentivando o uso correto dos equipamentos. Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro permitir o ciclismo nas rodovias, as autoridades recomendam evitar esse tipo de trajeto devido aos riscos. Caso seja necessário utilizar o acostamento, é essencial que os ciclistas adotem medidas de segurança, como coletes refletivos e sinalizadores, especialmente à noite, para garantir maior visibilidade e proteção. • **Repasse de ISSQN:** todos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios lindeiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar no 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo. Entre janeiro e dezembro de 2025, a Companhia repassou mais de R$ 12 milhões de impostos às cidades lindeiras. Para determinar o valor a ser destinado é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio. **1.2.3 Agenda Ambiental:** Assegurar a conformidade com a legislação vigente, usar recursos naturais de forma racional, gerir riscos relacionados à interação com ecossistemas. Esses são os compromissos de base da Política Triunfo de Meio Ambiente, que também enfatiza a busca por melhoria contínua do desempenho e o compartilhamento de responsabilidade pela conservação com toda a sociedade. Alinhada e estas diretrizes, a Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles: 1) Plano de Ação de Emergência (PAE); 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS); 3) Programa de Comunicação Social (PCS); 4) Programa de Educação Ambiental (PEA); 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA); 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA); 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF); 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH); 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP). Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como: • **Nascentes de Vida:** O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2025, mais de 150 alunos de cinco escolas da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima. • **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa "Multiplicadores em Educação Ambiental". O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor. • **Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do meio ambiente. • **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio e Bases de Serviços Operacionais. Além de estimular o descarte correto de guimbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. Em 2025, mais de 9 mil bitucas foram coletadas e recicladas. • **Projeto Transformar**: com o projeto socioambiental "Transformar", a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, nécessaires e sacolinhas de câmbio (lixeiras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente. • **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 150 mil mudas de espécies nativas em uma área degrada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em Iacanga (SP). O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo município lindeiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição. Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação **1.2.4 Agenda de Governança:** A adoção das melhores práticas de governança corporativa fortalece os mecanismos de gestão de riscos dos negócios, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade da estratégia corporativa e reitera seu compromisso com a conduta ética e íntegra de operações e relacionamentos. Seguindo estas diretrizes, a Companhia: • **ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno:** A Concessionária é empenhada no cumprimento das disposições do seu Código de Conduta, Política Anticorrupção, Política Antissuborno de uma estrutura de Compliance e Governança Corporativa eficientes. Prova disso, é que a Companhia possui desde 2022 a certificação internacional ISO 37001 – Gestão Antissuborno. A empresa considera que os elementos primordiais para a sustentabilidade dos negócios são o seu compromisso com a ética, transparência, conformidade com as leis, regulamentações e padrões, nacionais e internacionais, aplicáveis às atividades. • **ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001:** Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001. • **Programa Integridade Triunfo:** A Triunfo preza pela integridade e, para fortalecer ainda mais sua postura ética, transparente e idônea, implementou em todas as empresas que detém 100% do capital, um sólido Programa de Integridade. Ele reúne importantes ações, como a reformulação do Código de Conduta, a elaboração da Política Anticorrupção Triunfo, além da criação do Canal Confidencial e do Comitê Triunfo de Integridade, responsável por gerir todas as questões relacionadas ao tema. **1.2.5 Prêmios e Certificações:** A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto "Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor". A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações. • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária. • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025). • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018). • Reconhecida com selo da *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2018, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida; • Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista; • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região. • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo "Empresa Amiga" durante o evento "Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes". O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100. • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto "Agentes de Proteção", desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias. • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases "Gestão de Contratos: Efetividade e Economia"; "Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito" e "Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho" durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos. • Reconhecida, em 2019, com o selo "Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada" pela Inteligência Jurídica – InteliJur. • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores. • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme "Mundo Sem Porteira". Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores. • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância "Agentes de Proteção". O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados. • A Companhia foi por seis anos consecutivos uma das cinco rodovias federais que melhor desempenharam atividades voltadas ao cuidado com o meio ambiente e às práticas de preservação, de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Concessionária ficou em 1º lugar em 2020, 2021 e 2025, e em segundo lugar entre 2022, 2023 e 2024 no IDA. A premiação avalia indicadores de desempenho socioambiental e critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras de 15 Concessionárias. • Certificada, em 2020, 2021, 2022, 2023,2024 e 2025 pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia. • Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria "Responsabilidade Social" com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidos crianças e adolescentes no Brasil. • Desde 2015, por meio da Triunfo Participações e Investimentos – TPI, a Concessionária reporta anualmente o inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE alcançando o mais alto nível de qualificação no reporte dos dados, demonstrando dedicação, ética e integridade na monitoração e na transparência das informações. Com esses reportes, a empresa conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2023, na categoria Serviços, com sessões do filme "Eu tenho uma voz". A Concessionária realizou 14 sessões e contou com a participação de mais de 800 espectadores; • Vencedora do Prêmio Via Viva, do Ministério da Infraestrutura, na categoria "Rodoviária, em 2021, 2022 e segunda colocada em 2023 e 2024. O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes.

2. Contexto Setorial: 2.1 Receitas e Mercados: Ao longo desses anos de concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não se limitando a: (i) atrasos nas revisões ordinárias previstas contratualmente; (ii) excesso de carga no pavimento, devido à exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas por decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança no 1007988-79.2017.4.01.3400, e incluídas no contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão. **2.2 Meios de Cobrança:**

Meios de Cobrança – mil	2025	2024	Δ%
Veículos Pagantes	**11.188**	**11.043**	**1,3%**
Manual	3.960	4.449	–11,0%
Automática	7.228	6.594	9,6%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (cobrança manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos das operadoras Sem Parar, Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veloe, nas pistas automáticas (cobrança automática). O tráfego nas pistas manuais apresentou redução de 489 mil veículos equivalente a uma queda de 11,0%. Em contrapartida, o tráfego nas pistas automáticas registrou acréscimo de 634 mil veículos, correspondente a um crescimento de 9,6%.

3. Indicadores Operacionais: 3.1 Caracterização do Tráfego: 3.1.1 Volume: No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



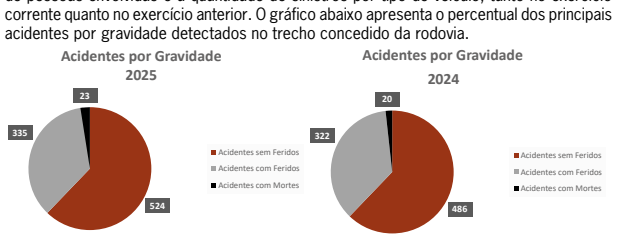
O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente

continuação ☛

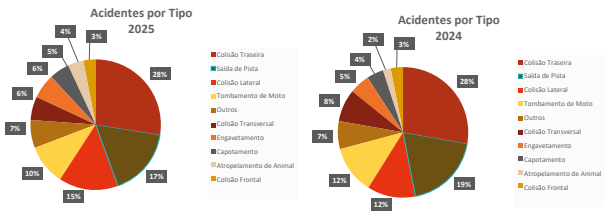
continuação

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

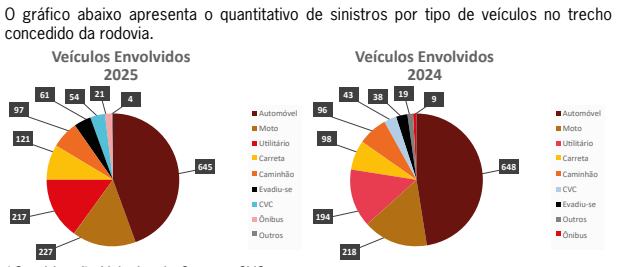
previsto no contrato de concessão, ainda em função dos diversos fatores macroeconômicos que ocorreram ao longo do contrato de concessão e que possuem efeitos acumulados até a presente data. **3.2 Segurança do Trânsito: 3.2.1 Acidentes**: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo, tanto no exercício corrente quanto no exercício anterior. O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

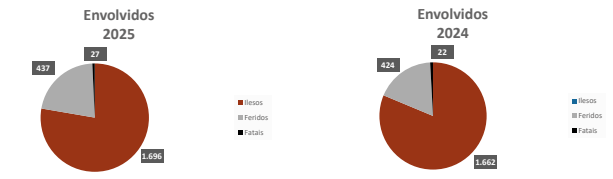


O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



*Combinação Veicular de Carga – CVC.

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de pessoas envolvidas em sinistros no trecho concedido da rodovia, evidenciando variação no número de ocorrências com vítimas fatais entre os anos de 2024 e 2025.



3.3 Dados de Operação da Concessão: 3.3.1 Veículos Alocados: Na tabela abaixo, são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação de dezembro de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor obtido pela divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. **Tipos de veículos alocados na concessão**:

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilância Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	**28**	**8,71**
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Apoio à Operação	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Carretinha/ Reboque	5	1,55
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	4	1,24
Manutenção TI	1	0,31
Conservação de Rotina	4	1,55
Apoio à Conservação Rotina	9	2,80
Veículo Administrativo	6	1,87
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	3	0,62
Roçada Mecânica	7	1,55
Manutenção Meio Ambiente	3	0,93
Veículo Diretoria	3	0,93
Veículo ANTT	2	0,62
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Transporte Roçada	10	3,11
Total de veículos de apoio	**65**	**19,59**
Total de veículos	**93**	**28,30**

3.3.2. Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, foi acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Como o valor obtido pela divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise. **Tipos de funcionários alocados na operação da concessão:**

Tipo de Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	12
Supervisor de Tráfego	1	12
Analista Fx. Domínio	1	12
Analista de Operações	2	25
Assistente Operacional	2	25
Operador de Tráfego	51	626
Operador de Guincho Pesado	10	123
Auxiliar de Operações	7	86
Operador de CCO	9	110
Atendente de 0800	4	49
Médico	30	368
Enfermeiro	7	86
Socorrista	101	1.240
Total de pessoal Operacional	**226**	**2.774**
Coordenador de Arrecadação	1	12
Controlador de Pedágio	16	196
Agente de Pedágio	75	921
Auxiliar de serviços Gerais	4	49
Total de Pessoal de Pedágio	**96**	1.179
Total	**322**	**3.953**

3.4 Aspectos Financeiros: 3.4.1 Receitas (em R$ mil): A seguir, apresentamos a receita da Concessionária em 2025 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

R$ mil	2025	Acumulado
Receita com Pedágio	246.192	2.199.421
Receita extraordinária	4.970	63.731
Total	**251.162**	**2.263.152**

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2025, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. **3.4.2 Investimentos (em R$ mil):**

R$ mil	2025	Acumulado
Investimentos	78.989	1.108.660

3.4.3 Custos Operacionais (em R$ mil):

R$ mil	2025	Acumulado
Custos Operacionais	140.643	1.262.865

[1]não considera custo de Construção. **Tarifas de Pedágio:** A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R$ mil):

	Categoria de veículos													
Categoria	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**61**	**62**	**63**	**64**	**65**
Eixos	**2**	**2**	**3**	**3**	**4**	**4**	**5**	**6**	**1**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**
Rodagem	**Simples**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**
Praça 1 – Onda Verde (Km 35,800)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 2 – José Bonifácio (Km 98,900)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 3 – Lins (Km 183,800)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 4 – Marília (Km 268,100)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10

4. Desempenho Operacional: 4.1 Veículos Equivalentes Pedagiados:

Volume de Tráfego – mil	2025	2024	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	**24.777**	**24.653**	**0,5%**
Leves	7.475	7.293	2,5%
Pesados	17.302	17.360	–0,3%

Em 2025, foram pedagiados 24,7 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 0,5% em relação a 2024.

Desempenho Econômico-Financeiro: 4.2 Valor adicionado: Em 2025, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R$ 99,8 milhões, uma redução de 18,1% em relação a 2024, cujo valor adicionado foi de R$ 121,9 milhões. Essa variação decorre, principalmente, do reconhecimento de despesas indedutíveis referentes a exercícios anteriores, as quais impactaram negativamente a geração de valor no período.

4.3 Receita Operacional:

R$ – mil	2025	2024	Δ%
Receitas de Pedágio	246.192	231.810	6,2%
Receitas Acessórias	4.970	5.457	–8,9%
Receitas de Construção (IFRS)	48.810	38.404	27,1%
Tributos incidentes	(21.604)	(20.341)	6,2%
Receita Líquida	**278.368**	**255.330**	**9,0%**
Receitas de Construção (IFRS)	(48.810)	(38.404)	27,1%
Receita Líquida Ajustada[1]	**229.558**	**216.926**	**5,8%**

Exclui Receitas de Construção e Provisões[1]. • **Receita de Pedágio –**. Em 23 de abril de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, edição no 81, a Decisão SUROD No 437, , que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa de Pedágio (TBP). Em decorrência dessa decisão, a partir da zero hora do dia 03/05/2025, a tarifa básica de pedágio foi reajustada de R$ 9,60 para R$ 10,10. • **Receitas Acessórias –** As receitas acessórias totalizaram R$ 4,9 milhões em 2025, registrando queda de 8,9% em relação a 2024, explicada especificamente pelo encerramento de um contrato. • **Receitas de Construção –** Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2025 e 2024 os valores de R$ 48,8 milhões e R$ 38,4 milhões, respectivamente. Nas concessões de infraestrutura a receita de construção é reconhecida sem margem, sendo mensuradas pelo valor dos custos incorridos, conforme o CPC 47 e a ICPC 01 (IFRIC 12). **4.4 Custos e Despesas:**

R$ – mil	2025	2024	Δ%
Custos e Despesas	**246.843**	**194.182**	**27,1%**
Pessoal	34.877	35.499	–1,8%
Amortização intangível e ativos de contrato	70.303	54.836	28,2%
Serviços de terceiros	13.773	12.052	14,3%
Conserv. de revestimento vegetal	1.447	1.400	3,4%
Conserv. de pavimento flexível	7.021	6.803	3,2%
Serviço de atendimento hospitalar	8.572	9.120	–6,0%
Custo de contrato concessão	10.169	8.919	14,0%
Provisão para manutenção	99	– 1.750	–105,7%
Custo de construção	48.810	38.404	27,1%
Material, equipamentos e veículos	13.347	11.972	11,5%
Remuneração dos diretores	3.957	4.211	–6,0%
Serviço de consultoria jurídica	2.265	2.530	–10,5%
Depreciação do imobilizado	1.720	686	150,7%
Outros	30.483	9.500	220,9%
Custos e Despesas Ajustadas[1]	**126.010**	**100.256**	**25,7%**

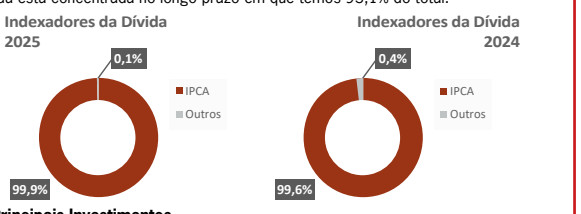
[1] Exclui Amortização, Receita de Construção e Depreciação. • **Pessoal** - A Companhia promoveu ajustes no quadro de funcionários, mantendo o foco na eficiência operacional. • **Amortização do Intangível** –O aumento da despesa de amortização está relacionado à retomada das obras do Lote 01, que resultou na ampliação da base de ativos amortizáveis e, consequentemente, no maior reconhecimento da amortização. • **Serviços de terceiros** - Crescimento impulsionado por contratações de cartas fiança relacionadas à transação extraordinária. • **Conservação de Revestimento Vegetal** – Houve uma intensificação na prestação de serviços de Conserva Verde. • **Conservação do Pavimento Flexível** - Reflexo do reajuste anual contratual. • **Serviço de Atendimento hospitalar** - Redução obtida por meio de renegociação contratual e descontos aplicados em razão de acordos judiciais. • **Custo do Contrato de Construção** - A variação é explicada pelo aumento do custo do seguro garantia, cujas taxas contratadas para 2025 foram superiores às do ano anterior. Soma se a isso a verba de fiscalização reajustada anualmente e a ausência do estorno da provisão referente à Polícia Rodoviária Federal registrado em 2024. • **Provisão de Manutenção** – Em 2024, a companhia realizou uma nova estimativa da provisão de manutenção, o que resultou em uma reversão no montante de R$ 2.249 mil. • **Custo de Construção –** A retomada das obras no Lote 01, foi a maior responsável pela variação do saldo, gerando impacto direto nos custos de construção. • **Material, Equipamentos e Veículos** – Crescimento impulsionado por maiores gastos com materiais de sinalização e insumos de conservação. • **Remuneração dos Diretores** - Redução vinculada à estruturação do quadro da Diretoria. • **Serviços de Consultoria Jurídica** – Em 2025, ao contrário de 2024, não houve a necessidade de contratação de assessoria especializada para acompanhamento da repactuação e ações estratégicas. • **Depreciação do Imobilizado** – A variação está associada às baixas decorrentes da venda de veículos e equipamentos ocorridas em 2024. • **Outros –** No primeiro trimestre de 2025 a Companhia realizou acordo para efetivação de transação extraordinária junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) mediante a renúncia ao direito vinculado aos processos junto a este órgão, contemplando o montante de R$ 20.796. **4.5 Resultado Financeiro:**

R$ – mil	2025	2024	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	**1.200**	**99**	**1.101**	**1112,1%**
Rendimento de aplicações financeiras	1.200	99	1.101	1112,1%
Despesas Financeiras	**(69.945)**	**(55.565)**	**(14.380)**	**25,9%**
Juros sobre Financiamentos	(52.653)	(48.166)	(4.487)	9,3%
Outras	(17.292)	(7.399)	(9.893)	133,7%
Resultado Financeiro	**(68.745)**	**(55.466)**	**(14.576)**	**23,9%**

O resultado financeiro da Companhia em 2025 totalizou R$ 68,7 milhões em despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R$ 14,6 milhões em relação a 2024. Embora haja crescimento relevante das receitas financeiras, houve uma variação pontual em "outras despesas financeiras" referente ao cenário macroeconômico de taxas de juros elevadas no período, impactando os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos contratados. **4.6 Disponibilidade e Endividamento: 4.6.1 Captações de Recursos:** Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, pela Transbrasiliana, nos termos da Instrução da CVM no 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), com prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão, e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Sobre o principal da dívida incidem juros de IPCA + 9,60% a.a., revisados para IPCA + 9,98% a.a. em 25/03/2024. Na última revisão, realizada em 25/03/2025, a taxa foi ajustada para IPCA + 12,06% a.a.a

Endividamento R$ mil	2025	2024	Δ%
Curto Prazo	**22.275**	**20.306**	**9,7%**
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	22.275	20.306	9,7%
Longo Prazo	**299.978**	**297.790**	**0,7%**
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	299.978	297.790	0,7%
Dívida Bruta	**322.253**	**318.096**	**1,3%**
Caixas e Equivalentes de Caixa	**37.788**	**13.335**	**183,4%**
Dívida Líquida	**284.465**	**304.761**	**–6,7%**
EBITDA	103.415	116.670	–11,4%
Dívida Líquida/ EBITDA	2,75	2,61	5,3%

Nota: O endividamento líquido apresentado não contempla os valores relacionados a passivos de arrendamento. A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R$ 37.8M, superior ao saldo de 2024 que foi de R$ 13,3M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2025 é de R$ 322,2M, um aumento de R$ 4,1M em relação ao saldo de dezembro/2024, motivada pela apropriação de juros e pela amortização das debêntures. A dívida está concentrada no longo prazo em que temos 93,1% do total.



4.7 Principais Investimentos

Investimentos – R$ milhões	2025	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	8.180	632.768
Melhoramentos/ Manut. Infraestrutura Operacional	2.527	183.319
Obras	66.272	274.135
Outros	2.010	18.438
Total	**78.989**	**1.108.660**

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária tem trabalhado para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia, por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário. Foram realizados investimentos de aproximadamente R$ 1.108.660 milhões nos primeiros dezessete anos da Companhia, com serviços como fresagem e recomposição, reparos profundos, micro revestimento asfáltico a frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, Bady Bassitt, Mirassol, Jaci e José Bonifácio.

4.8 Concessionária em números:

TABELA - RODOVIAS

Dados anuais

Quilômetros da rodovia	**Km 321,6.**																
Nº de veículos que transitaram	**Categoria Veículos**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**61**	**62**	**63**	**64**	**65**	**Especial**	**TOTAL**
		7 .553.289	799.373	76.108	623.097	12.869	401.992	278.774	937.685	250.564	415.034	5.310	284.704	69	64	-	**1 1.638.932**

Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.
Tarifa	Motocicletas, Motonetas Motorizadas R$ 5,05; Automóvel, Caminhonete e Furgão R$ 10,10; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão R$ 20,20; Automóvel e caminhonete com semirreboque R$ 15,50; Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus R$ 30,30; Automóvel e caminhonete com Reboque R$ 20,20; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 4 eixos duplos R$ 40,40; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 5 eixos duplos R$ 50,50; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 6 eixos duplos R$ 60,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 7 eixos duplos R$ 70,70; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 8 eixos duplos R$ 80,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R$ 90,90; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 10 eixos duplos R$ 101,00 e Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 11 eixos duplos R$ 111,10.
Número de quilômetros mantidos	**Km 321,6.**
Transito Médio Diário Equivalente	2.232
Trânsito Médio Anual Equivalente	67.882
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples , 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.
Índice de qualidade de estrada	**Não se aplica**
Receita de Pedágio	231.810
Custos associados às receitas de pedágio	158.391

Fator Trabalho

	Administrativo	Operação	Conservação
Número de Trabalhadores	73	479	150
Despesas de Pessoal	11.861	23.352	18.149

Fator Capital

Despesas de Depreciação/Amortização	443.322	O método de Depreciawção é a Taxa fiscal.
Ativo Líquido	665.338	Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.
Ativo Bruto	1.108.660	

continuação

continuação

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Série Histórica dos Investimentos	Ano								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679	85.671	92.320	53.372	78.989

Fatores Intermediários	
Despesas em Administração	13.773
Despesas em Manutenção	13.347
Outras Despesas	30.229

Seguridade		
	Acidentes por Gravidade	**Quant.**
Quantidade de acidentes	Acidentes com Mortes	23
	Acidentes com Feridos	335
	Acidentes sem Feridos	524
	Total	**882**

Indicadores			
Receita por veículo	19,92	Custo por veículo	13,61

4.9 Balanço Social

BALANÇO SOCIAL		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2025**	**2024**
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária 15,2415,22	15,24	15,24
Número total de acidentes de trabalho	26	30
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT ( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT ( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos ( ) não se envolve	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos ( ) não se envolve
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) apoia (X) organiza e incentiva	( ) apoia (X) organiza e incentiva

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025	2024
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça
7 - Valor adicionado total a distribuir:	**98.048**	**121.909**
Distribuição do Valor Adicionado	18% governo	22% governo
	0% acionistas	0% acionistas
	35% colaboradores	29% colaboradores
	70% terceiros	46% terceiros
	-23% retido	3% retido

4.10 Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 7 de dezembro de 2009, revogada e substituída pela Resolução CVM no 80/2022 – a qual consolidou e modernizou as regras aplicáveis, mantendo os princípios de transparência e proteção ao investidor - , a Diretoria da Triunfo Transbrasiliana declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independente da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2025.

4.11. Demais Assuntos: Desequilíbrio Contratual: São apresentados na relação abaixo os principais temas da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os temas formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório. (i) Necessidade do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, decorrente da inclusão das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, no que se refere aos custos relacionados; (ii) Necessidade do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, referente aos gastos com a elaboração dos Projetos Executivos de Duplicação (PIL 2015) dos: (i) Lote 02, do km 99,8 ao km 162,0; (ii) Lote 04, do km 195,0 ao km 229,0; (iii) Lote 05, do km 268,4 ao km 280,0; (iv) Lote 06, do km 280,0 ao km 335,5; e (v) Contorno de Marília; (iii) Necessidade de atualização do reequilíbrio econômico-financeiro realizado no Contrato de Concessão, em decorrência dos impactos causados pela pandemia de Coronavírus (Covid-19), frente ao pacote estatístico desatualizado utilizado pela ANTT; (iv) Necessidade de adequação do reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente ao valor de compensação do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), a fim de que as compensações de valores sobre os 12º e 16º anos da concessão sejam remanejadas para o fluxo de caixa adequado; (v) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente à ausência de fiscalização do excesso de peso de veículos comerciais sobre a Rodovia BR-153/SP em decorrência da retirada das balanças do PER pela ANTT; (vi) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro referente à ocorrência de maior desgaste no pavimento, em virtude dos impactos da Lei Federal no 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão; (vii) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Completo – Km 55 do Contrato de Concessão, visto que a obra foi executada pelo DNIT; (viii) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Completo – Km 76,3, visto que a obra foi executada pelo DNIT; (ix) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Km 86,1, visto que houve obra executada no Km 84,8 (referente a outro item PER), ou seja, em locais próximos; (x) Necessidade de exclusão do Item 5.1.12.A – Implantação de Passagens em Desnível Inferior Tipo Viaduto (Km 58,80), visto que a obra foi executada pelo DNIT; (xi) Necessidade de duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão; (xii) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente aos impactos decorrentes do aumento dos insumos. Considerando a necessidade de aprimoramento da rodovia e do Contrato de Concessão da Transbrasiliana, foi protocolado, junto ao Ministério dos Transportes, nos termos da Portaria 848, de 25 de agosto de 2023, o requerimento de otimização e readequação do citado Contrato. O Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e posteriormente em 11 de setembro de 2024 apresentou manifestação favorável. Agora existem duas etapas a serem cumpridas, considerando a negociação entre as partes em relação ao atendimento das premissas públicas estabelecidas na portaria mencionada e na política pública de outorgas, bem como análise, pela ANTT e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da proposta de otimização e readequação do contrato de concessão (dentre outros assuntos).

4.12 Agradecimentos: A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores, demais instituições governamentais e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos (Em milhares de reais, exceto o prejuízo (lucro) por ação)*

Balanço patrimonial

Ativo	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	37.788	13.335
Contas a receber	4	13.979	12.341
Impostos a recuperar	–	1.256	2.669
Despesas antecipadas	5	5.370	5.571
Outros créditos	–	1.482	1.461
Total do ativo circulante		**59.875**	**35.377**
Ativo não circulante			
Contas a receber	4	–	805
Depósitos judiciais	15.a	9.483	34.451
Despesas antecipadas	5	3.197	6.872
Partes relacionadas	6	548	–
Tributos diferidos ativos	14.c	5.250	–
Ativos de direito de uso	–	370	713
Imobilizado	7	5.422	5.158
Intangível	8	443.731	444.271
Ativo de contrato	8	212.329	205.183
Total do ativo não circulante		**680.330**	**697.453**
Total do ativo		**740.205**	**732.830**
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**2025**	**2024**
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	329	818
Debêntures	10	21.945	19.489
Fornecedores	11	34.608	28.588
Impostos, taxas e contribuições	12	8.006	10.273
Obrigações sociais	–	5.160	6.670
Provisão para manutenção	13	1.223	748
Partes relacionadas	6	22.873	12.833
Passivos de arrendamento	–	301	533
Outras contas a pagar	16	2.979	12.562
Total do passivo circulante		**97.424**	**92.514**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	–	329
Debêntures	10	299.978	297.461
Fornecedores	11	2.056	13.417
Impostos, taxas e contribuições	12	8.835	9.346
Provisão para manutenção	13	4.870	5.435
Tributos diferidos	14.c	–	6.124
Provisão para demandas judiciais	15.b	9.484	6.035
Passivos de arrendamento	–	357	396
Outras contas a pagar	16	5.277	6.172
Total do passivo não circulante		**330.857**	**344.715**
Total do passivo		**428.281**	**437.229**
Patrimônio líquido	17		
Capital social	–	283.956	283.956
Reserva legal		–	763
AFAC		42.170	–
Lucros (Prejuízos) acumulados		(14.202)	10.882
Total do patrimônio líquido		**311.924**	**295.601**
Total do passivo e patrimônio líquido		**740.205**	**732.830**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	AFAC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**220.535**	**583**	**8.311**	**63.421**	**292.850**
Lucro líquido do exercício	–	–	3.608	–	**3.608**
Reserva legal	–	180	(180)	–	**–**
Constituição de dividendos a pagar	–	–	(857)	–	**(857)**
Aumento de capital	63.421	–	–	(63.421)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**283.956**	**763**	**10.882**	**–**	**295.601**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(25.847)	–	**(25.847)**
Absorção de prejuízos acumulados por meio da reserva legal	–	(763)	763	–	**–**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	42.170	**42.170**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**283.956**	**–**	**(14.202)**	**42.170**	**311.924**

Demonstração do resultado

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	18	278.368	255.330
Custos dos serviços prestados	19	(189.452)	(161.495)
Lucro bruto		**88.916**	**93.835**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(57.391)	(32.687)
Lucro operacional		**31.525**	**61.148**
Resultado financeiro, líquido	20	(68.745)	(55.466)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**(37.220)**	**5.682**
IRPJ e CSLL diferidos	14	11.373	(2.074)
Lucro (prejuízo) do exercício		**(25.847)**	**3.608**
Lucro básico e diluído por ação em reais – R$	17.c	(0,06038)	0,00843

Demonstração do resultado abrangente

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	**(25.847)**	**3.608**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultado abrangente do exercício	**(25.847)**	**3.608**

Demonstração do valor adicionado

	2025	2024
Receitas	**301.736**	**275.671**
Arrecadação de pedágios	246.192	231.810
Receitas de construção – ativos da concessão	48.810	38.404
Outras receitas	6.734	5.457
Insumos adquiridos de terceiros	**(136.714)**	**(98.341)**
Custos serviços prestados	(39.197)	(38.283)
Custo de construção – ativos da concessão	(48.810)	(38.404)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.707)	(21.654)
Valor adicionado bruto	**165.022**	**177.330**
Retenções	**(72.152)**	**(55.522)**
Depreciação e amortização	(72.152)	(55.522)
Valor adicionado líquido	**92.870**	**121.809**
Valor recebido em transferência	**1.198**	**101**
Receitas financeiras	1.198	101
Valor adicionado total a distribuir	**94.068**	**121.908**
Distribuição do valor adicionado	**(94.068)**	**(121.908)**
A – Pessoal e encargos	**34.540**	**35.632**
Remuneração direta	23.689	22.585
Benefícios	9.309	9.196
FGTS	1.150	1.071
Outros	392	2.780
B – Impostos, taxas e contribuições	**14.944**	**26.793**
Federais	2.148	14.838
Estaduais	417	303
Municipais	12.379	11.652
C – Remuneração de capitais de terceiros	**70.430**	**55.875**
Juros	57.002	209
Aluguéis	1.230	1.357
Outras	12.198	54.309
D – Remunerações de capital próprio	**(25.846)**	**3.608**
Prejuízo líquido	**(25.846)**	**3.608**

Demonstração do fluxo de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**(37.220)**	**5.682**
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	72.023	55.522
Amortização do direito de uso e juros sobre arrendamentos	304	343
Provisão para manutenção	(90)	(5.367)
Baixa de obrigações com infraestrutura a realizar	–	(3.637)
Provisão para demandas judiciais	4.219	1.523
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	52.653	48.166
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível e ativo do contrato	97	6.744
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	(833)	1.442
Despesas antecipadas	6.457	(9.609)
Impostos a recuperar	1.413	(1.533)
Outros créditos	(21)	154
Depósitos judiciais	24.968	(22.979)
Partes relacionadas	(548)	–
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(5.343)	4.408
Impostos, taxas e contribuições	(2.778)	10.344
Obrigações sociais	(1.510)	1.029
Partes relacionadas	10.040	(3.797)
Outros passivos	(10.478)	9.062
Pagamento de demandas judiciais	(770)	(1.977)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**112.583**	**95.520**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.010)	(2.203)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	(76.979)	(51.169)
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	**(78.989)**	**(53.372)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(232)	(376)
Adiantamento para futuro aumento de capital	42.170	–
Amortização de debentures e empréstimos	(51.079)	(46.537)
Caixa (aplicado nas) atividades de financiamento	**(9.141)**	**(46.913)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**24.453**	**(4.765)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes no exercício	13.335	18.100
Saldo final de caixa e equivalentes no exercício	37.788	13.335
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**24.453**	**(4.765)**

Notas Explicativas às Demostrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, no 451, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPI). ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário no 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução no 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução no 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo desses anos de Concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não limitado, o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato em razão de: (i) atrasos nas Revisões Ordinárias previstas contratualmente, (ii) excesso de carga no pavimento devido a exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e, (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas através de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança no 1007988-79.2017.4.01.3400 e incluídas no Contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20 de dezembro de 2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão. Por fim, importante destacar que em 25 de agosto de 2023, o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria no 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12 de dezembro de 2023, a Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19 de dezembro de 2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A. e CONJUR para suas respectivas avaliações. Em 11 de setembro de 2024 foi publicada a Portaria no 863 de 10 de setembro de 2024, que apresentou a manifestação favorável, com ressalvas, do Ministério dos Transportes, à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato de concessão da BR- 153/SP. Conforme rito estabelecido na Portaria 848/2024, o processo ainda passará por análise e deliberações ANTT e TCU. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 37.549, e de R$ 57.137 em 31 de dezembro de 2024, resultado das negociações para quitação de passivos, bem como mantém sua estrutura de endividamento conforme cronograma de quitação. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base para preparação e apresentação das informações: 2.1 Base de preparação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei no 6.404/76 com alterações da Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de administração em 06 de março de 2026. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente. **2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R$) exceto quando indicado de outra forma, o real é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faze o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.5 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas a seguir em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método

continuação

continuação ☛

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa no 21). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **b.1) Contratos de concessão:** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. **b.2) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36,% chegando a 9,78% no longo prazo até o término do prazo da concessão. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Adicionalmente em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. **c) Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **e) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao IRPJ e à CSLL, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IRPJ e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. **2.5.1 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2025: 2.5.1.1. Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2025. São elas: • **Alterações à IAS 21** – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade. • **Orientação Técnica OCPC 10** – Créditos de Carbono, Permissões de emissão (allowance) e Crédito de Descarbonização. • **Alterações ao CPC 02 (R2) -** Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • **Alterações ao CPC 18 (R3) -** Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09- Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não geram impactos nestas demonstrações contábeis. **2.5.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente. As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não têm impacto nestas demonstrações contábeis: • **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7** - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações. **As seguintes normas estão em fase de avaliação: • Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**: Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48– Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros- Evidenciação. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2026. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. • **CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2027. Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações Companhia, vide Nota Explicativa n° 2.5.1.3. **2.5.1.3 IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras:** Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças: **Classificação e apresentação de resultados:** • Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem. • Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma. • Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação. **Estrutura das demonstrações financeiras:** • Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento. •Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido, que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. **Indicadores, métricas e covenants:** • Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional. •Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de covenants contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro. •Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs–Management Performance Measures) que poderão ser apresentadas nas demonstrações contábeis, conforme os novos requisitos de divulgação da norma. **Status atual e próximos passos:** Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais. **2.5.1.4. Normas IFRS S1 e S2/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima:** Em atendimento às Resoluções CVM n°193/2024, n°217/2024, n°218/2024 e n°219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1° de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultaria especializada em temas climáticos. **Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS*: Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa geral	290	540
Saldos bancários	13.732	12.639
Aplicações financeiras (i)	23.766	156
Total	**37.788**	**13.335**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. (i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 100% Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

4. Contas a receber:

	2025	2024
Arrecadação de pedágio	13.842	12.259
Receitas acessórias	118	887
Outras receitas	19	–
Total	**13.979**	**13.146**
Circulante	13.979	12.341
Não circulante	–	805

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentava montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

5. Despesas antecipadas:

	2025	2024
Seguros a apropriar	1.699	1.587
Carta fiança a apropriar **(i)**	6.868	10.856
Total	**8.567**	**12.443**
Circulante	5.370	5.571
Não circulante	3.197	6.872

(i) Trata-se de gastos referentes as cartas fianças em razão da necessidade de garantir as execuções fiscais ajuizadas pela ANTT.

6. Partes relacionadas:

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas. Adicionalmente existem saldos de adiantamentos para mobilização e execução de obras reconhecidos em intangível em construção, conforme divulgado em Nota Explicativa no 8. A seguir, demonstram-se as transações de acordo com sua respectiva natureza seguir:

	Saldo ativo em		Movimentação em	
	2025	2024	2025	2024
Controle acionário comum ao da Controladora	–	–	–	–
BRVias Holding TBR	548	–	548	–
Total – Não circulante	**548**	**–**	**548**	**–**

	Notas	Saldo passivo em 2025	Saldo passivo em 2024	Valor da transação para o exercício 2025	Valor da transação para o exercício 2024
Controladora					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	**17.959**	**7.919**	23.488	18.475
Controle acionário comum ao da Controladora					
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(ii)	**26**	**26**	–	–
TCE Engenharia Ltda.	(iii)	**–**	**–**	6.373	7.404
BRVias Holding TBR	(iv)	**4.888**	**4.888**	–	–
Construtora Triunfo S.A.	(iii)	**–**	**–**	2.382	107
Total – Circulante		**22.873**	**12.833**	**32.243**	**25.986**

(i) O valor devido é composto por despesas com pagamento da estrutura de CSC, bem como remuneração por prestação de garantia fidejussória firmado entre as empresas em outubro de 2024. (ii) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no Programa de Exploração da Rodovia (PER); (iii) Valores referente a fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para o serviço de fresagem e recomposição com CBUQ. (iv) Adicionalmente, o saldo de dividendos a pagar provisionados em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 4.888 mil (R$ 4.888 mil em 31 de dezembro de 2024). O pagamento deste montante está previsto para ocorrer no transcorrer do primeiro trimestre de 2026, conforme acordado com a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A..

7. Imobilizado: Movimentação em 31 de dezembro de 2025

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.905**	**3.476**	**569**	**9.914**	**–**	**16.864**
Adições	296	332	7	1.365	10	**2.010**
Baixas	(22)	(1)	(23)	(380)	(10)	**(436)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.179**	**3.807**	**553**	**10.899**	**–**	**18.438**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.101)**	**(1.816)**	**(388)**	**(7.401)**	**–**	**(11.706)**
Adição	(322)	(301)	(33)	(1.064)	–	**(1.720)**
Baixas	22	1	22	365		**410**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(2.401)**	**(2.116)**	**(399)**	**(8.100)**	**–**	**(13.016)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**804**	**1.660**	**181**	**2.513**	**–**	**5.158**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**778**	**1.691**	**154**	**2.799**	**–**	**5.422**
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20 De 10	a 20	**–**

Movimentação em 31 de dezembro de 2024:

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.645**	**3.419**	**613**	**11.301**	**1.995**	**19.973**
Adições	376	265	32	4	1.526	**2.203**
Baixas	(108)	(202)	(70)	(1.391)	(1.429)	**(3.200)**
Transferências	(8)	(6)	(6)	–	(2.092)	**(2.112)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.905**	**3.476**	**569**	**9.914**	**–**	**16.864**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.098)**	**(1.716)**	**(391)**	**(8.497)**	**(353)**	**(13.055)**
Depreciação	(108)	(258)	(35)	(127)	(158)	**(686)**
Baixas	104	147	32	1.223	2	**1.508**
Transferências	1	11	6		509	**527**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.101)**	**(1.816)**	**(388)**	**(7.401)**	**–**	**(11.706)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**547**	**1.703**	**222**	**2.804**	**1.642**	**6.918**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**804**	**1.660**	**181**	**2.513**	**–**	**5.158**
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	**–**

a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo; **b. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

8. Intangível e ativo de contrato (intangível em construção): Movimentação em 31 de dezembro de 2025

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de contrato		
Custo	**Recuperação da rodovia (i)**	**Operação da rodovia/ melhoramentos (ii)**	**Total do intangível**	**Intangível em construção (vi)**	**Adiantamento obras (iv)**	**Total do intangível em construção**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**615.372**	**159.225**	**774.597**	**198.920**	**40.037**	**238.957**
Adições (i)	8.180	2.527	**10.707**	25.356	40.916	**66.272**
Baixas	(186)	(97)	**(283)**	(28)	–	**(28)**
Transferências	22.038	21.664	**43.702**	(30.408)	(13.294)	**(43.702)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**645.404**	**183.319**	**828.723**	**193.840**	**67.659**	**261.499**
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(249.351)**	**(80.975)**	**(330.326)**	**(33.774)**	**–**	**(33.774)**
Adição	(29.863)	(25.043)	**(54.906)**	(15.397)	–	**(15.397)**
Baixas	240	–	**240**	1	–	**1**
Transferências	797	(797)	**–**	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(278.177)**	**(106.815)**	**(384.992)**	**(49.170)**	**–**	**(49.170)**
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**366.021**	**78.250**	**444.271**	**165.146**	**40.037**	**205.183**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**367.227**	**76.504**	**443.731**	**144.670**	**67.659**	**212.329**
Taxa de amortização %	13,0	13,0	**–**	13,0	–	**–**

Movimentação em 31 de dezembro de 2024

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de contrato			
Custo	**Recuperação da rodovia (i)**	**Operação da rodovia/ melhoramentos (ii)**	**Total do intangível**	**Intangível em construção (iii)**	**Infra-estrutura a realizar (iv)**	**Adianta-mento obras (v)**	**Total do intangível em construção**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**594.554**	**144.208**	**738.762**	**196.258**	**9.442**	**30.320**	**236.020**
Adições (i)	19.082	668	**19.750**	9.330	–	22.089	**31.419**
Baixas	(837)	(12)	**(849)**	(4.218)	–	–	**(4.218)**
Reversão de Infraestrutura a realizar (ii)	–	–	**–**	–	(9.442)	–	**(9.442)**
Transferências	2.573	14.361	**16.934**	(2.450)	–	(12.372)	**(14.822)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**615.372**	**159.225**	**774.597**	**198.920**	**–**	**40.037**	**238.957**
Amortização							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(227.634)**	**(60.463)**	**(288.097)**	**(20.655)**	**–**	**–**	**(20.655)**
Amortização	(21.752)	(19.965)	**(41.717)**	(13.119)	–	–	**(13.119)**
Baixas	13	2	**15**	–	–	–	**–**
Transferências	22	(549)	**(527)**	–	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(249.351)**	**(80.975)**	**(330.326)**	**(33.774)**	**–**	**–**	**(33.774)**
Valor residual líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**366.920**	**83.745**	**450.665**	**175.603**	**9.442**	**30.320**	**215.365**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**366.021**	**78.250**	**444.271**	**165.146**	**–**	**40.037**	**205.183**
Taxa de amortização %	**9,65**	**9,65**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

(i) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados; (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais; (iii) A baixa de R$ 4.218, refere-se a revisão da provisão de manutenção em decorrência das entregas de obras conforme cronograma PER; (iv) A transferência de R$ 9.442, refere-se à encontro de contas com correlato Passivo na rubrica de "Obrigações com infraestrutura a realizar", em razão da extinção da obrigação correspondente; (v) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A., TCE Engenharia Ltda. e Consorcio TT-TBR lote 01 em montantes acumulados de R$ 44.571 mil, R$ 21.604 mil e R$ 1.484 mil em 31 de dezembro de 2025, (R$ 7.372 mil e R$ 32.665 mil em 31 de dezembro de 2024) respectivamente. Tais adiantamentos são destinados para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e km 74+900 ao km 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros. (vi) A Companhia avalia periodicamente as movimentações do intangível em construção para monitoramento de vinculação dos bens e sua respectiva amortização, para tal considera-se a conclusão das respectivas obras bem como a vinculação destes ao cronograma do PER. Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis

continuação ☛

continuação

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2026 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36% chegando a 9,78% no longo prazo até o término do prazo da concessão. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período. **Ativo de contrato (intangível em construção) :** O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das informações trimestrais. O valor do intangível em construção em montantes de R$ 144.618 e de R$ 165.146, em31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente.

9. Empréstimos e financiamentos:

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	2025	2024
CCB	15,02%	Pré–fixado	2026	329	1.147
Circulante				329	818
Não circulante (i)				–	329

(i) A vencer entre 13 e 24 meses.

Resumo da movimentação	2025	2024
Saldo inicial	**1.147**	**2.168**
Pagamentos (principal, juros)	(1.014)	(1.282)
Juros	196	261
Total	**329**	**1.147**

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 possuem taxa pré-fixadas com média ponderada de 15,02% a.a.

10. Debêntures:

Emissora	Série	Debêntures emitidas	Vencimento	Valor	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	2025	2024
TBR	8a	275.400	25/03/2033	275.400	(20.400)	255.000	IPCA + 12,06% a.a.	321.923	316.950
Circulante								21.945	19.489
Não circulante								299.978	297.461

Resumo da movimentação	2025	2024
do inicial	**316.950**	**311.719**
Pagamentos (principal, juros e remuneração)	(50.065)	(45.255)
Despesas antecipadas	2.581	2.581
Juros	52.457	47.905
Total	**321.923**	**316.950**

A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM no 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R$ 275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Desta forma, conforme cronograma da dívida e carências vinculadas, até o término do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve apenas pagamento dos juros. Destaca-se ainda que os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches. Em 27 de março de 2023, foi incorporado o valor de juros R$ 26.752 como principal de acordo com o contrato vigente. A Companhia necessita manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que antecedem a data-base da última demonstração financeira auditada e/ou informação financeira revisada, superior ou igual a 1,2x. Em 31 de dezembro de 2025 os índices estão dentro dos padrões exigidos, alcançando aproximadamente 1,97x. Referente ao custo de transação de R$ 20.400 a companhia informa que o saldo restante a apropriar em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 13.600. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2025	2024
De 13 a 24 meses	26.319	48.544
De 25 a 36 meses	64.717	65.822
De 37 a 48 meses	68.378	75.293
De 49 a 60 meses	69.350	82.557
Acima de 61 meses	71.214	25.245
Total	**299.978**	**297.461**

11. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores diversos	25.419	31.346
Retenções (i)	11.245	10.659
Total	**36.664**	**42.005**
Circulante	34.608	28.588
Não circulante	2.056	13.417

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

12. Impostos, taxas e contribuições:

	2025	2024
ISS a recolher	1.238	3.908
PIS/Cofins – Faturamento	746	1.361
PIS/Cofins/CSLL – Terceiros	344	528
IRRF/INSS – Terceiros	295	292
Parcelamentos fiscais municipais (12.1)	84	–
Parcelamentos federais e previdenciários (12.1) (i)	14.134	13.530
Total	**16.841**	**19.619**
Circulante	8.006	10.273
Não circulante	8.835	9.346

(i) Valores sendo atualizados considerando a aplicação da Selic.

12.1 Parcelamentos federais e previdenciários:

	Circulante	Não Circulante	2025 Total	2024 Total
Parcelamento Federal simplificado PIS/Cofins	2.128	4.088	**6.216**	**5.655**
Parcelamento Municipal simplificado ISS	84	–	**84**	**–**
Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL	1.614	1.089	**2.703**	**4.011**
Parcelamento Federal simplificado IRRF/INSS	1.557	3.658	**5.215**	**3.864**
Total	**5.383**	**8.835**	**14.218**	**13.530**

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2025	2024
2026	–	4.006
2027	3.134	2.024
2028	2.832	1.749
2029 em diante	2.869	1.567
Total	**8.835**	**9.346**

13. Provisão para manutenção: Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Após revisão no cronograma das intervenções com base nas obras finalizadas e inclusão de novas obras no cálculo, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período/exercício é como segue:

Resumo da movimentação	2025	2024
Saldo inicial	**6.183**	**11.550**
Adições	–	1.107
Reversão (i)	(90)	(6.474)
Saldo final	**6.093**	**6.183**
Circulante	1.223	748
Não circulante	4.870	5.435

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou a estimativa das provisões para manutenção considerando o avanço das obras de recomposição encerradas até esta data. Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R$
2026	1.223
2027	1.382
2028	1.724
2029	1.251
2030	513
Total	**6.093**

14. IRPJ e CSLL: a. IRPJ e CSLL correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. IRPJ e CSLL correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **b. IRPJ e CSLL diferidos:** IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 65.222 acumulados até 31 de dezembro de 2025 e R$ 31.874 em 31 de dezembro de 2024. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

c. IRPJ e CSLL diferidos – Ativo e passivo:

	2025	2024
Provisões	8.534	6.233
Prejuízo fiscal e base negativa	22.176	10.837
Intangíveis – Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(6.483)	(7.144)
Outros (i)	(18.977)	(16.050)
Total	**5.250**	**(6.124)**

(i) Estes valores são compostos por efeitos em relação a amortização linear do ativo intangível, bem como demais diferenças temporárias, conforme detalhamento a seguir nas movimentações dos impostos diferidos. **Movimentação do IRPJ e CSLL diferido em 31 de dezembro de 2025:**

	2024	Adições	Baixas	2025
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa da CS	10.838	11.339	–	22.177
Provisão para contingências	2.051	1.173		3.224
Provisão PLR	1.219	–	(48)	1.171
Outras provisões temporárias	860	1.209	–	2.069
Provisão de manutenção	2.102	–	(31)	2.071
Total ativo diferido	**17.070**	**13.721**	**(79)**	**30.712**
Passivo				
Adoção Lei no 12.973/14	(3.763)	–	460	(3.303)
Desp. Financ. art.73 IN nº 1.515/14	(3.381)	–	201	(3.180)
Depreciação (linear x curva de tráfego)	(11.542)	(2.870)	–	(14.412)
Demais diferenças temporárias	(4.508)	(59)	–	(4.567)
Total passivo diferido	**(23.194)**	**(2.929)**	**661**	**(25.462)**
Total	**(6.124)**	**10.792**	**582**	**5.250**

(i) Valores se resumem a transferência de valores utilizadas em compensações ao longo do período, sendo estes tratados como transações não caixa conforme divulgado em Nota Explicativa no 28. **Movimentação do IRPJ e CSLL diferido em 31 de dezembro de 2024:**

	2023	Adições	Baixas	2024
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa da CS	10.548	3.069	(2.779)	10.838
Provisão para contingências	2.206	355	(510)	2.051
Provisão PLR	731	1.143	(655)	1.219
Outras provisões temporárias	94	766	–	860
Provisão de manutenção	3.927	134	(1.959)	2.102
Total ativo diferido	**17.506**	**5.467**	**(5.903)**	**17.070**
Passivo				
Adoção Lei no 12.973/14	(4.224)	–	461	(3.763)
Desp. Financ. art.73 IN nº 1.515/14	(3.519)	–	138	(3.381)
Depreciação (linear x curva de tráfego)	(8.578)	(2.964)	–	(11.542)
Demais diferenças temporárias	(5.234)	(1.011)	1.737	(4.508)
Total Passivo diferido	**(21.555)**	**(3.975)**	**2.336**	**(23.194)**
Total	**(4.049)**	**1.492**	**(3.567)**	**(6.124)**

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Ano	R$
De 1 a 4 anos	16.933
Acima de 5 anos	5.243
Total	**22.176**

d. IRPJ e CSLL – Resultado, – Reconciliação da alíquota efetiva:

Descrição	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(37.220)	5.682
Alíquota nominal	34%	34%
	12.655	**(1.932)**
Adições/exclusões permanentes	(1.282)	(142)
	11.373	**(2.074)**
IRPJ e CSLL correntes	–	–
IRPJ e CSLL diferidos	11.373	(2.074)
	11.373	**(2.074)**
Alíquota efetiva	31%	36%

15. Bloqueio judicial e provisão para demandas judiciais e administrativas: a. Bloqueio judicial: A redução dos valores referentes aos depósitos judiciais de 2024 no montante de R$ 34.451 para R$ 9.483 em 2025, se deu em razão da utilização dos valores bloqueados para quitação das execuções fiscais ajuizadas pela ANTT. A Transbrasiliana continua atuando de forma efetiva junto ao Judiciário Federal visando o desbloqueio dos valores remanescentes. **b. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. São provisionados os riscos e montantes que, na opinião da administração com base na opinião de assessores legais, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, os saldos e movimentações da provisão são como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.564**	**1.471**	**6.035**
Provisões	2.789	1.430	**4.219**
Pagamentos	(603)	(167)	**(770)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.750**	**2.734**	**9.484**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.750**	**739**	**6.489**
Provisões	2.057	1.180	**3.237**
Pagamentos	(1.767)	(210)	**(1.977)**
Reversões	(1.476)	(238)	**(1.714)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.564**	**1.471**	**6.035**

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R$ 157.296 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 124.925 em 31 de dezembro de 2024).

	2025		2024	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cíveis	357	141.677	215	111.037
Trabalhistas	148	15.619	129	13.888
Total	**505**	**157.296**	**344**	**124.925**

O aumento verificado nas contingências cíveis e trabalhistas decorre, principalmente, do avanço das obras de duplicação da Rodovia BR-153/SP, especialmente, quanto ao início das obras do Lote 01. Ressalta-se que tais obras são realizadas através da atuação de colaboradores de empresas terceiras, envolvidos na execução dos serviços na via.

16. Outras contas a pagar:

	2025	2024
Seguros a pagar	348	9.800
Parcelamento ANTT (i)	7.036	7.739
Outras contas a pagar	872	1.195
Total	**8.256**	**18.734**
Circulante	2.979	12.562
Não Circulante	5.277	6.172

(i) Os valores vinculados aos parcelamentos são atualizados periodicamente considerando como índice de correção a Selic em cada competência. **16.1 Parcelamento ANTT:**

	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2025 Total	2024 Total
Parcelamento ANTT	1.759	5.277	**7.036**	**7.739**
Total	**1.759**	**5.277**	**7.036**	**7.739**

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2025	2024
2025	–	1.567
2026	1.759	1.543
2027	1.759	1.543
2028	1.759	1.543
2029	1.759	1.543
Total	**7.036**	**7.739**

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R$ 283.956, totalmente integralizado, representado por 428.071.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 500.000. **b. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 31 de dezembro de 2025, o acionista controlador realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia, a título de futuro aumento de capital não reversíveis no montante de R$ 42.170, os quais permanecem pendentes de integralização ao capital social na presente data. **c. Resultado por ação:** O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Período de três meses findo em	Lucro (prejuízo) do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído – R$ – Expresso em reais
31 de dezembro de 2024	3.608	428.071.224	0,00843
31 de dezembro de 2025	(25.846)	428.071.224	(0,06038)

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

18. Receita operacional líquida: A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2025	2024
Receita de pedágios	246.192	231.810
Receitas acessórias	4.970	5.457
Receita de construção – Ativos da concessão	48.810	38.404
Tributos incidentes	(21.604)	(20.341)
Total	**278.368**	**255.330**

Reconhecimento e mensuração: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. **Receita de pedágio:** As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos. **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção. **Receitas acessórias:** Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia. **Tributos incidentes sobre prestação de serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natura (ISSQN)	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

19. Custos e despesas por natureza: A seguir a composição das despesas por natureza:

Por natureza	2025	2024
Custo e despesa operacional Pessoal	(34.877)	(35.499)
Amortização do intangível e ativos de contrato	(70.303)	(54.836)
Serviços de terceiros	(13.773)	(12.052)
Conserv. de revestimento vegetal	(1.447)	(1.400)
Conserv. de pavimento flexível	(7.021)	(6.803)
Serviço de atendimento hospitalar	(8.572)	(9.120)
Custo de contrato concessão	(10.169)	(8.919)
Provisão para manutenção	(99)	1.750
Custo de construção	(48.810)	(38.404)
Material, equipamentos e veículos	(13.347)	(11.972)
Remuneração dos diretores	(3.957)	(4.211)
Serviço consultoria jurídica	(2.265)	(2.530)
Depreciação do imobilizado	(1.720)	(686)
Outros (i)	(30.483)	(9.500)
Total	**(246.843)**	**(194.182)**
Classificação da demonstração dos resultados:		
Custo dos serviços prestados	(189.452)	(161.495)
Despesas Administrativas	(60.018)	(33.834)
Outros resultados operacionais	2.627	1.147
Total	**(246.843)**	**(194.182)**

(i) No primeiro trimestre de 2025 a Companhia realizou acordo para efetivação de transação extraordinária junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) mediante a renúncia ao direito vinculado aos processos junto a este órgão, contemplando o

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

montante de R$ 20.796, visando potenciais desbloqueios anteriores de saldos de recebimentos de receitas de pedágio bloqueadas pelo poder concedente. Destaca-se que estes montantes foram reconhecidos em despesas administrativas considerando a sua adequada competência.

20. Resultado financeiro líquido: As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.200	99
Total receitas financeiras	**1.200**	**99**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(52.653)	(48.166)
Outras (i)	(17.292)	(7.399)
Total despesas financeiras	**(69.945)**	**(55.565)**
Resultado financeiro líquido	**(68.745)**	**(55.466)**

(i) Composto principalmente por: (i) R$ 8.385 referentes a comissão de aval; (ii) R$ 5.590 relativos a juros e multas por atraso de pagamentos; e (iii) R$ 3.317 distribuídos entre outros custos associados à emissão de debêntures e demais despesas de menor relevância.

21. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há saldo de ativos financeiros a valor justo. **Recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*): O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando: A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes; Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos. **Classificação contábil e valores justos:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Mensuração do valor justo:** Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025. **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. **a. Risco de liquidez:** A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **Cronograma de amortização da dívida**: A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2025.

	Menos de 03 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	(139)	(190)	–	**(329)**
Debêntures		(21.945)	(299.978)	**(321.923)**
Parcelamentos tributários	–	(5.383)	(8.835)	**(14.218)**
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.204)	(28.404)	(2.056)	**(36.664)**
Total	**(6.343)**	**(55.922)**	**(310.869)**	**(373.134)**

b. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2025 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado. **c. Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA. **d. Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. **e. Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do IPCA, principal exposição de risco de juros da Companhia referentes a atualização das debentures. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir: **Seleção dos riscos:** A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros IPCA. **Seleção dos cenários:** A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 31 de dezembro de 2025. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e IPCA é apresentada a seguir: **Risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros - apreciação das taxas:**

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I) %	Provável (I) Valor
Aplicações financeiras	23.766	CDI	14,32	14,32	3.403
Parcelamentos tributários	14.218	Selic	14,30	14,3	2.033
Debentures	321.923	IPCA +12,06% a.a.	12,06	12,06	38.824

Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. **Análise de dívida líquida e alavancagem financeira:** A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos financiamentos, e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa no 9)	329	1.147
Debêntures (Nota Explicativa no 10)	321.923	316.950
Arrendamentos a pagar	658	929
(–) Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa no 3)	(37.788)	(13.335)
Dívida líquida	**285.122**	**305.691**
Patrimônio líquido	311.924	295.601
Índice de alavancagem financeira – %	**0,914**	**1,034**

22. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros não fez parte do escopo dos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2025, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura – R$
Responsabilidade civil	Maio de 2025 a maio de 2026	10.000
Engenharia	Abril de 2021 a agosto de 2026	58.525
Operacionais	Maio de 2025 a maio de 2026	65.542
Garantia	Março de 2025 a março de 2026	92.981

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

23. Benefícios a empregados: Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 totalizaram R$ 591 e R$ 341, respectivamente.

24. Remuneração dos diretores: A seguir o valor total de remuneração atribuído a dois diretores e um presidente:

	2025	2024
Pró–labore	2.243	2.839
Encargos sociais	31	129
Benefícios diretos e indiretos	431	291
Participação nos resultados	1.252	952
Total	**3.957**	**4.211**

25. Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. Risco regulatório: A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na Nota Explicativa no 22.

27. Compromissos vinculados a contratos de concessão: a. Decorrente da verba de fiscalização: Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R$ 4.756, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2025, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2026	4.756
2027 até 2032	28.536
Total	33.292

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT. **b. Investimentos – Programa de Exploração da Rodovia (PER):** De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2025, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão estão demonstrados a seguir:

Ano	Valor
2026	83.163
2027	80.250
2028	122.587
De 2029 até 2033	83.272
Total	**369.272**

28. Transações não caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou as transações destacadas a seguir que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Descrição	12/2025
Transferência líquida de imobilizado, e ativo de contrato para intangível	43.702
Despesas antecipadas	2.581

Diretoria

Roberto Paulo Hanke
Diretor Presidente e RI

José Garcia Neto
Diretor Administrativo-Financeiro

Daniel Ramos Victorino
Diretor de Engenharia e Operações

Conselho da Administração

Carlo Alberto Bottarelli
Luiz Fernando Wolff de Carvalho
João Villar Garcia
Roberto Solheid da Costa de Carvalho
Marcos Paulo Fernandes Pereira

Contadora

Patricia Ap. Monaro Morales - CRC 1SP 224.015/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.,** Lins – São Paulo. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS *Accounting Standards*). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante quanto à continuidade operacional:** Chamamos atenção para os eventos informados na Nota Explicativa no 1, que descrevem que as demonstrações contábeis s foram elaboradas e estão sendo apresentadas no pressuposto de continuidade operacional. Conforme descrito na referida nota explicativa, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 37.549 mil, e prejuízo no exercício de R$ 25.847 mil, que dentre outros aspectos, como **(i)** incerteza sobre a otimização do contrato de concessão que, em 31 de dezembro de 2025, se encontrava em situação de possível repactuação; **(ii)** em dezembro de 2023, a Companhia protocolou junto ao Ministério dos Transportes uma proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão pela Portaria 848. O Ministério dos Transportes se manifestou favoravelmente a pré-admissibilidade do requerimento da Companhia, e posteriormente em 11 de setembro de 2024 apresentou manifestação favorável. Ainda existem duas etapas a serem cumpridas, considerando a negociação entre as partes em relação ao atendimento das premissas públicas estabelecidas na portaria mencionada e na política pública de outorgas, bem como análise, pela ANTT e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da proposta de otimização e readequação do contrato de concessão (dentre outros assuntos). Estes assuntos, aliado à situação patrimonial e financeira da Companhia, e prejuízos acumulados, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração da Companhia para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa no 1. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esses assuntos. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA) :** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme Nota Explicativa no 8, o direito de exploração da concessão apresenta valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. O ativo intangível e ativo de contrato os montantes de R$ 443.731 mil e 212.329 mil, respectivamente, são formados, substancialmente, pelo direito da outorga da concessão de rodovia e pelos gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura, utilizada para prestação dos serviços, que englobam a operação e a manutenção da infraestrutura durante o prazo determinado de concessão. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards* requerem que a Companhia realize anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados quando da existência de indicativos de perdas de recuperabilidade econômica. O teste de recuperabilidade dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas e significativas definidas pela administração, tais como tarifas, custos de manutenção, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras. Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização do ativo intangível e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis, tendo sido considerada uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados com a análise do valor recuperável; • Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos elaborados pela Diretoria Executiva e premissas adotadas e dados de mercado (como receita de vendas e custos de manutenção), além das taxas de desconto e demais dados considerados; • Discussão com a administração sobre o plano de negócios; • Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas; • Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e • Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável do ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) :** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2026

Grant Thornton
An instinct for growth™

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Bragatto
Contador
CRC 1SP-234.100/O-4

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF nº CNPJ/MF nº 10.647.979/0001-48

Relatório da Administração

Itatiba, 6 de março de 2026 – É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes. As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2025 ("4T25") versus o quarto trimestre de 2024 ("4T24"), e aos exercícios de 2025 e de 2024.

1. Apresentação – Histórico: A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. Os controladores diretos da Companhia são a Rodovias do Brasil Holding S.A. (85%) e a OTP Rodovias S.A. (15%). **Características do Projeto:** O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Interligação da SP-065 com a SP-066 (SPI-084/066), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros. Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos. O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos. **Características da Região:** Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam uma economia dinâmica e diversificada, com forte presença de indústrias de ponta. Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nessas cidades. **Operação:** A Concessionária Rota das Bandeiras possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 93 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões-pipa e 2 veículos de balança móvel. A Companhia conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego e 14 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 264 atendimentos por dia no exercício de 2025.

2. Destaques: EBITDA Ajustado: R$ 1.062.834 mil atingidos no exercício de 2025 (+10,9% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustado de 87% em 2025 (+0,5 p.p. vs. 2024); CAPEX: R$ 190.992 mil realizados em ampliação e manutenção no exercício de 2025. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Continuidade Faixa Adicional entre o km 74 ao 88 da SP-065, (ii) Conclusão de 2 Estradas Secundárias no km 11+300, 1 no km 37+020 da SP-065, (iii) Início da duplicação da Rodovia SP 063 do km 22+800 ao km 24+600, (iv) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121, (v) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332 e (vi) Continuidade do Acesso do Km 81 da SP-065, (vii) Início dos Recapeamentos da 4ª Intervenção nas rodovias SP332 – km 110+280 ao 134+690 e SP065 – km 65+050 ao 113+000.

3. Desempenho Econômico Financeiro – Tráfego

Tráfego						*Em milhares de reais*
Categoria	4T25	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Pesado	17.748	17.295	2,6%	69.691	66.136	5,4%
% VEQ Totais	60,0%	60,3%	(0,3 p.p.)	61,0%	60,9%	0,0 p.p.
Leve	11.831	11.382	4,0%	44.615	42.391	5,2%
% VEQ Totais	40,0%	39,7%	0,3 p.p.	39,0%	39,1%	(0,0 p.p.)
Total VEQ[1]	**29.579**	**28.677**	**3,15%**	**114.306**	**108.527**	**5,33%**
Tarifa média[2]	11,74	11,18	5,1%	11,46	10,94	4,8%

[1] Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes); [2] A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ. O tráfego pedagiado, em VEQ, alcançou um total de 29.579 mil no 4T25 (aumento de 3,1% vs. 4T24) e 114.306 mil em 2025 (aumento de 5,3% vs. 2024). Aproximadamente sessenta por cento do tráfego pedagiado (em VEQ) da Companhia é atrelado aos veículos pesados. Vale ressaltar que, a partir do dia 31 de maio de 2018 foi decretada a suspensão da cobrança de eixo suspenso, restabelecendo as condições iniciais do Contrato de Concessão. Por outro lado, a partir de 09 de outubro de 2023, a Companhia passou a cobrar tarifa pela totalidade dos eixos, independentemente de estarem suspensos, de todos os veículos comerciais carregados com manifesto de documento fiscal eletrônico em aberto (MDF-e, utilizando a consulta na SEFAZ) que passarem pelas praças de pedágio do Corredor Dom Pedro. A cobrança do eixo suspenso está amparada na Lei Federal nº 13.103/2015 e na Resolução Conjunta SPI/SEMIL 001, de 04/09/2023, que estabelece os requisitos para que sejam considerados vazios os veículos de transporte de cargas que circulem nas vias terrestres estaduais.

Receita Bruta

						Em milhares de reais
Descrição	**4T25**	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Receita bruta de serviços	431.615	353.042	22,3%	1.483.632	1.437.866	3,2%
Receitas de Pedágio	347.343	320.750	8,3%	1.309.670	1.187.030	10,3%
% Receita líquida de serviços	86,4%	98,4%	(11,9 p.p.)	95,5%	88,8%	6,7 p.p.
Receitas Acessórias e outras	6.363	5.578	14,1%	23.787	21.264	11,9%
% Receita líquida de serviços	1,6%	1,7%	(0,1 p.p.)	1,7%	1,6%	0,1 p.p.
Receita Bruta Operacional	353.706	326.328	8,4%	1.333.457	1.208.294	10,4%
Receita de Construção	77.909	26.714	191,6%	150.175	229.572	(34,6%)
% Receita líquida de serviços	19,4%	8,2%	11,2 p.p.	11,0%	17,2%	(6,2 p.p.)
Impostos e contribuições sobre serviço	(29.818)	(26.956)	10,6%	(112.408)	(101.301)	11,0%
% Receita líquida de serviços	(7,4%)	(8,3%)	0,8 p.p.	(8,2%)	(7,6%)	(0,6 p.p.)
Receita líquida de serviços	**401.797**	**326.086**	**23,2%**	**1.371.224**	**1.336.565**	**2,6%**

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R$ 353.706 mil no 4T25 (aumento de 8,4% vs. 4T24) e R$ 1.333.457 mil em 2025 (aumento de 10,4% vs. 2024). A principal fonte de receita da Companhia provém das **Receitas de Pedágio**, que no 4T25 alcançaram R$ 347.343 mil (aumento de 8,3% vs. 4T24) e R$ 1.309.670 mil em 2025 (aumento de 10,3% vs. 2024). Essa melhora nas Receitas de Pedágio pode ser atribuída principalmente ao (i) crescimento do tráfego e (ii) reajuste tarifário ordinário de julho de 2025. As **Receitas Acessórias** totalizaram R$ 6.363 mil no 4T25 (aumento de 14,1% vs. 4T24) e R$ 23.787 mil em 2025 (aumento de 11,9% vs. 2024) efeito das receitas por Uso da Faixa de Domínio e Passagem de Cargas Especiais. **Custos e Despesas:** Os **Custos e Despesas** totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Provisão de Conserva Especial, Custos de Construção, Depreciação/Amortização, Despesas Gerais e Administrativas e pela Provisão de Contingências. Seguem abaixo os resultados do 4T25 e do exercício de 2025, em relação ao mesmo período de 2024:

						Em milhares de reais
Descrição	**4T25**	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Custos	(180.632)	(126.251)	43,1%	(537.149)	(600.583)	(10,6%)
Custos dos Serviços Prestados	(32.151)	(29.873)	7,6%	(117.844)	(116.386)	1,3%
Provisão de Conserva Especial	(12.436)	(13.336)	(6,7%)	(47.889)	(51.730)	(7,4%)
Custos de Construção	(77.132)	(26.447)	191,6%	(148.674)	(227.276)	(34,6%)
Depreciação/Amortização	(58.913)	(56.595)	4,1%	(222.742)	(205.191)	8,6%
Despesas	737	(12.213)	(106,0%)	(51.637)	(37.186)	38,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(5.167)	(10.502)	(50,8%)	(41.685)	(34.020)	22,5%
Provisão de Contingências	5.904	(1.711)	(445,1%)	(9.952)	(3.166)	214,3%
Total	**(179.895)**	**(138.464)**	**29,9%**	**(588.786)**	**(637.769)**	**(7,7%)**

Os **Custos** totalizaram R$ 180.632 mil no 4T25 (aumento de 43,1% vs. 4T24) e R$ 537.149 mil em 2025 (redução de 10,6% vs. 2024), a principal redução nesse período ocorreu na rubrica de Custos de Construção devido ao cronograma de investimentos. As **Despesas** impactaram positivamente o resultado em R$ 737 mil no 4T25 (redução de 106,0% vs. 4T24), e em 2025 resultaram em R$ 51.637 mil (aumento de 38,9% vs. 2024), impactada principalmente pela rubrica de Provisão de Contingências conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23. **EBITDA:** O **EBITDA Ajustado** apresentou resultado de R$ 276.484 mil no 4T25 (crescimento de 6,6% vs. 4T24) e em 2025 alcançou R$ 1.062.834 mil (crescimento de 10,9% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustado de 85,4% no 4T25 (redução de 1,2 p.p. vs. 4T24) e no exercício de 2025 atingiu 87,0% (aumento de 0,5 p.p. vs. 2024).

Composição do EBITDA						*Em milhares de reais*
Descrição	4T25	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Resultado do exercício	101.085	103.150	(2,0%)	335.485	310.405	8,1%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	84.051	95.318	(11,8%)	320.850	316.912	1,2%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.121	(8.949)	(425,4%)	130.169	79.313	64,1%
EBIT	214.257	189.519	13,1%	786.504	706.630	11,3%
Margem EBIT (%)	53,3%	58,1%	(4,8 p.p.)	57,4%	52,9%	4,5 p.p.
Depreciação e amortização	59.181	56.993	3,8%	224.151	206.816	8,4%

Composição do EBITDA						*Em milhares de reais*
Descrição	4T25	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
EBITDA	273.438	246.512	10,9%	1.010.655	913.446	10,6%
Margem EBITDA (%)	68,1%	75,6%	(7,5 p.p.)	73,7%	68,3%	5,4 p.p.
Margem de Construção [1]	(778)	(267)	191,4%	(1.501)	(2.296)	(34,6%)
Provisão de Conserva Especial [2]	12.436	13.336	(6,7%)	47.889	51.730	(7,4%)
Provisão de Contingência	(5.904)	1.711	(445,1%)	9.952	3.166	214,3%
Outras (receitas) despesas, líquidas	(2.708)	(1.897)	42,8%	(4.161)	(7.824)	(46,8%)
EBITDA Ajustado	**276.484**	**259.395**	**6,6%**	**1.062.834**	**958.222**	**10,9%**
Margem EBITDA Ajustado (%)	85,4%	86,6%	(1,2 p.p.)	87,0%	86,6%	0,5 p.p.

[1] Margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05. [2] Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Resultado Financeiro: A Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R$ 84.051 no 4T25 (redução de 11,8% vs. 4T24) e R$ 320.850 mil em 2025 (aumento de 1,2% vs. 2024).

						Em milhares de reais
Descrição	**4T25**	**4T24**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Receitas Financeiras	**13.043**	16.176	(19,4%)	78.202	65.815	18,8%
Despesas Financeiras	**(97.094)**	(111.495)	(12,9%)	(399.052)	(382.727)	4,3%
Resultado Financeiro Líquido	**(84.051)**	**(95.318)**	**(11,8%)**	**(320.850)**	**(316.912)**	**1,2%**

As **Receitas Financeiras** totalizaram R$ 13.043 mil no 4T25 (redução de 19,4% vs. 4T24) e R$ 78.202 mil em 2025 (aumento de 18,8% vs. 2024). As variações são decorrentes do volume de aplicações financeiras da Companhia, bem como dos efeitos das taxas de juros a que tais aplicações estão expostas (CDI). Já as **Despesas Financeiras** alcançaram R$ 97.094 mil no 4T25 (redução de 12,9% vs. 4T24) e 399.052 mil em 2025 (aumento de 4,3% vs. 2024). As variações são decorrentes dos empréstimos e debêntures da Companhia que estão indexados ao IPCA e CDI. **Endividamento:** O saldo da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 apresentou aumento de 2,9% quando comparado à 31 de dezembro de 2024.

			Em milhares de reais
Descrição	**31 de dezembro de 2025**	**31 de dezembro de 2024**	**Var. %**
Dívida Bruta	**2.778.840**	**3.135.015**	**-11,4%**
Empréstimos e Debêntures	2.778.840	3.135.015	-11,4%
Caixa e Aplicação Financeira	**(140.987)**	**(572.646)**	**-75,4%**
Dívida Líquida	**2.637.853**	**2.562.369**	**2,9%**

Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Ratings[4]: Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local ("Moody's") afirmou os ratings "AAA.br", com perspectiva estável, da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR") e da 2ª Emissão de Debêntures ("CBAN") da Companhia. Posteriormente, em 15 de abril de 2025, a agência Fitch Ratings ("Fitch") também afirmou os ratings "AAA(bra)", com perspectiva estável, para ambas as emissões. Em 15 de outubro de 2025, a Companhia efetuou a liquidação da 1ª Emissão de Debêntures ("ODTR").

[4] Evento subsequente: em fevereiro de 2026, as agências Moody's e Fitch afirmaram os ratings "AAA.br" e "AAA(bra)", respectivamente, com perspectiva estável da 2ª Emissão de Debêntures CBAN.

Investimentos[5]: Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 4T25 totalizaram R$ 95.307 mil, sendo R$ 80.012 mil destinados à ampliação e R$ 15.295 mil à manutenção. No 4T24, esses valores foram de R$ 33.196 mil (R$ 17.965 mil de ampliação e R$ 15.231 mil de manutenção). No exercício de 2025, os investimentos somaram R$ 190.992 mil, distribuídos entre R$ 137.842 mil em ampliação e R$ 53.150 mil em manutenção, frente a R$ 226.741 mil em 2024 (R$ 183.768 mil em ampliação e R$ 42.973 mil em manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R$ 4,4 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T25 estão detalhadas abaixo: • Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065; • Continuidade do Acesso do Km 81 (Norte e Sul) da SP-065; • Continuidade duplicação do km 22+800 ao km 24+600 da SP-063; • Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121; • Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332; • Início do Recapeamento SP332 – km 110+280 ao 121+120 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP332 – km 121+120 ao 134+690 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 65+050 ao 88+150 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 88+150 ao 93+300 – 4ª Intervenção; • Início do Recapeamento SP065 – km 93+300 ao 113+000 – 4ª Intervenção; o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários; • Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização; • Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

[5] Não considera juros capitalizados.

Resultado Líquido: A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2025 um resultado líquido acumulado positivo de R$ 335.485 mil, comparado a R$ 310.405 mil no mesmo período do exercício anterior (aumento de 8,1% vs. 2024).

4. Informações sobre a Companhia: Indicadores Operacionais: A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros. No exercício de 2025, foram realizados aproximadamente 96 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, volume equivalente ao registrado no mesmo período do exercício anterior, compostos basicamente da seguinte forma: • 64,9% de serviços de inspeção; • 18,8% de serviços de guincho; • 11,4% de serviços mecânicos; • 4,3% de serviços pré-hospitalares; • 0,6% de serviços com caminhão-pipa, apreensão de animais e apoio em geral. **Gestão de Pessoas:** A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Companhia, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com um total de 651 integrantes em seu quadro, sendo CLT, Estatutário, Jovem Aprendiz e Estagiário, ante 657 integrantes do mesmo período do exercício anterior. **Equidade:** A Companhia mantém o compromisso com a equidade e a diversidade, monitorando periodicamente a composição do quadro de profissionais, reforçando a continuidade de ações voltadas à promoção de maior equilíbrio e inclusão no ambiente corporativo. A tabela a seguir compara a quantidade de integrantes na Companhia entre os exercícios findos em 2025 e 2024, segmentados por gênero e nível hierárquico, conforme disposto no art. 133, parágrafo 6º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada pela Lei 15.177/2025:

Headcount Operacional/ Administrativo	**Feminino**		**Masculino**		**Total**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Praças de Pedágio	207	215	34	34	**241**	**249**
Atendimento Pré-Hospitalar	21	22	46	44	**67**	**66**
Posto Geral de Fiscalização	7	8	8	9	**15**	**17**
Outros Operacionais	38	40	133	130	**171**	**170**
Estagiário/Aprendiz	14	14	10	11	**24**	**25**
Administrativo	50	50	48	46	**98**	**96**
Coordenação	8	8	9	8	**17**	**16**
Gerencial	2	2	14	14	**16**	**16**
Total Geral	**347**	**359**	**302**	**296**	**649**	**655**

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segmentados por gênero.

Headcount Diretoria	**Feminino**		**Masculino**		**Total**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Diretoria Estatutária	–	–	2	2	2	2

As tabelas a seguir demonstram a média da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, e a evolução comparativa dos indicadores entre o exercício findo em 2025 e o exercício imediatamente anterior.

Representatividade 2025 (Base 100)	**Feminino (Feminino/Masculino)**			**Masculino (Masculino/Masculino)**		
	Fixa	**Variável**	**Eventual**	**Fixa**	**Variável**	**Eventual**
Praças de Pedágio	100%	102%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Atendimento Pré-Hospitalar	102%	88%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Posto Geral de Fiscalização	100%	130%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Outros Operacionais	82%	83%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Estagiário/Aprendiz	100%	N/A	N/A	100%	**N/A**	**N/A**
Administrativo	73%	80%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Coordenação	81%	86%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Gerencial	130%	146%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Diretoria Estatutária	0%	0%	N/A	100%	**100%**	**N/A**

Representatividade 2024 (Base 100)	**Feminino (Feminino/Masculino)**			**Masculino (Masculino/Masculino)**		
	Fixa	**Variável**	**Eventual**	**Fixa**	**Variável**	**Eventual**
Praças de Pedágio	101%	93%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Atendimento Pré-Hospitalar	100%	98%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Posto Geral de Fiscalização	101%	113%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Outros Operacionais	79%	71%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Estagiário/Aprendiz	100%	N/A	N/A	100%	**N/A**	**N/A**
Administrativo	71%	71%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Coordenação	79%	84%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Gerencial	137%	151%	N/A	100%	**100%**	**N/A**
Diretoria Estatutária	0%	0%	N/A	100%	**100%**	**N/A**

Nota: remuneração fixa considera o salário base; remuneração variável considera participação nos lucros e resultados. Ainda, a Companhia disponibiliza o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens, conforme art. 5º Lei 14.611/2023 em seu site Institucional (https://www.rotadasbandeiras.com.br/). **Programa Jovem Aprendiz:** A Companhia, em parceria com a Instituição Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI"), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com 22 aprendizes em seu efetivo, sendo 1 jovem PCD, comparado ao total de 24 aprendizes em 31 de dezembro de 2024. **Programa Pertencer:** Desde 2014, a Companhia desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da Companhia e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava em seu quadro com 25 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas, ante 24 integrantes em 31 de dezembro de 2024.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ESG"): 5.1 Ambiental: Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma Companhia com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes. Todas as atividades inerentes a Companhia, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Concessionária. Todas as obras executadas pela Companhia de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Companhia ou descumprir as obrigações legais. **Preservação e Recuperação da Flora:** Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Companhia em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Companhia planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 519 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e consequentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais. **Respeito à Fauna:** A Companhia monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências evolvendo fauna, com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e consequentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Rota das Bandeiras, prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias. A Companhia desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte. O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário. **Monitoramento de Focos de Incêndio:** O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Concessionária Rota das Bandeiras utiliza 93 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa e uma viatura adaptada, para combater princípios de incêndios. Adicionalmente, a Concessionária realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e consequentemente auxiliam a equipe no momento do combate ao foco. **Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos:** Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I. A Companhia também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga. **Gerenciamento de Resíduos Sólidos:** O Sistema de Gestão Ambiental da Companhia possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No 4º trimestre de 2025, foram recolhidos por mês em média 130,34 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Companhia com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita o seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de postergar a vida útil dos aterros sanitários da região. **5.2 Social:** Desde o início de suas atividades, a Companhia tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I. Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Companhia: **Rota da Educação:** Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Companhia para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho em sala de aula é realizado com crianças do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, e já beneficiou mais de 109 mil alunos desde o início de suas atividades. Além disso, desde 2022 o Rota da Educação também contribui para a revitalização da sinalização no entorno das escolas que participam das atividades do programa, conforme cronograma alinhado com as secretarias de Educação dos municípios. Nesse sentido, 18 escolas de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Conchal, Cosmópolis, Igaratá, Itatiba, Jarinu, Mogi Guaçu e Nazaré Paulista já foram beneficiadas com a nova sinalização. **Rota da Transformação:** Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Concessionária, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas. Entre as atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022), e as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp. No biênio 2024-2025, a Concessionária realizou a ação Natal "Solidário", com a arrecadação de fraldas geriátricas para doação ao Fundo Social de Solidariedade de Conchal, a doação de brinquedos para crianças e adolescentes que frequentam o Instituto Passo a Passo, em Itatiba, e a doação de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade em Atibaia. **Incentivo ao Esporte:** A Companhia também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades de atletismo, natação e canoagem paraolímpica com cerca de 120 atletas por mês. O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Rota das Bandeiras destina cerca de R$ 120 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades. Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira. Outro projeto apoiado pela Companhia, via Lei Federal de Incentivo ao Esporte, é desenvolvido pelo Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas (GADECAMP), que promove a inclusão ao esporte por meio do basquete sobre cadeiras de rodas. O trabalho do GADECAMP, dividido entre o alto rendimento e a formação de novos atletas, impacta mensalmente 60 pessoas. A Concessionária também apoia, via Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o projeto JITA Kyoei Patrulheiros, desenvolvido pelo Instituto Francisco de Assis de Promoção Humana, que leva aulas de judô a 30 crianças e adolescentes com Síndrome de Down que frequentam a APAE Campinas. **Inclusão:** Contribuir para a quebra de barreiras em nossa sociedade e a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) é outro tema promovido pela Companhia, seja nas ações internas realizadas com seus integrantes, seja no apoio ao trabalho desenvolvido por entidades que trabalham com as PCDs. Desde 2023, a Companhia apoia o trabalho desenvolvido pela Fundação Síndrome de Down, por meio do repasse de recursos via Fundo Municipal em Defesa da Criança e do Adolescente de Campinas. A entidade atua há 40 anos e seu trabalho impacta mensalmente cerca de 300 alunos, além de suas famílias. **Lacre Nota 10:** Criada em 2018, a campanha "Lacre Nota 10" estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Companhia e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência. Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres, o equivalente a 91 km de lacres. Desde o início da campanha, a Rota das Bandeiras já efetivou a doação de 42 cadeiras de rodas. **Campanha Inverno Solidário:** A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecada-

continua ...

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

dos são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, já foram distribuídos 2.127 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa. **5.3 Governança Corporativa:** A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas. **Órgãos da Administração:** A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia. Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança. Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias. O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias. A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição. As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia. Além dos órgãos estatutários e de governança, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, Risco e Conformidade. Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM do seu Formulário de Referência, o qual menciona todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM e comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores. **Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Em 2025, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações Contábeis. As informações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como indicadores operacionais, *headcount*, ações ambientais e programas sociais, entre outros, são medições não contábeis e não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. **Conduta e Código de Ética:** A Política de *Compliance* prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado o programa de capacitação a respeito da Política de *Compliance* da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de *Compliance* e as demais políticas internas da Companhia. A Política de *Compliance* se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, através do portal interno de comunicação da Companhia e está disponível na rede mundial de computadores na página da Companhia. A terceiros, a Política de *Compliance* é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de *Compliance*, além do treinamento de *Compliance* na integração destes profissionais que ingressam na Companhia para prestação de serviços. O Sistema de *Compliance* da Companhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa independente Contato Seguro, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo website, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho. Em 17 de agosto de 2022, a Companhia conquistou a certificação da ABNT NRB ISO 37001:2017 – Sistemas de Gestão Antissuborno ("Certificação"), que atesta que a Companhia possui processos integrados de prevenção, mitigação, detecção e abordagem visando agir contra práticas potenciais ou reais de suborno. A Certificação reafirma o compromisso de atuação ética, íntegra e transparente da Companhia, além de sua preocupação em assegurar que todos os seus procedimentos estejam em linha com os altos padrões nacionais e internacionais de *Compliance*. Em 13 de novembro de 2024, a Companhia aderiu ao O PACTO BRASIL PELA INTEGRIDADE EMPRESARIAL, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), em que a Companhia assume, voluntariamente, o compromisso em agir com honestidade, transparência e responsabilidade em todas as interações, adotando práticas éticas que promovem a confiança entre clientes, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. Em 23 de junho de 2025 a Companhia aderiu ao PACTO EMPRESARIAL PELA INTEGRIDADE E CONTRA A CORRUPÇÃO do Instituto Ethos, sendo tal pacto um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção, assumindo o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, a fim de que seja cumprida integralmente. Ademais, a Companhia realiza campanhas e palestras periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", notas sobre ética em coluna denominada "Momento Compliance". **Transparência e Gestão:** A Companhia mantém em seu website espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados. A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

6. Considerações Finais: Agradecimentos: Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os integrantes da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. **Auditores Independentes:** A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a KPMG Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intendência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data e com as devidas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Itatiba, 6 de março de 2026.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	140.987	204.579
Aplicações financeiras	7	–	368.067
Contas a receber	8	92.616	85.525
Tributos a recuperar	–	3.552	28.224
Despesas antecipadas	–	4.757	4.712
Outros ativos	–	2.282	1.580
Total do ativo circulante		**244.194**	**692.687**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	19.171	49.821
Despesas antecipadas	–	459	352
Depósitos judiciais	10	121.532	111.007
Realizável a longo prazo		**141.162**	**161.180**
Intangível	11	3.442.798	3.587.310
Ativo de contrato	11	186.755	91.807
Imobilizado	12	2.258	1.740
Total do ativo não circulante		**3.772.973**	**3.842.037**
Total do ativo		**4.017.167**	**4.534.724**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	13	47.024	33.860
Passivo de arrendamento	15	18.560	21.246
Debêntures	14	107.773	712.897
Empréstimos	14	1.290	51.063
Obrigações sociais e trabalhistas	17	12.002	11.932
Obrigações tributárias	18	18.138	24.920
IRPJ e contribuição social	18	498	–
Provisão de conserva especial	20	27.933	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	16 (a)	28.390	91.264
Outros passivos	–	8.714	7.761
Total do passivo circulante		**270.322**	**954.943**
Não circulante			
Debêntures	14	2.620.133	2.371.055
Empréstimos	14	49.644	–
Passivo de arrendamento	15	29.516	32.230
Fornecedores	13	7.135	12.224
Obrigações tributárias	18	1.858	1.484
Provisão para demandas judiciais	19	43.337	33.385
Provisão de conserva especial	20	14.356	27.623
Total passivo não circulante		**2.765.979**	**2.478.001**
Patrimônio líquido			
Capital social	21 (a)	556.799	556.799
Reserva de capital	–	195.988	195.988
Reservas de lucros	–	228.079	348.993
Total do patrimônio líquido		**980.866**	**1.101.780**
Total passivo e patrimônio líquido		**4.017.167**	**4.534.724**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**556.799**	**195.988**	**24.819**	**253.269**	**–**	**1.030.875**
Lucro líquido do período	–	–	–	–	310.405	**310.405**
Dividendos intermediários distribuídos (Nota 21b)	–	–	–	(95.000)	–	**(95.000)**
Reserva legal (Nota 21b)			15.520		(15.520)	**–**
Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 21b)	–	–	–	–	(73.721)	**(73.721)**
Juros sobre Capital Próprio (Nota 21b)				–	(70.779)	**(70.779)**
Reserva de retenção de lucros (Nota 21b)			–	150.385	(150.385)	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**556.799**	**195.988**	**40.339**	**308.654**	**–**	**1.101.780**
Lucro líquido do período	–	–	–	–	335.485	**335.485**
Dividendos intermediários distribuídos (Nota 21b)	–	–	–	(308.654)	(77.346)	**(386.000)**
Juros sobre Capital Próprio (imputados aos dividendos) (Nota 21b)	–	–	–	–	(6.525)	(6.525)
Juros sobre Capital Próprio (Nota 21b)	–	–	–	–	(63.875)	(63.875)
Reserva de retenção de lucros (Nota 21b)	–	–	–	187.739	(187.739)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**556.799**	**195.988**	**40.339**	**187.739**	**–**	**980.866**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	1.371.224	1.336.565
Custo dos serviços prestados	23	(537.149)	(600.583)
Lucro bruto		**834.075**	**735.982**
Despesas/(receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(51.578)	(37.176)
Perdas de créditos esperadas	8	(154)	
Outras receitas (despesas), líquidas	25	4.161	7.824
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**786.504**	**706.630**
Receitas financeiras	24	78.202	65.815
Despesas financeiras	24	(399.052))	(382.727)
Resultado financeiro, líquido		**(320.850)**	**(316.912)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**465.654**	**389.718**
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(99.519)	(53.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	(30.650)	(26.306)
Lucro líquido do exercício		**335.485**	**310.405**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações no fim do período (R$)	29	**602,52**	**557,48**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**335.485**	**310.405**
Resultado abrangente do exercício	**335.485**	**310.405**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	**1.483.631**	**1.437.866**
Receita de serviços	1.333.302	1.208.294
Receita de construção ICPC 01-R1	150.175	229.572
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	154	–
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços vendidos	(65.190)	(53.960)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(83.798)	(90.495)
Custo de construção ICPC 01-R1	(148.673)	(227.276)
Valor adicionado bruto	**1.185.969**	**1.066.135**
Depreciação e amortização	(224.150)	(206.816)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**961.818**	**859.319**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	78.202	65.815
Outros	4.259	7.871
Valor adicionado total a distribuir	**1.044.280**	**933.005**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**53.433**	**49.873**
Remuneração direta	41.608	39.538
Benefícios	9.203	7.461
FGTS	2.622	2.874
Impostos, taxas e contribuições	**251.913**	**188.633**
Federais	185.577	129.137
Estaduais	184	131
Municipais	66.152	59.365
Remuneração de capitais de terceiros	**403.450**	**384.094**
Juros	398.924	382.712
Aluguéis	1.333	136
Outros	3.193	1.246
Remuneração de capitais próprios	**335.485**	**310.405**
Juros sobre Capital Próprio	70.400	144.500
Dividendos	77.346	
Lucros retidos	187.739	165.905
Valor adicionado distribuído	**1.044.281**	**933.005**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**465.654**	**389.718**
Ajustes			
Depreciação e amortização	23	224.151	206.816
Provisão de conserva especial	23	47.889	51.730
Provisão para contingências	19	9.952	3.166
Margem de construção – ICPC 01	22 e 23	(1.502)	(2.296)
Receita diferida		814	338
Baixa liquida de arrendamento – CPC 06 (R2)		(2.647)	194
Perdas de créditos esperados	8	154	–
Perda de arrecadação		51	6.222
Capitalização de custo de empréstimos	24	(12.263)	(43.715)
Juros e variações monetárias, líquidas		356.687	390.624
		1.088.940	**1.002.797**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	8	(7.091)	(7.512)
Tributos a recuperar		1.563	(21.564)
Despesas antecipadas		(104)	1.644
Outros ativos		(702)	12.681
Depósitos judiciais		(469)	(612)
Fornecedores		(2.566)	(26.070)
Obrigações sociais e trabalhistas	17	70	(265)
Obrigações tributárias	18	(6.408)	(2.074)
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial		(45.883)	(93.273)
Contas a pagar		92	(1.541)
Caixa gerado nas operações		**1.027.442**	**864.211**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(84.116)	(63.617)
Juros pagos de empréstimos e debêntures		(424.255)	(236.305)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		**519.071**	**564.289**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		–	48.248
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)		(2.050)	(130)
Adições ao intangível (Pagamentos)		(126.248)	(330.013)
Caixa liquido consumido nas atividades de investimentos		**(128.298)**	**(281.895)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos			
Captação de empréstimos e debêntures		50.000	50.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	14 (e)	(362.841)	(126.199)
Aplicações financeiras – Reserva Debêntures		399.617	(77.516)
Passivo de arrendamento	15	(23.839)	(23.110)
Pagamento de custos de transação	14 (c)	(8.588)	–
Pagamentos de juros sobre capital próprio	16 (a)	(122.714)	(34.813)
Pagamento de dividendos	16 (a)	(386.000)	(95.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		**(454.365)**	**(306.638)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(63.592)**	**(24.244)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		204.579	228.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		140.987	204.579
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(63.592)**	**(24.244)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos. A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: • (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; • (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; • (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; • (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; • (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; • (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão; e • (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063. Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária. Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400. O registro foi deferido em 30 de junho de 2010. O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro. Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("RDB FIP"), fundo de investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC ("Farallon") e Mubadala Investment Company ("Mubadala"). No quarto trimestre de 2020, os cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação, no âmbito dos investidores do RDB FIP, não teve como efeito a alienação do controle indireto da Companhia. Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Companhia à Rodovias do Brasil Holding S.A. ("RBH"), sociedade controlada pelo RDB FIP. Desta forma, a RBH, passou a ser acionista direta da Companhia, passando a deter o equivalente a 85% de seu capital social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Companhia, sendo certo, contudo, que, uma vez que a RBH é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Companhia. Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Companhia, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Companhia, de forma que não se aplica o previsto no artigo nº 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Em 26 de março de 2025 ocorreu a liquidação do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Desta forma, a OTP Rodovias S.A. (anteriormente denominada Odebrecht Rodovias S.A.), passou a ser acionista direta na Companhia, com 15% de seu capital social. **Capital circulante líquido:** A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2025 o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 26.128 (Em 31 de dezembro de 2024 o capital circulante líquido era negativo, tendo o passivo circulante superado o ativo circulante em R$ 262.256).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro ((IFRS Accounting Standards)), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), além da legislação societária brasileira. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2026. **2.2. Base de preparação:** Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são materiais para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas Explicativas no 3.2 e 3.3. **2.3. Descrição das principais políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **b) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras encontram-se registradas ao valor justo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitadas ao seu valor de realização. **c) Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (equivalente ao IFRS 9) estabelece princípios e requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros, além de alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros, quando estes se equiparam a instrumentos financeiros, que devem ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros, conforme definido nos itens 2.4 a 2.6 da norma. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinação de negócios. **(ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Impairment de ativos financeiros:** Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge. **d) Contas a receber:** As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida, com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. **f) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de software, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do software. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente é o montante a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às alíquotas vigentes na data de apuração fiscal e encerramento do exercício. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados e reconhecidos com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

DATA MERCANTIL

Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 10 de Março de 2026

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes, que atualmente são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 9). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **h) Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **i) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 12 (a), limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, bem como, quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado também são reconhecidos no resultado. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **j) Ativos intangíveis: (i) Infraestrutura:** Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(ii) Software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 11. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa incorridas do exercício. **(iii) Direito de outorga:** Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda. O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 11). O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão. **k) Provisões: (i) Provisão para manutenção:** A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes. **(ii) Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº 19). **l) Fornecedores:** As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13). **m) Credor pela aquisição da concessão:** Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente. **n) Debêntures e empréstimos:** Os recursos financeiros tomados através de emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva. **o) Demais passivos circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **p) Receitas de contratos com clientes: (i) Receita de serviço:** A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. A Companhia reconhece a receita quando: identifica os contratos com os clientes; identifica as diferentes obrigações do contrato; determina o preço da transação; aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(ii) Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15)/ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%. **q) Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria:** Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("MetLife"). O plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram de R$ 482 e R$ 451, respectivamente. O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou junto à MetLife não ser aplicável o tratamento de plano de benefício definido, conforme CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados. **(ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui provisão no montante de R$ 5.540 e R$ 6.128, respectivamente. **r) Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **s) Arrendamento e Direito de uso:** O CPC 06 (R2), alinhado com o IFRS 16, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados à valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. O cálculo do valor presente dos ativos de direto de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada. **t) Ativo de Contrato:** O Ativo de Contrato é caracterizado pelas obras durante a fase de construção, sendo transferidas para o ativo intangível após sua conclusão. Enquanto "obras em andamento", a Companhia estima o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, sendo equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%, conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. **u) Depósitos Judiciais:** Em alinhamento com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, são valores depositados em juízo para garantir obrigações ou discutir litígios judiciais, reconhecidos no ativo por determinação judicial ou voluntariamente, quando considerados passíveis de recuperação e sejam devidamente controlados pela Companhia. São mensurados inicialmente pelo valor efetivamente depositado e corrigidos periodicamente por atualização monetária, tendo suas contrapartidas reconhecidas no resultado, em contas de receita ou despesa financeira. **v) Dividendos e JSCP:** Em observância a Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social, a Companhia adota a prática de distribuição de dividendos com base no lucro líquido apurado no exercício, observado o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após constituição da reserva legal. Os dividendos são propostos pela Administração e após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, são pagos de acordo com os prazos deliberados. Além dos dividendos, a Companhia pode distribuir Juros sobre o Capital Próprio, podendo inclusive, imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios. O montante distribuído nesta natureza está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte e deve ser definido com base da disponibilidade de lucros e reservas, sendo limitado a aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido da Companhia, conforme Lei nº 9.249/95. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **2.5. Novas normas contábeis, revisões e interpretações ainda não efetivas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – ORA (*Other Comprehensive Income* – OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. **b) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 – Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Entre outras, essas mudanças incluem, especialmente, nova categorização e subtotais na demonstração do resultado, novos requisitos para agregação/desagregação e rotulagem de informações, bem como a exigência da divulgação de medidas de desempenho (MEP) definidas pela administração. Prevê também a alteração do ponto de partida para determinação do fluxo de caixa das operações pelo método indireto. A norma efetiva correlata foi emitida no Brasil em 07 de janeiro de 2026 por meio do CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis em substituição do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva para efeito de comparabilidade. **c) Reforma Tributária Brasileira:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos. Neste sentido, o artigo 373 da mesma Lei trata da regulamentação dos ajustes para contratos firmados antes da sua vigência, especificamente sobre os instrumentos para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos afetados pela Reforma Tributária, permitindo ajustes provisórios para mitigar impactos antes da decisão final e estabelecendo diretrizes para que entes federativos regulamentem esses procedimentos. Em dezembro de 2025 foi promulgada a Lei 15.270, que estabeleceu a retenção na fonte de 10 % de IRRF sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, quando o total recebido de uma mesma pessoa jurídica no mesmo mês exceder a R$ 50 mil. Até então, essas distribuições de dividendos eram isentas. A exigência entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026. **2.6. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.7. Informações por segmento:** A Administração da Companhia, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 – Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que atua em um único segmento operacional, o qual consiste na exploração de concessão pública de infraestrutura de transporte rodoviário. A área geográfica de concessão explorada pela Companhia se localiza dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias. As demais receitas não representam mais de dez por cento das receitas totais da Companhia.

3. Gestão de risco financeiro – a. Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar que as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa sejam suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Valor Contábil	Fluxo Financeiro (i)	Menos de um Ano (i)	Entre um e dois Anos (i)	Entre dois e cinco Anos (i)	Acima de cinco Anos (i)
Saldos em 31 de dezembro de 2025						
Fornecedores e outras obrigações (ii)	59.127	59.127	51.992	7.135	–	–
Juros sobre o capital próprio	28.390	28.390	28.390	–	–	–
Passivo de arrendamento	48.076	48.076	18.560	28.866	145	505
Debêntures	2.727.906	4.516.744	229.985	224.828	1.710.235	2.351.696
Empréstimos	50.934	62.905	7.062	55.842	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores e outras obrigações (ii)	50.872	50.872	38.648	12.224	–	–
Debêntures	3.083.952	5.021.588	832.081	419.524	1.300.659	2.469.324
Empréstimos	51.063	57.844	57.844	–	–	–

(i) Os valores aqui apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados, que não serão necessariamente conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos; (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não consideram as obrigações decorrentes de legislação.

d. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: A Companhia, em observação ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros (IFRS 7), apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos instrumentos financeiros ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025 e com base nas projeções do CDI e IPCA, extraídos do Relatório Focus do BCB em 09 de janeiro de 2026, foi definido o cenário provável. O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2025.

			Cenário Provável	
Instrumento	**Índice**	**Saldo em 31/12/2025**	**Taxa**	**Despesa a incorrer**
Passivo				
Empréstimos	CDI	(51.290)	12,15%	(6.232)
Debêntures	CDI	(636.709)	12,15%	(77.360)
Exposição líquida – CDI		**(687.999)**		**(83.592)**
Passivo				
Debêntures	IPCA	(2.318.914)	4,05%	(93.916)
Exposição líquida – IPCA		**(2.318.914)**		**(93.916)**
Despesas totais líquidas a incorrer				**(177.508)**

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores relacionados. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia previamente aprovadas pela Diretoria. A análise apresentada tem por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas utilizadas nos cálculos, no entanto, a liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados a um ativo-objeto durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **e. Exposição aos riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar esses riscos, a Companhia mantém contas e aplicações em instituições consideradas de primeira linha pela Administração, além de realizar o acompanhamento contínuo das posições em aberto. Não obstante, as receitas de pedágio se dão de forma pulverizada, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para as receitas acessórias, a Companhia adota medidas de controle que incluem a possibilidade de interromper a prestação de serviços em caso de inadimplência. **f. Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização. **g. Debêntures e empréstimos:** As debêntures e os empréstimos, classificados entre passivos circulantes e não circulantes, são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O valor justo dos passivos financeiros foi estimado com base em informações de mercado observáveis, utilizando metodologias apropriadas para cada instrumento financeiro. Os valores contábeis e justos desses passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 4. **3.1. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e empréstimos (incluindo os valores de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

	31/12/2025	31/12/2024
Total das debêntures e empréstimos (Nota nº 14)	**2.778.840**	**3.135.015**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	(140.987)	(204.579)
Aplicações Financeiras (Nota nº 7)	–	(368.067)
Dívida líquida	**2.637.853**	**2.562.369**
Total do patrimônio líquido	**980.866**	**1.101.780**
Total do capital próprio e de terceiros	**3.618.719**	**3.664.150**
Índice de alavancagem financeira	**73%**	**70%**

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, além de outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados realizados. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados: **a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo não financeiro ou um grupo de ativos não financeiros está deteriorado e se os prejuízos de *impairment* podem ser estimados de maneira confiável, para que então sejam incorridos como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e este evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **d) Reconhecimento de receita de construção:** Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1). **e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **3.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos pelo valor contábil, líquidos de perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Para fins de divulgação, o valor justo das debêntures foi calculado com base em informações de mercado disponíveis, por meio da marcação a mercado (*mark-to-market*), conforme curvas de referência divulgadas pela ANBIMA.

4. Instrumentos financeiros por categoria – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros que são mensurados e registrados pelo custo amortizado. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025:

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	–	–	140.987	204.579
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	–	368.067	–	–
Contas a receber (Nota nº 8)	–	–	92.616	85.525
	–	**368.067**	**233.603**	**290.104**
Passivos				
Debêntures (Nota nº 14) (i)	–	–	2.727.906	3.083.952
Empréstimos (Nota nº 14) (i)(ii)	–	–	50.934	51.063
Fornecedores (Nota nº 13)	–	–	54.159	46.084
Juros sobre capital próprio (Nota nº 16)	–	–	28.390	91.264
Outros passivos	–	–	4.968	4.788
	–	**–**	**2.866.357**	**3.277.151**

(i) Valor líquido do custo de transação. (ii) Nota comercial vigente sem histórico de negociação no mercado secundário.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer as debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados se dariam conforme abaixo:

	Nível	Valor Justo		Valor Contábil	
		31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivos					
Debêntures (Nota nº 14) **(i)**	Nível 2	2.525.833	2.843.907	2.727.906	3.083.952
		2.576.767	**2.894.969**	**2.778.840**	**3.135.014**

Conforme definido pelo CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do Valor Justo, as mensurações de valor justo dos instrumentos financeiros divulgados pela Companhia são classificadas no Nível 2, por se basearem em dados observáveis de mercado. A comparação entre os *spreads* contratuais e de mercado (ANBIMA) indica que o efeito de marcação a mercado não é expressivo, resultando em valores justos próximos dos valores contábeis.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	90.204	82.971
Receitas acessórias	2.412	2.554
Total de contas a receber	**92.616**	**85.525**
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Bancos conta movimento	1.607	18.984
Aplicações de liquidez imediata	137.984	183.617
Aplicação financeira	–	368.067
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**139.591**	**570.668**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

	31/12/2025	31/12/2024
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito	621	1.254
Fundo de troco	770	719
	1.396	**1.978**
	140.987	**572.646**

A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avalição das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)	AAA.br	BB[1]
Banco BTG Pactual S.A.	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Santander S.A.	–	Aaa.br	brAAA
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco XP S.A.	AAA(bra)	–	brAAA

[1] Rating global

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito **(i)**	621	1.254
Fundo de troco	770	719
Bancos conta movimento	1.607	18.984
Aplicações financeiras **(ii)**	137.984	183.617
	140.987	**204.579**

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente. **(ii)** Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 99,5% e 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para o período findo em 31 de dezembro de 2025, e entre 100% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para 2024. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas **(i)**	–	368.067
Total de Aplicações financeiras vinculadas	**–**	**368.067**

(i) A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia deveria depositar parcelas mensais que fossem necessárias para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento das Debêntures ODTR11 compreendesse o montante mínimo suficiente para sua quitação integral, incluindo o valor nominal unitário, remuneração, eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média do período da aplicação financeira foi de 96% do CDI. O saldo das aplicações financeiras foi utilizado para quitação das Debêntures da ODTR11 em 15 de outubro de 2025.

8. Contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Automatic Vehicle Identification ("AVI") **(i)**	86.126	78.307
Receitas acessórias (ii)	2.412	2.554
Cartões de crédito e débito	2.663	2.018
Valor a receber do Poder Concedente	1.336	2.576
Outros	79	70
	92.616	**85.525**

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico. **(ii)** Em 2025, a Companhia procedeu à baixa de valores registrados no contas a receber de receitas acessórias, no valor de R$ 154, reconhecida no resultado do exercício, em razão da inexistência de expectativa de recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a vencer	91.763	82.118
Créditos vencidos em até 60 dias	584	1.164
Créditos vencidos entre 61 e 90 dias	269	301
Créditos vencidos entre 91 e 180 dias	–	845
Créditos vencidos há mais de 181 dias	–	1.097
	92.616	**85.525**

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	31/12/2025	Movimentação no Resultado	31/12/2024
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base negativa	165.792	(43.079)	208.871
Provisão para contingências	14.735	3.384	11.351
Outras Provisões	968	581	387
Provisão para conserva especial	14.378	4.986	9.392
Participação nos lucros e resultados	1.884	(200)	2.084
Direito de Uso (CPC 06/ IFRS 16)	15.558	(1.645)	17.203
Resultado diferido (CPC 47/IFRS 15)	1.274	263	1.011
	214.589	**(35.711)**	**250.299**
Passivo não circulante			
Amortização da outorga (curva demanda)	60.672	(317)	60.989
Margem de construção	9.531	(350)	9.881
Encargos financeiros	–	(194)	194
Juros e encargos capitalizados	70.410	522	69.888
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)	38.459	(2.885)	41.344
Passivo de Arrendamento (CPC 06/IFRS 16)	16.346	(1.836)	18.182
	195.418	**(5.061)**	**200.478**
Tributos diferidos líquidos			
Tributos diferidos ativos	214.589	(35.711)	250.299
Tributos diferidos passivos	(195.418)	5.061	(200.478)
	19.171	**(30.650)**	**49.821**

A variação líquida dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2024 totalizou uma redução de R$ 33.233, conforme Nota Explicativa nº 26. Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**756**	**4.066**	**105.395**	**790**	**111.007**
Adições	27	289	372	–	**688**
Baixas	(206)	–	–	–	**(206)**
Atualização monetária	48	170	9.793	32	**10.043**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**625**	**4.525**	**115.560**	**822**	**121.532**

(i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia manteve até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve movimentação relevante para esse processo.

11. Intangível e Ativo de Contrato – A movimentação do intangível e obras em andamento está demonstrada a seguir:

Custo do intangível e ativo de contrato	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de Uso (c)	Softwares (d)	Total do intangível	Adiantamento/ Estoque de Obras (e)	Ativo de Contrato (f)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.892.358**	**1.337.239**	**96.701**	**6.140**	**5.332.438**	**1.924**	**89.883**	**5.424.245**
Adições/reversão	3.318	–	50.194	218	**53.730**	11.873	146.857	**212.460**
Transferências/reclassificações	58.806	–	–	–	**58.806**	–	(58.806)	**–**
Baixas (g)	(477.016)	–	(90.249)	(2.213)	**(569.479)**	(4.976)	–	**(574.455)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.477.466**	**1.337.239**	**56.646**	**4.145**	**4.875.496**	**8.821**	**177.934**	**5.062.251**
Amortização acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.173.426)**	**(520.412)**	**(46.103)**	**(5.187)**	**(1.745.128)**	**–**	**–**	**(1.745.128)**
Amortizações	(155.721)	(45.665)	(21.365)	(639)	**(223.389)**	–	–	**(223.380)**
Transferências/reclassificações	9	–	–	–	**9**	–	–	**–**
Baixas (g)	477.016	–	56.580	2.214	**535.810**	–	–	**535.810**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(852.122)**	**(566.077)**	**(10.887)**	**(3.612)**	**(1.432.698)**	**–**	**–**	**(1.432.698)**
Intangível e ativo de contrato líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.718.932**	**816.827**	**50.598**	**953**	**3.587.310**	**1.924**	**89.883**	**3.679.117**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.625.344**	**771.162**	**45.759**	**533**	**3.442.798**	**8.821**	**177.934**	**3.629.553**
Taxa de Amortização	**(a)**	**(b)**	**(c)**	**20%**	**–**	**–**	**–**	**–**

Custo do intangível e ativo de contrato	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de Uso (c)	Softwares (d)	Total do intangível	Adiantamento/ Estoque de Obras (e)	Ativo de Contrato (f)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.475.576**	**1.337.238**	**40.218**	**6.060**	**4.859.092**	**8.497**	**279.023**	**5.146.612**
Adições/reversão	9.135	–	56.484	80	65.699	891	220.437	287.027
Transferências/reclassificações	409.577	–	–	–	409.577	–	(409.577)	–
Baixas (g)	(1.929)	–	–	–	(1.929)	(7.465)	–	(9.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.892.359**	**1.337.238**	**96.702**	**6.140**	**5.332.439**	**1.924**	**89.883**	**5.424.245**
Amortização acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(1.036.533)**	**(475.908)**	**(24.237)**	**(4.321)**	**(1.540.999)**	**–**	**–**	**(1.540.999)**
Amortizações	(138.822)	(44.503)	(21.867)	(866)	(206.058)	–	–	(206.058)
Baixas (g)	1.929	**–**	**–**	**–**	1.929	–	–	1.929
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(1.173.426)**	**(520.411)**	**(46.104)**	**(5.187)**	**(1.745.128)**	–	**–**	**(1.745.128)**
Intangível e ativo de contrato líquido						–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.439.043**	**861.330**	**15.981**	**1.739**	**3.318.093**	**8.497**	**287.520**	**3.605.613**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.718.932**	**816.827**	**50.598**	**953**	**3.587.310**	**1.924**	**91.807**	**3.679.116**
Taxa de Amortização	**(a)**	**(b)**	**(c)**	**20%**	**–**	**–**	**–**	**–**

(a) Intangível – Infraestrutura: O Intangível refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas. Para veículos e equipamentos operacionais, a amortização é realizada de forma linear conforme vida útil estimada pela agência reguladora (ARTESP). Nesta rubrica estão contemplados custos destinados a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como, recuperação inicial da pavimentação, desapropriações, duplicações, dispositivos de segurança, implantação de faixas adicionais e vias marginais, obras de artes especiais, equipamentos, sistema de arrecadação de pedágio e ampliações, além de capitalização de custos com empréstimos. As adições do período referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05, o montante do custo está majorado pela margem de construção, que foi estimada em 1%. (b) Direito de outorga da concessão: Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato. (c) Direito de uso: O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2)/ IFRS 16, a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Nesta rubrica estão contemplados os contratos de arrendamentos de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram registrados no resultado do período contratos de passivo de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento nos montantes de R$ 1.329 e R$ 132, respectivamente. (d) Softwares adquiridos de terceiros: Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pela vida útil (5 anos), alocados no resultado do período. (e) Adiantamento de Fornecedores e Estoque de Obras; (f) Ativo de Contrato: A Infraestrutura em construção (ativo de contrato) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo IFRS 15/ CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção (obras em andamento), registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras. (g) Baixa de custo e amortização acumulada de ativos totalmente depreciados, alémque não apresentavam expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, bem como consumo de material dematerriais provenientes do estoque de obras e compensações relacionadas a adiantamentos a fornecedores.

12. Imobilizado

Custo do imobilizado	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10**	**470**	**52**	**4.295**	**4.827**
Adições	5	–	–	1.285	**1.290**
Baixas	–	–	–	(1.243)	**(1.243)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**15**	**470**	**52**	**4.337**	**4.874**

	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(6)**	**(157)**	**(11)**	**(2.913)**	**(3.087)**
Depreciação	(1)	(94)	(5)	(669)	**(770)**
Baixas	–	–	–	1.242	**1.242**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(7)**	**(251)**	**(16)**	**(2.340)**	**(2.615)**
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4**	**313**	**41**	**1.382**	**1.740**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**8**	**219**	**36**	**1.996**	**2.258**
Taxa de depreciação – a.a.	10	20	10	20	

Custo do imobilizado	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10**	**470**	**52**	**4.169**	**4.700**
Adições	–	–	–	127	**127**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10**	**470**	**52**	**4.295**	**4.827**
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(5)**	**(63)**	**(6)**	**(2.255)**	**(2.329)**
Depreciação	(1)	(94)	(5)	(658)	**(758)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(6)**	**(157)**	**(11)**	**(2.913)**	**(3.087)**
Imobilizado líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5**	**407**	**46**	**1.914**	**2.371**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4**	**313**	**41**	**1.382**	**1.740**
Taxa de depreciação – a.a.	10	20	10	20	

13. Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	54.159	46.084
	54.159	**46.084**
Passivo circulante	47.024	33.860
Passivo não circulante	7.135	12.224

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos mantidos com diversos fornecedores responsáveis pela prestação de serviços e pelo fornecimento de materiais necessários à continuidade e operacionalização dos negócios da Companhia.

14. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão Debêntures ODTR11 **(a)**	R$	IPCA + 6,70%	–	376.734
2ª Emissão Debêntures CBAN **(a)**	R$	IPCA + 5,0%/IPCA + 5,2%/CDI + 2,0%	2.955.624	2.969.610
Empréstimos **(d)**	R$	CDI + 0,70%	51.290	51.063
Custos a amortizar **(b)**	R$		(228.074)	(262.392)
			2.778.840	**3.135.015**
(-) Passivo circulante				
Debêntures			107.773	712.897
Empréstimos			1.290	51.063
			109.063	**763.960**
Passivo não circulante				
Debêntures			2.620.133	2.371.055
Empréstimos			49.644	**–**
			2.669.777	**2.371.055**
			2.778.840	**3.135.015**

(a) Debêntures: Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado. Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries. Conforme obrigação escritural da Debênture CBAN 2ª emissão, a Companhia deve realizar pagamentos semestrais e consecutivos de juros remuneratórios, até o prazo de liquidação. Em janeiro de 2025 a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 210.062, sendo R$ 109.083 de principal e R$ 100.979 de remunerações. Em 29 de abril de 2025, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, para reperfilamento da curva de amortização das debêntures CBAN 2ª série, além da alteração da data de vencimento de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032. Em 15 de julho de 2025, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 107.007, sendo R$ 6.309 de principal e R$ 100.698 de remunerações. Em 15 de outubro de 2025, a Companhia liquidou integralmente as Debêntures ODTR11, com a quitação do saldo devedor no montante de R$ 412.303, sendo R$ 197.450 de principal e R$ 214.853 referente a juros e atualizações monetárias. A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31/12/2025	31/12/2024
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	–	376.734
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.355.402	1.301.841
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	até julho-32[1]	CDI + 2,0%	636.709	742.339
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	381.554	366.473
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	316.547	304.036
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	265.412	254.921
					2.955.624	**3.346.344**

[1] Vencimento postergado pelo reperfilamento ocorrido em 29 de abril de 2025, conforme detalhado em nota acima.

Em 31/12/2024 o vencimento era 15 julho de 2027. O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, foi realizado em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN	(i)	Datas de amortização da 2ª série CBAN	(ii)	Datas de amortização da 1ª série ODTR11	(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Out/25	100,00%
Jan/23	0,13%	Jan/23	0,50%	–	–
Jul/23	0,13%	Jul/23	0,50%	–	–
Jan/24	0,13%	Jan/24	4,50%	–	–
Jul/24	0,13%	Jul/24	4,50%	–	–
Jan/25	0,13%	Jan/25	13,50%	–	–
Jul/25	0,13%	Jul/25	0,50%	–	–
Jan/26	0,25%	Jan/26	0,50%	–	–
Jul/26	0,25%	Jul/26	0,50%	–	–
Jan/27	0,25%	Jan/27	1,00%	–	–
Jul/27	0,25%	Jul/27	1,00%	–	–
Jan/28	6,00%	Jan/28	1,00%	–	–
Jul/28	6,00%	Jul/28	1,00%	–	–
Jan/29	6,50%	Jan/29	4,00%	–	–
Jul/29	6,50%	Jul/29	4,00%	–	–
Jan/30	6,75%	Jan/30	9,00%	–	–
Jul/30	6,75%	Jul/30	9,00%	–	–
Jan/31	6,75%	Jan/31	10,00%	–	–
Jul/31	6,75%	Jul/31	10,00%	–	–
Jan/32	6,75%	Jan/32	12,00%	–	–
Jul/32	6,75%	Jul/32	12,00%	–	–
Jan/33	7,00%	–	–	–	–
Jul/33	7,00%	–	–	–	–
Jan/34	9,25%	–	–	–	–
Jul/34	9,25%	–	–	–	–

(i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado; **(ii)** Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado; **(iii)** Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série integralmente amortizado em outubro de 2025. **(b) Custo de captação de debêntures e empréstimos:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Debêntures	Empréstimos	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	**262.392**	**–**	**262.392**	**320.380**
Constituição Custo de Transação	8.200	388	8.588	–
(-) Amortizações	(42.874)	(32)	(42.906)	(57.988)
Saldo no final do exercício	**227.718**	**356**	**228.074**	**262.392**
Passivo circulante			11.178	24.360
Passivo não circulante			216.896	238.032

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Empréstimos	Total
2026	11.038	140	–	11.178
2027	39.669	6.800	356	46.825
2028	37.232	6.598	–	43.830
2029	32.947	6.011	–	38.958
2030	27.989	4.649	–	32.638
2031 em diante	50.931	3.714	–	54.645
	199.806	**27.912**	**356**	**228.074**

(c) Prazo de vencimento: O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2027	148.775	(46.469)	102.306	261.266	(57.960)	203.306
2028	331.813	(43.830)	287.983	268.275	(48.996)	219.279
2029	373.415	(38.958)	334.457	263.162	(41.356)	221.806
2030	426.484	(32.638)	393.846	278.570	(34.982)	243.588
2031 em diante	1.556.186	(54.645)	1.501.541	1.537.814	(54.738)	1.483.076
	2.836.673	**(216.540)**	**2.620.133**	**2.609.087**	**(238.032)**	**2.371.055**

(d) Empréstimos: Em 28 de outubro de 2025, a Companhia realizou a 2ª emissão de Nota Comercial Escritural, em série única, em favor do Banco Bradesco S.A., no valor principal de R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2027 à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 0,70% a.a., calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 das úteis. Não há constituição de garantias. Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento e liquidação da 1ª emissão da Nota Comercial Escritural, em favor do banco ABC Brasil S.A., no montante total de R$ 57.724, sendo R$ 50.000 de principal e R$ 7.724 de juros. **(e) Movimentação de empréstimos e debêntures**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	**3.135.015**	**3.037.896**
Pagamento de principal de debêntures	(312.841)	(76.199)
Pagamento de principal de empréstimos	(50.000)	(50.000)
Juros e atualizações provisionados de debêntures	338.651	345.304
Juros de empréstimos	7.952	6.331
Juros e atualizações pagos de debêntures	(416.531)	(229.941)
Juros pagos de empréstimos	(7.724)	(6.364)
Empréstimos	50.000	50.000
Constituição Custo de Transação	8.588	–
Amortização do custo de transação debêntures	42.874	57.747
Amortização do custo de transação empréstimos	32	241
Saldos final do exercício	**2.778.840**	**3.135.015**

As despesas financeiras das debêntures incorridas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I são capitalizadas juntamente com os demais custos da infraestrutura, conforme Nota Explicativa nº 11. A taxa média de capitalização utilizada do período foi de 1,09%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demonstrada na Nota Explicativa nº 24. **(f) Garantias vigentes:** As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva. **(g) Principais compromissos assumidos (*Covenants*):** As cláusulas restritivas estabelecidas na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures CBAN referem-se a indicadores financeiros de ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, que devem ser apurados semestralmente. A referida escritura não faz menção ou referência específica ao passivo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

de arrendamento para fins de apuração desses indicadores. Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados no período, 2,59x e 2,50x referente ao ISCD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são: • ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos); • Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,0 (três inteiros). O valor contábil do passivo relacionado a essa emissão é de R$ 2.955.624.

15. Passivo de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.458**	**50.860**	**1.158**	**53.476**
Adições	–	43.512	4.422	**47.934**
Revisão de Contratos	48	1.951	259	**2.258**
Baixas	(291)	(20.139)	(3.670)	**(24.100)**
Contratos encerrados	–	(36.215)	(98)	**(36.313)**
Apropriação de juros	90	4.559	172	**4.821**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.305**	**44.528**	**2.243**	**48.076**
Passivo circulante	504	17.190	866	18.559
Passivo não circulante	801	27.338	1.377	29.516

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual de 10,76% a.a.

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**323**	**12.327**	**3.226**	**15.876**
Adições	877	53.797	113	**54.787**
Revisão de Contratos	68	1.275	548	**1.891**
Baixas	(268)	(20.019)	(2.965)	**(23.252)**
Apropriação de juros	75	3.480	235	**3.790**
Desmobilização	384	–	–	**384**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.458**	**50.860**	**1.158**	**53.476**
Passivo circulante	580	20.206	460	21.246
Passivo não circulante	879	30.654	697	32.230

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros incremental de 10,60% a.a.

16. Partes relacionadas – a. Composição: As transações que influenciaram o resultado e os investimentos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Rodovias do Brasil	OTP Rodovias	Total
Juros sobre capital próprio			
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024	**75.574**	**15.690**	**91.264**
(-) Pagamento de JSCP em 21 de janeiro de 2025	(3.400)	(600)	(4.000)
(-) Pagamento de JSCP em 05 de maio de 2025	(72.174)	(15.090)	(87.264)
Aprovação de JSCP em AGE de 29 de setembro de 2025	26.733	4.718	31.450
(-) Pagamento de JSCP em 20 de outubro de 2025	(26.733)	(4.718)	(31.450)
Aprovação de JSCP em AGE de 23 de dezembro de 2025	24.132	4.258	28.390
Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025	**24.132**	**4.258**	**28.390**

(i) Líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pela alíquota de 15%.

	Rodovias do Brasil	OTP Rodovias	Total
Dividendos			
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024	–	–	–
Aprovação de dividendos em AGE de 29 de abril de 2025	18.700	3.300	22.000
(-) Pagamento de dividendos em 05 de maio de 2025	(18.700)	(3.300)	(22.000)
Aprovação de dividendos em AGE de 29 de setembro de 2025	277.950	49.050	327.000
(-) Pagamento de dividendos em 20 de outubro de 2025	(192.950)	(34.050)	(227.000)
(-) Pagamento de dividendos em 23 de dezembro de 2025	(85.000)	(15.000)	(100.000)
Aprovação de dividendos em AGE de 23 de dezembro de 2025	31.450	5.550	37.000
(-) Pagamento de dividendos em 29 de dezembro de 2025	(31.450)	(5.550)	(37.000)
Saldo a Pagar em 31 de dezembro de 2025	–	–	–

b. Honorários da administração: A remuneração paga aos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalizaram os montantes de R$ 3.828 e R$ 2.858, respectivamente:

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	3.042	2.705
Benefícios (i)	178	166
Subtotal	**3.220**	**2.871**
Encargos	608	541
	3.828	**3.412**

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Participação sobre os lucros e/ou resultados (i)	5.540	6.128
Outros benefícios	154	190
Encargos sociais e assistenciais	1.792	1.539
Provisão para férias e encargos	4.515	4.076
	12.002	**11.932**

(i) Refere-se à provisão de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada as metas individuais e corporativas, apurada de acordo com desempenho individual e resultado da Companhia. O pagamento ocorre no exercício subsequente à aferição do resultado.

18. Obrigações tributárias	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações fiscais federais		
Impostos retidos na fonte	6.639	14.768
CSLL a recolher (i)	498	–
PIS a recolher	761	713
COFINS a recolher	3.551	3.358
	11.449	**18.839**
Obrigações fiscais municipais		
ISS retido na fonte	1.355	–
ISS a recolher	7.690	7.565
	9.045	**7.565**
Passivo circulante	**20.494**	**26.404**
Passivo não circulante	**1.858**	**1.484**

(i) No período de fevereiro a dezembro de 2025 a Companhia quitou o montante de R$ 99.117 a título de IRPJ e CSLL referente as antecipações por estimativa mensal. Em razão da apuração de ajuste anual, o valor devido destes impostos totalizou R$ 99.519, restando um saldo a recolher de R$ 498 de CSLL. Para o IRPJ, após compensação de impostos retidos, foi apurado um saldo negativo de R$ 96.

19. Provisão para demandas judiciais

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.247**	**14.910**	**307**	**15.921**	**33.385**
Constituição	1.352	9.168	24	11.445	**21.989**
Reversão	(1.984)	(6.600)	(331)	(3.122)	**(12.037)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.615**	**17.478**	**–**	**24.244**	**43.337**

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórios	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.415**	**12.962**	**286**	**14.556**	**30.219**
Constituição	2.232	8.327	21	3.580	**14.160**
Reversão	(2.400)	(6.379)	–	(2.215)	**(10.994)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.247**	**14.910**	**307**	**15.921**	**33.385**

A Companhia está envolvida em processos judiciais decorrentes da sua atividade operacional, incluindo ações trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias. As provisões são constituídas de acordo com a natureza e probabilidade de desfecho desfavorável e são revisadas periodicamente, com base em pareceres legais emitidos por advogados internos e externos, considerando novos fatos ou decisões que possam alterar a avaliação do risco. Os processos de natureza cível e regulatória possuem maior expressividade. **Processos cíveis:** De forma abrangente, os principais processos judiciais de natureza cível envolvem ações indenizatórias de discussões sobre acidentes ocorridos nos trechos sob administração da concessionária, ações civis públicas de aplicações de multas, além de cobrança de honorários advocatícios contratuais. **Processos regulatórios:** Nesta natureza, os principais processos tratam de discussões sobre reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em casos de perda, a Companhia fica responsável por pagar os honorários de sucumbência, além de ações anulatórias de sanções administrativas. Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. **Processos com classificação de risco possíveis:** A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. O quadro abaixo apresenta os montantes para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme prevê o CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37):

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.865	11.988
Reclamações cíveis	152.332	46.835
Contingências regulatórios	12.410	11.638
Contingências tributárias	67.901	67.511
	242.508	**137.972**

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a: **Processos cíveis:** Em 17 de outubro de 2024, a Companhia foi notificada pelo Núcleo de Fiscalização da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo. O órgão fiscalizador pretende atribuir à Companhia a obrigação de pagamento de sanção pecuniária, fundamentada na alegada ocupação irregular de área pertencente à União Federal. A acusação se baseia na realização indevida das obras do Anel Viário de Campinas, incluindo a construção de acessos marginais e a ampliação da Rodovia Dom Pedro I – Trevo dos Amarais, em uma área do imóvel da União, sem a devida formalização de autorização prévia ou regularização junto à SPU. A Companhia apresentou defesa administrativa tempestiva, fundamentada no fato das obras realizadas pela CRB no terreno da União terem ocorrido exclusivamente após obtenção das autorizações formais, em conformidade com as Portarias nº 14.851/2019 e nº 5.268/2020 publicadas pela SPU antes do início das obras, e portanto, acredita no arquivamento do processo. Existem outros processos judiciais de ações indenizatórias por acidentes fatais ou ainda choque contra objetos ou animais na pista, ação declaratória de restituição de garantias e discussão sobre faixa de domínio. **Processos tributários:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento. A Companhia apresenta depósitos judiciais conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, para monitorar possíveis impactos da decisão do STF que pode anular "trânsito em julgado" de ações tributárias. Até o presente momento não existem impactos à CRB. **Processos regulatórios:** A Companhia está envolvida em ações judiciais no âmbito regulatório, que se referem, principalmente, a pleitos e/ou contestações junto ao órgão regulador (ARTESP). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, essas ações são classificadas como possíveis. Caso haja decisões desfavoráveis, a Companhia poderá incorrer em custos relacionados aos honorários de sucumbência, para os quais existem incertezas relacionadas a mensuração. A Administração da Companhia monitora constantemente a evolução desses processos e adota as medidas cabíveis com o intuito de mitigar eventuais impactos financeiros.

20. Provisão de conserva especial

a. Composição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de conserva especial	42.289	27.623
	42.289	**27.623**
Passivo circulante	**27.933**	**–**
Passivo não circulante	**14.356**	**27.623**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de conserva especial	27.623	11.205
	27.623	**11.205**

b. Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	**27.623**	**11.205**
Constituição conserva especial, líquida de AVP	61.310	59.391
Baixa de conserva especial	(46.644)	(42.973)
Saldo final do exercício	**42.289**	**27.623**

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	**11.205**	**7.224**
Constituição conserva especial, líquida de AVP	59.391	79.044
Baixa de conserva especial	(42.973)	(75.063)
Saldos final do exercício	**27.623**	**11.205**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R$ 42.289 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R$ 27.623, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,76% a.a..

21. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e no exercício de 2024, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

	Números de ações em unidades					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Rodovias do Brasil Holding S.A.	236.639.596	85	236.639.596	85	473.279.192	85
OTP Rodovias S.A.	41.759.929	15	41.759.929	15	83.519.858	15
	278.399.525	**100**	**278.399.525**	**100**	**556.799.050**	**100**

b. Destinação do resultado: (i) Reserva Legal: A reserva legal deve ser obrigatoriamente constituída ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, e não pode exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital. Conforme § 1º do Art. 193 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Art. 182 da mesma Lei, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando a previsão legal citada no parágrafo anterior, não será constituída reserva legal. **(ii) Dividendos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	**335.485**	**310.405**
Constituição de reserva legal (5%) (i)	–	(15.520)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	**335.485**	**294.885**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)	(83.871)	(73.721)
Total dividendos propostos pela Administração	**(83.871)**	**(73.721)**
Forma de Pagamento		
Dividendos intermediários pagos em 2025	(77.346)	–
Juros sobre o capital próprio (imputados aos dividendos) (iii)	(6.525)	(73.721)
Total de dividendos	**(83.871)**	**(73.721)**

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre o capital próprio (iii)	(63.875)	(70.779)
Total	**(147.746)**	**(144.500)**
Reserva de retenção de lucros (iv)	**(187.739)**	**(150.385)**

Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada a reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado em assembleia geral. **(iii) Juros sobre o capital próprio:** O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, sobre o patrimônio líquido da sociedade. Conforme exigência legal, o valor definido deve ser limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor pago ou creditado pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio é líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pela alíquota de 15%, exceto para acionistas imunes ou isentos, podendo ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 21 de janeiro de 2025 foi realizado o pagamento parcial dos juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 4.000, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em AGE realizada em 20 de dezembro de 2024. Em 05 de maio de 2025 foi realizado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 87.264, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2024, bem como de R$ 22.000 a título de dividendos, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2025. Em 20 de outubro de 2025 foi realizado o pagamento de dividendos no montante de R$ 227.000 e R$ 31.450 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do Imposto de Renda retido na fonte (IRRF), em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2025, com aprovação da proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 37.000 e, R$ 327.000 a título de dividendos, totalizando R$ 364.000. Em 23 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de R$ 37.000 de dividendos, liquidado em 29 de dezembro de 2025, bem como o reconhecimento de R$ 33.400 a título de juros sobre o capital próprio, com pagamento previsto até o último dia útil de abril de 2026. Adicionalmente, também foi efetivado o pagamento de R$ 100.000 de dividendos, conforme saldo em aberto referente a proposta de distribuição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2025. **(iv) Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros de R$ 187.739 do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo este o saldo excedente da destinação do resultado após a provisão de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, conforme dispõe o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia-Geral poderá deliberar, mediante proposta dos órgãos da administração, a retenção de parcela do lucro líquido do exercício. **(v) Reserva de capital:** Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht Transport Participações S.A. – OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio.

22. Receita líquida	31/12/2025	31/12/2024
Receitas em numerário	66.368	91.663
Receitas de AVI ("*Automatic Vehicle Identification*") (ii)	1.145.963	987.184
Receitas de vale pedágio (iii)	1.247	33.834
Receitas acessórias	23.787	21.264
Receitas com Cartão de Crédito e Débito (iv)	96.092	74.349
Receita de operação	**1.333.457**	**1.208.294**
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	150.175	229.572
Receita total	**1.483.632**	**1.437.866**
Tributos sobre serviços de operação	(112.408)	(101.301)
	1.371.224	**1.336.565**

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia reconheceu R$ 150.175 e R$ 229.572, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro; (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada; (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. Conforme resolução da ANTT nº 6.024, de 3 de agosto de 2023 e do Ofício Circular SEI nº 5230/2024/GERET/SUROC/DIR-ANTT, os meios de pagamento de Vale Pedágio foram desabilitados a partir de 31 de janeiro de 2025, passando a ser realizados por utilização da tecnologia de detecção de tag, com liberação automática nas vias. (iv) Com o objetivo de promover maior eficiência operacional e comodidade aos usuários das rodovias, a Companhia adota o sistema de pagamento de pedágio por meio de cartões de crédito e débito com tecnologia de aproximação. A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

23. Custos e Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(224.151)	(206.816)
Salários e encargos	(63.629)	(58.548)
Gastos gerais	(14.573)	(14.258)
Manutenção de Softwares	(4.812)	(4.278)
Energia Elétrica	(2.122)	(2.274)
Provisão para demandas judiciais	(9.952)	(3.166)
Indenizações Cíveis	(1.684)	(3.214)
Serviços de terceiros	(32.729)	(28.689)
Seguros	(4.707)	(4.860)
Outorga variável	(20.026)	(18.247)
Provisão para conserva especial	(47.889)	(51.730)
Materiais e equipamentos	(13.933)	(14.403)
	(440.207)	**(410.483)**
Custo de construção ICPC 01-R1	(148.674)	(227.276)
	(588.881)	**(637.759)**
Classificação por função		
Custo dos serviços prestados	(537.149)	(600.583)
Despesas gerais e administrativas	(51.578)	(37.176)
Perdas de créditos esperadas	(154)	–
Total	**(588.881)**	**(637.759)**

24. Resultado financeiro, líquido	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	63.513	55.227
Atualização de depósitos judiciais	10.056	7.798
Outras receitas financeiras	4.633	2.790
	78.202	**65.815**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(7.951)	(6.331)
Juros sobre debêntures	(171.479)	(225.319)
Atualização monetária sobre debêntures	(167.172)	(119.985)
Custos de transação sobre debêntures	(42.800)	(57.747)
Custo de transação sobre empréstimos	(32)	(241)
Passivo de arrendamento	(4.821)	(3.795)
Comissões e despesas bancárias	(3.365)	(3.134)
Ajuste a valor presente	(13.421)	(7.661)
Outras despesas financeiras	(274)	(2.229)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.263	43.715
	(399.052)	**(382.727)**
Resultado financeiro, líquido	**(320.850)**	**(316.912)**

A seguir demonstramos a reconciliação de juros, atualizações monetárias e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e encargos sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(338.651)	(345.304)
Custos de transação sobre debêntures (Nota nº 14 (e))	(42.800)	(57.747)
Total de juros e encargos sobre debêntures	**(381.451)**	**(403.051)**
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.387	44.156
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato	(124)	(441)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	**(369.188)**	**(359.336)**
Juros sobre debêntures	(171.479)	(225.319)
Atualização monetária sobre debêntures	(167.172)	(119.985)
Custos de transação sobre debêntures	(42.800)	(57.747)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	12.263	43.715
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	**–**	**–**

25. Outras receitas e (despesas), líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de ativo	201	1.952
Indenizações (i)	339	5.700
Outras receitas	1.073	500
	1.613	**8.152**
Baixa de ativo imobilizado	(1)	–
Reversão/Baixa liquida de arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16	2.647	(194)
Outras despesas com tributos	(99)	(134)
	2.547	**(328)**
	4.160	**7.824**

ii) Receitas de indenizações no exercício de 2024 representa majoritariamente o recebimento de sinistro, devido a erosão de taludes das Rodovias SP-063, SP-065, SP-332 e SP-360.

26. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social: A despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é reconhecida de acordo com a legislação tributária vigente e com os critérios estabelecidos pelo CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. A reconciliação apresentada a seguir demonstra a relação entre a despesa tributária calculada pela aplicação das alíquotas nominais sobre o lucro contábil antes dos tributos e a despesa efetivamente reconhecida no resultado do período:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos	**465.654**	**389.718**
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(158.322)	(132.504)
Outras adições/exclusões permanentes	2.033	(112)
Incentivos fiscais	2.184	4.173
Juros sobre o capital próprio	23.936	49.130
Efeito IR e CSLL no resultado	**(130.169)**	**(79.313)**
IR e CSLL corrente	(99.519)	(53.007)
IR e CSLL diferido	(30.650)	(26.306)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	**(130.169)**	**(79.313)**
Alíquota Efetiva	**27,95%**	**20,35%**

27. Transações que não envolvem caixa – Em conformidade com o CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos		
Adições de ativo intangível	10.380	–
Adições de direito de uso (arrendamento) (i)	50.192	54.787
Juros capitalizados	12.263	43.715
Financiamentos		
Juros sobre capital próprio deliberados e não pagos	28.390	91.264
Total	**101.225**	**189.766**

(i) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE 15).

28. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência De	Vigência Até	Limite Máximo Responsabilidade
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2025	30/04/2026	31
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2025	29/12/2027	11.212
Risco de Engenharia	Mapfre Seguros Gerais S/A	14/03/2025	31/12/2027	489.500
Risco Operacional	Chubb Seguros Brasil S.A.	29/06/2025	29/12/2026	360.000
Seguro de Riscos Administrativos D & O	Axa Seguros S/A	01/12/2025	01/06/2027	40.000
Seguro de Veículo*	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2025	30/09/2026	–
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	20/09/2022	10/07/2030	9.963
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S. A.	06/04/2023	20/10/2030	333.750
Seguro Garantia Judicial	Avla Seguros Brasil S.A.	23/04/2025	06/05/2030	6.692

(*) Valor de mercado referenciado do veículo que corresponde a 100% do valor constante na tabela FIPE-USP.

29. Lucro por ação – Básico: O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	335.485	310.405
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro básico por lote de mil ações[1]	602,52	557,48

[1] Lucro básico demonstrado em reais. ***a. Diluído:*** A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

30. Eventos subsequentes – Debêntures: Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R$ 118.031, sendo R$ 8.678 de principal e R$ 109.353 de remunerações.

Diretoria Executiva

Douglas Longhi
Diretor Presidente

André de Paula Yusiasu
Diretor Administrativo-Financeiro e RI

Contador

Ailton da Silva de Oliveira
CRC/BA – 026104/O-8'S'SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** | Itatiba-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *Interna-*

continua ...

DATA MERCANTIL

Edição Digital • Ano 6 • São Paulo, 10 de Março de 2026

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

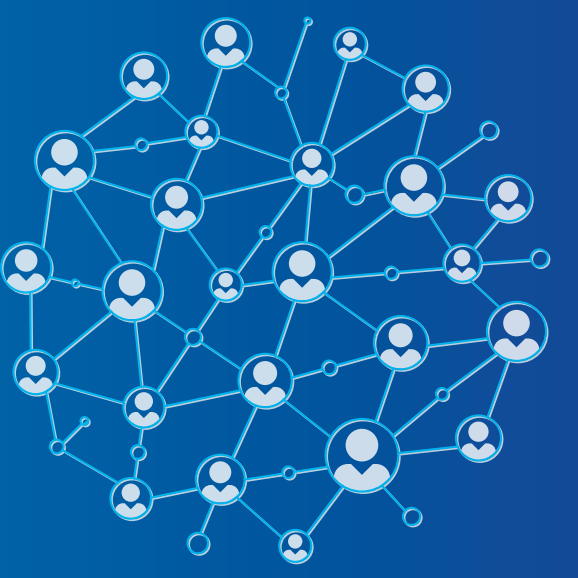
tional Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**.** Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**. Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão (ativo de contrato):** Veja as notas explicativas 2.2 (j) e 11 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições referentes a ativo de contrato (infraestrutura em construção) no montante de R$166.370 mil que estão sendo realizadas na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão (IFRIC 12), os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, nas adições de ativo de contrato, que compreende a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; (ii) validação das medições, de acordo com o andamento das obras. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** Veja as notas explicativas 2.2 (p) (i), e 22 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas no sistema contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem no sistema contábil. (i) obtivemos, em base completa, os extratos bancários relacionados à arrecadação de pedágio e realizamos a inspeção da totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício. (ii) enviamos, em base completa, as confirmações junto às empresas de arrecadação automática de pedágio para o saldo a receber em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, realizamos testes alternativos para aquelas confirmações que apresentaram eventuais inconsistências. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2025, que não conteve modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP 252.905/O-2

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo